

PUC

TERESA DA COSTA

"QUO VADIS? UM ESTUDO SOBRE AS DIREÇÕES
DE CURA NO ATENDIMENTO DE GRUPO"

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA PUC/RIO

Rio de Janeiro, 19 de Março de 1993

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 — CEP 22453

RIO DE JANEIRO — BRASIL

11-15-00

N. Chamada: 155/03074/0256 UC

Título: 'Quo vadis?' um estudo sobre as ...



0 0 6 9 4 2 1

EX. 2-CENTRAL

2270

TERESA DA COSTA

"QUO VADIS"?

UM ESTUDO SOBRE AS DIREÇÕES DE CURA NO ATENDIMENTO DE GRUPO

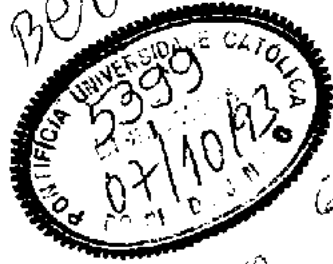
Dissertação apresentada ao
Departamento de Psicologia da
PUC/RJ como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre
em Psicologia.

Orientadora: Circe Navarro Vital
Brazil

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, março de 1993

UC 46288.1

Beal



69421

150
C8379
TESE UC

Laura,

Em sua companhia produzi este escrito.

No brilho de seu sorriso e

em seu olhar inquiridor

inspirei-me,

sobretudo nos momentos de maior impasse.

Não sei se um dia os temas aqui em pauta

trarão a você questões.

De fato, isso não importa. Como herança

resta-lhe o desejo.

MEUS AGRADECIMENTOS

- a Circe Navarro Vital Brazil, pela atenção, carinho, e incentivo com que sempre me orientou;
- a Antonio Fausto Neto, pelo acolhimento nordestino que me ofereceu desde o primeiro momento, colaborando para o plano de estudos de seleção ao Curso de Mestrado;
- a diretoria do PAM-RJ-BOTAFOGO-Psiquiátrico, que consentiu com minha participação como observadora de grupo;
- a Celso Rubman, pela generosidade em compartilhar comigo seu trabalho com o grupo das 4ª feiras, pelo convite para a observação e pela disponibilidade para a interlocução semanal durante a etapa de pesquisa de campo.
- aos participantes do grupo, que insistem em não abrir mão de sua condição de sujeitos;
- a outros profissionais do ambulatório, em especial ao Doutor Mamede, Doutor Mario Jorge e Doutor Pepe, por responder a minhas perguntas e me esclarecer quanto a dúvidas sobre a teoria de grupos;

- ao pessoal do cartel da Letra Freudiana sobre "A Direção da Cura" - Christiane, Clara, Giselle e Marcia - pela companhia de trabalho desde 1990;

- ao Vicente, meu marido, pelo encorajamento e pela paciência ao longo de todo este processo, pela contribuição na revisão, composição e impressão do texto da dissertação;

- ao James, pelas aulas de filosofia e lógica;

- ao Departamento de Psicologia pela oportunidade e apoio, especialmente a Vera Lucia Lima e Silva e Marise Lira de Souza, que com simpatia guiaram-me nas questões burocráticas;

- ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela ajuda financeira recebida durante o curso.

RESUMO

Alguns autores preconizam o grupo como sendo a modalidade de atendimento psicoterápico institucional público mais adequada por uma série de fatores. Ademais, alguns qualificam a terapêutica que adotam como psicanalítica.

Teoria e prática se tangenciaram a partir de um trabalho sobre a noção de direção da cura elaborada por Jacques Lacan, tomada como pivô da parte bibliográfica desta pesquisa e de minuciosa observação de um destes grupos durante doze meses que nos causou para a pesquisa de campo.

Um resto caiu desta investigação. A presente dissertação propõe uma discussão sobre os motivos que sustentam esta preferência terapêutica, metas a serem alcançadas e limites teóricos, cotejando pontos de contato e de desvio de alguns instrumentos conceituais (a transferência, a interpretação e a identificação) fundamentais à clínica, tais como postulados nas obras de Freud, Lacan, Foulkes, Bion, Grotjahn, Grinberg, Langer, Rodrigué e outros autores grupelistas.

ABSTRACT

Some authors proclaim group psychoterapy as the most suitable way to treat patients in public institutions for a number of reasons. Besides, some of them qualify the adopted therapeutics as psychoanalytical.

Theory and practice entangled from the study of the notion of "direction de la cure" created by Jacques Lacan, here used as the pivot for the book quest for this research, and a careful observation of one of these groups during twelve months, which has moved us to the practical part of this research.

Remains were left from this investigation. The present text opens a discussion on the reasons for such a therapeutical preference, goals to be achieved by it and theoretical limits, checking those points where some very important instrumental concepts for the clinics, such as transference, interpretation and identification converge and diverge in the work of Freud, Lacan, Foulkes, Bion, Grotjahn, Grinberg, Langer, Rodrigué and other group authors.

SUMÁRIO

<i>VERTIGO - A INTRODUÇÃO</i>	1
<i>QUO VADIS ? - ASPECTOS GERAIS</i>	21
<i>SONHOS DE UMA NOITE DE VERÃO - A TRANSFERÊNCIA</i>	76
<i>ELE ROUBA NADA - A INTERPRETAÇÃO</i>	110
<i>SE TODOS FOSSEM IGUAIS A VOCÊ - A IDENTIFICAÇÃO</i>	141
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	174
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	178

Notas sobre os títulos dos capítulos:

A introdução foi nomeada *VERTIGO* por referência ao título original de um filme, baseado na novela *D'Entre les Morts* de Pierre Boileau e Thomas Narcejac, dirigido por Alfred Hitchcock em 1958, que recebeu no Brasil o título de "Um Corpo que Cai".

O capítulo 1 foi nomeado *QUO VADIS?* por referência ao título original de um romance escrito por Henrik Sienkiewicz, que recebeu versão cinematográfica com o mesmo título, dirigida por Franco Rossi, em 1986.

O capítulo 2 foi nomeado *SONHOS DE UMA NOITE DE VERÃO* por referência a uma peça de teatro escrita por William Shakespeare na segunda fase de sua produção artística (peças da primeira maturidade), com data incerta entre 1595 e 1601.

O capítulo 3 foi nomeado *ELE ROUBA NADA* por referência a uma interpretação dada por Lacan na leitura feita em "A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder" (1958 - p. 15) do tratamento de um paciente atendido por Ernest Kris que se tornou conhecido como o "Caso dos Miolos Frescos".

O capítulo 4 foi nomeado *SE TODOS FOSSEM IGUAIS A VOCÊ* por referência a uma canção composta por Tom Jobim e Vinícius de Moraes, em 1956.

VERTIGO - A INTRODUÇÃO

"Nós devemos pois escolher entre pensar e imaginar. Pensar com Galileu ou imaginar com o senso comum. Porque é o pensamento, o pensamento puro e sem misturas, e não a experiência e a percepção dos sentidos, que está na base da nova ciência de Galileu Galilei." (Koyré - 1966 - p.189)

A fundação da chamada ciência moderna foi atribuída por alguns autores ao nome do físico italiano Galileu Galilei. Em que consistem as inovações introduzidas por este cientista? Galileu rompeu com as noções da "física" de Aristóteles (que negam a ação da distância e a dinâmica característica do movimento, pressupondo aos corpos uma tendência a permanecer em seu lugar natural), bem como com as teorias medievais sobre mecânica. Além disto, Galileu defendeu o heliocentrismo em detrimento do geocentrismo da visão escolástica e da doutrina cristã acerca do universo; e postulou a utilização da matemática como método que confere consistência, rigor e precisão na construção de teorias e a demonstração através de experimentos planejados com o intuito de assegurar comprovação para suas hipóteses científicas. Em termos conceptuais, a inovação galileana concerne à criação de uma noção de velocidade na queda em geral como atributo instantâneo, que tem a capacidade de resignificar o tempo e o espaço, calcado na medida causal. Pelo efeito, medir a causa, desfazê-la, refazê-la.

Conquanto esta seja voz corrente acerca de Galileu, Pierre Duhem (1913 - p. 35), filósofo, historiador e físico francês, adjudica a relação entre tempo, espaço e velocidade aos estudiosos da Idade Média, restringindo o ineditismo da obra de Galileu à descoberta da intensidade que, desprovida de concretude, não faz referência a espaço e tempo fixamente estabelecidos.

Já Alexandre Koyré, filósofo, platônico, historiador das ciências, um dos criadores da noção de "corte epistemológico", encruzilhada de retorno impossível do saber, e expert em Galileu, traça um outro perfil do cientista italiano a partir da leitura do texto "Diálogo sobre os Dois Sistemas do Mundo" (1632). Dali Koyré (1966 - p. 190) deduz que Galileu não teria experimentado para construir a sua física. Construiu-a simplesmente julgando a partir de idéias *a priori*, por uma decisão filosófica favorável às noções da matemática-essência. Muito bem. Mas, indagamos, uma decisão filosófica é suficiente para escrever em linguagem matemática a queda dos corpos?

Stengers (1990), retoma a leitura clássica da obra do cientista italiano. Fazendo eco às opiniões de Feyerabend (1975 - p. 20), a autora enfatiza a capacidade de Galileu de, usufruindo das excelências de suas habilidades para a retórica, despertar o interesse da comunidade científica para aquilo que de novo aportava, além de alterar a posição do cientista quanto a sua atividade. Fazer ciência deixa, a partir de Galileu, de ser uma

questão religiosa, de proselitismo ou de especulação filosófica para se transformar na perspectiva de produzir sentidos. Assim como Picasso e Lacan no livro 11 do Seminário, Galileu também poderia ter afirmado: "Eu não procuro, acho." (Lacan - 1988 - p. 14)

A igualdade entre causa e efeito postulada por Galileu para resolver uma questão mecânica serve de parâmetro para aquilo que Stengers (1990 - p. 92) denomina de operador da ciência moderna. Um operador, simultânea e necessariamente, determina um objeto que atende a uma prática de medida capaz de dizer dos fenômenos em sua verdade e em sua essência. Não é nosso objetivo aqui levar a discussão nesta direção, mas pode-se indicar uma rota de questionamento sobre o quanto de verdade e de essência há nos fenômenos. Ou ainda se a categoria de operadores proposta por Stengers encobre uma ideologia científica que minimize os efeitos do empirismo.

Se a postulação da equivalência entre causa e efeito surge para dar conta de certos problemas da física do século XVII e, efetivamente, dá, ela, por outro lado, se configura em novas dificuldades para os demais campos de saber. Torna-se imprescindível avaliar a pertinência, a utilidade e validade deste princípio no âmbito de cada ciência em particular. Que poder, que abrangência tem a medida causal em cada caso? Trata-se doravante de investigar, através do recurso à história como cada ciência apreendeu este princípio e como o fez cada cientista. De acordo com as exigências dos diferentes momentos históricos, observa-se que a

própria noção de apreensão vai sendo modificada afetando, por extensão, o caráter daquilo a ser capturado. Além disso, criam-se novos operadores que também alteram o jogo de forças entre os que já existiam.

À diferença de Foucault (1987 - p. 383), que despreza a necessidade de determinar a cientificidade do conhecimento e os critérios utilizados para avaliar este aspecto, Stengers (1990 - p. 105) privilegia a discussão em torno do problema de determinar o que é científico como uma das questões cruciais da ciência moderna (em detrimento de questionar o que é ciência). A que atribuir esta mudança de foco? Talvez à impossibilidade de manter nos dias de hoje a crença na neutralidade da ciência e do cientista. Já não há mais, principalmente depois de quase um século de estabelecimento das ciências humanas, como cindir o cientista de sua atividade. Nem mesmo o respeito estrito às normas científicas constitui a garantia de que se faz ciência. Prioriza-se hoje a face política e social do emprego de teorias, métodos e técnicas de modo a criar testemunhas fidedignas que comprovem a validade dos postulados científicos e a capacidade de despertar o interesse da comunidade científica para o que se investiga. Quanto à testemunha, esta será tão mais fidedigna quanto validar o imperativo de "fazer falar" de forma a conferir legitimidade às controvérsias da ciência. Assim, à marca cartesiana da razão eterna ou, da "teoria da prova coagente, aquela à qual é necessário aderir, ou pelo menos, deve aderir todo espírito normalmente constituído" (Perelman - 1972 - p. 5), deve-se acrescentar a marca da razão histórica que, prossegue o autor,

"...não é (...) uma razão demonstrativa. É uma razão que se manifesta na deliberação e na argumentação, não vincula verdades intemporais umas às outras, mas permite passar da adesão efetiva ou pressuposta a certas teses, à adesão de outras teses que se trate de promover." (Perelman - 1972 - p.6)

A PSICANÁLISE NA TRILHA DA CIÊNCIA

"...decidi me tornar cientista natural." (carta de Freud a Fluss - 01/05/1873 in Gay - 1989 - p.39)

Ainda que alguns dados tais como o seu interesse pelo estudo de "humanidades" com que entremeou o curso de medicina e a proximidade cronológica com o surgimento das Ciências do Homem (ou do espírito - as *geisfeswissenschaften*) possam conduzir ao equívoco de alocar a psicanálise neste campo de saber, Freud definiu desde muito cedo sua opção pelas fileiras em que se alinharia conforme se lê nesta declaração epistolar. Ainda a este respeito, Assoun acrescenta,

"Quer dizer: a ambição da cientificidade remete de modo exclusivo e pleonástico a uma norma que emana da ciência da natureza. É por este motivo que, nos escritos de Freud, a

alternativa é tão clara: se a psicanálise é uma ciência digna deste nome, então ela é *Naturwissenschaft*." (Assoun - 1983 - p. 50)

Coube ao fisiologista Émile Du Bois-Reymond, reitor da faculdade de Berlim, fixar os limites do campo das ciências da natureza em dois momentos principais. Em 1872, discursa no Congresso de Naturalistas de Leipzig sobre os dois problemas que circunscrevem a atividade científica, pontos extremos que esta pretenderia atingir e que seriam inalcançáveis. O primeiro diz respeito à substância, entendida como a soma da força e da matéria, e a essência de cada um destes elementos. O segundo refere-se à consciência relacionada às condições naturais e aos movimentos. Estes dois limites se entrelaçam, como diz Assoun,

"...trata-se de saber ao mesmo tempo o que é a "substância" - fundo ou princípio comum da força e da matéria - e como esta substância sente, deseja e pensa. Sobre estes dois pontos, conclui Du Bois-Reymond "(...) *Ignoramus, Ignorabimus*." (Assoun - 1983 - p. 81)

Em 1880, na Academia de Ciências de Berlim, Du Bois-Reymond reapresenta o problema dos limites do conhecimento científico na natureza em versão ampliada e escalonada segundo um critério de "solucionabilidade". Insolúveis são a natureza da matéria, as origens da vida e do movimento. De difícil solução são a finalidade aparente da natureza, o surgimento da consciência e da sensação, questões da razão, do pensamento e da linguagem. Por último, extra

critério de solução, coloca-se a questão ético-metafísica do livre-arbítrio.

Ora, se a consciência passa a ser um problema difícil, porém solucionável, isto permite torná-la objeto do conhecimento científico - uma psicologia? Esta nova abordagem proposta por Du Bois-Reymond coaduna-se perfeitamente com as postulações de Friedrich Lange, in "Histoire du Matérialisme" (1872), de uma psicologia que em lugar de se ocupar dos problemas da alma, se voltasse para problemas fisiológicos segundo os ditames das ciências da natureza. Diz ainda Assoun,

"ponto de junção do interdito de Du Bois-Reymond - *Ignorabimus!* - e da ambição de Lange: "admitamos uma psicologia sem alma." Aqui é justamente o limite que funda a ousadia: o saber, consciente de sua lacuna, torna-se seguro de si, ficando livre para exorcisar o espectro da coisa em si, com uma ironia um tanto inquietada." (Assoun - 1983 - p. 81)

Exatamente nesta brecha abrem-se as portas do saber para a psicanálise. É certo que Freud partiu da biologia, de onde obtém seus primeiros sucessos em pesquisas nas áreas de neuro-anatomia, fisiologia e botânica. Entretanto, a biologia tem a peculiaridade de estudar as manifestações da vida nos reinos mineral, vegetal e animal, incluindo este último de acordo com as posições de Charles Darwin, o Homem, como sendo o exemplo máximo de evolução das espécies. Do laboratório Freud se transfere para as enfermarias dos

hospitais gerais e se vê particularmente causado pelas chamadas "doenças nervosas" - paralisias, anestésias, cegueira, mudez, etc. - padecimentos para os quais não se encontrava etiologia orgânica.

Em alguns trechos de sua obra, por exemplo, no livro "Sobre o Narcisismo: Uma Introdução" (1914c), Freud referiu-se à hipótese de que seus postulados pudessem vir a ser corroborados por descobertas da biologia. Em outros, quando talvez não dispusesse de instrumentos que lhe permitissem levar sua disciplina para adiante, não hesitou em apoiar-se em evidências puramente biológicas. Aí se enquadra, por exemplo, a afirmativa polêmica contida em "A Dissolução do Complexo de Édipo" (Freud - 1924 - p. 50) acerca da anatomia. Hoje, já é possível ler que a anatomia de que se trata é de caráter discursivo. Isto implica em consequências diretas sobre a clínica. Durante muito tempo, clinicou-se em psicanálise tomando a anatomia corporal como destino do sujeito, o que levava o atendimento das mulheres a um impasse. Melhor, a um beco sem saída.

Paralelamente, o ineditismo dos achados de Viena, dentre outros aspectos, consiste na habilidade de Freud em articular a biologia a seu interesse de juventude por "humanidades", uma vez que de acordo com Foucault,

"o objeto destas últimas jamais se dá ao modo de ser de um funcionamento biológico (...), ele é antes seu reverso, sua marca no vazio, ele começa lá onde pára - não as ações ou os efeitos -

mas o ser próprio desse funcionamento - lá onde se liberam as representações." (Foucault - 1987 - p. 367)

Freud explica!?!...

Não. Freud subverte.

Antes do dois, está o três.

Com o que Lacan corrobora, "Tres fasciunt ecclesiam"*, diz a sabedoria das nações e isto vai longe: por quê há o surgimento do três?" (Lacan - 1975a - p. 77)

No começo está o ternário do simbólico. Não nos esqueçamos da fórmula inaugural da psicanálise enunciada no sonho da injeção de Irma:

TRI-METIL-AMINA!

Se se pensa pela via do objeto de estudos da psicanálise, o inconsciente em suas formações (sonhos, sintomas, chistes, atos falhos), a opção freudiana pela natureza pode soar apressadamente como uma denegação, uma vez que o inconsciente não é dado, isto é, não se nasce com ele. Mas é preciso lembrar que, pelo menos do ponto de vista de uma anterioridade lógica, antes está a pulsão e

(* Latim: "Três fazem uma igreja")

que esta sim, tem suas raízes no corpo biológico. O inconsciente virá de fora e só depois.

Parte de uma estratégia de lançamento ou acatamento aos cânones científicos de seu tempo, o fato é que Freud trabalhou essencialmente num referencial de paradoxos. Paradoxos explícitos, por exemplo, no conceito de formação de compromisso que simultaneamente se expressa no desejo de criar, de propor e divulgar novas idéias e na necessidade de defender-se/defendê-las justo por sua característica de inovação. Se por um lado, se entrevê aqui a marca positivista segundo a qual só no campo científico viriam à tona "verdadeiros" problemas, por oposição aos pseudo-problemas da filosofia; por outro, sobrevem "...a segurança de que os enunciados científicos serão contrastáveis, isto é, de que serão passíveis de serem falsos." (Popper - 1975 - p. 84)

Diz-se comumente que outra consequência imediata de conceber a psicanálise como ciência da natureza é que com isto Freud se absteve da querela dos métodos (*Methodenstreit*) que se colocou com o advento das ciências humanas e sociais. Dever-se-ia criar uma metodologia específica a este campo de saber? Qual seria ela? É o método isoladamente um indicador para aferir e garantir a passagem de um fato da ordem do senso comum para a ordem do conhecimento científico? A metodologia constitui a diferença entre o que se insere no domínio das ciências da natureza e no domínio das ciências do homem?

Difícilmente se conseguirá sustentar a afirmação a estas questões com uma argumentação de certa solidez. Quais seriam o sentido e a finalidade do método? Se levarmos em consideração a leitura que Koyré fez de Galileu, o uso e a opção por este ou aquele método como apropriado a um campo de saber prende-se à necessidade de criar testemunhas fidedignas para comprovar aquilo que, num lance de retórica, postulou-se como teoria. Neste sentido não é o método que domina a atividade científica. O método, quando aliado às técnicas, contribui para compor uma dada apreensão de um objeto na prática.

FREUD D'APRÈS GALILEU

Já foi dito aqui que o próprio Freud insistiu em incluir seu invento no ramo das ciências, especificamente dentre aquelas que estudam a natureza. Como é de ciência que se trata, a obra freudiana não se furta de um léxico caracteristicamente "científico". A este respeito, o texto "O Inconsciente" (1915a) fornece um exemplo inquestionável. Ali está escrito:

"I - Justificación del concepto de lo Inconsciente.

Desde muy diversos sectores se nos ha discutido derecho a aceptar la existencia de un psiquismo inconsciente y a laborar científicamente con esta hipótesis. Contra esta opinión, podemos arguir que la hipótesis de la existencia de lo inconsciente es

necesaria y legitima, y, además, que poseemos multiples pruebas de su exactitud." (Freud - 1915a - p.2061)

Stengers (1990 - p. 114) propõe um novo ângulo para atestar a cientificidade da psicanálise pela consonância desta com os aportes de Galileu. É preciso não deixar de lado o fato de que Freud exercia simultaneamente duas atividades: como analista dependia de um diagnóstico preciso, por maiores as dificuldades que se colocassem, já que visava traçar uma direção da cura adequada a cada paciente e, deste campo recolhia subsídios para construir sua teoria. Por outro lado, como cientista buscava comprovar na clínica suas hipóteses teóricas. Quais os métodos mais adequados a cada uma destas atividades?

O operador galileano de equivalência entre causa e efeito foi apreendido por Freud para averiguar a origem psíquica dos sintomas histéricos como um método calcado na identidade que se coaduna com a teoria. Entretanto, há que variar a forma de utilização do operador galileano sob pena de se incorrer numa psicanálise selvagem. Diferentemente das ciências exatas onde a igualdade entre causa e efeito se atrela ao método hipotético-dedutivo (se *a*, então *b* necessariamente), o sintoma para a psicanálise é tomado como o efeito, a manifestação da causa do trauma que já cessou ou, em termos lacanianos, um indicador da causa desejante que anima o sujeito. Reafirma-se com esta inversão a importância da singularidade para a psicanálise. Da clínica surge ainda um problema: como articular o operador galileano à noção de conflito

que se materializa na resistência? Este elemento implica em certas consequências para o trabalho de cura. Freud se vê na contingência de ter que capturar um outro operador além do galileano, aquele que foi proposto por Charcot para comprovar como se fazem e desfazem os sintomas histéricos - a hipnose.

Mas não basta demonstrar, sob o uso de uma técnica sugestiva, a reversibilidade de causa e efeito sintomáticos. Aliás, a sugestão não é suficiente para tornar os pacientes testemunhas fidedignas da teoria. Ao contrário, porque sugestionados, corria-se o risco de que os pacientes não pudessem oferecer mais do que um falso testemunho! Assim, Freud muda novamente a técnica de cura para atingir seu objetivo central. Já em companhia de Breuer tenta, não somente sugestionar através da hipnose, mas escutar o que diz o paciente na expectativa de curá-lo através da ab-reação de afetos que se desviaram das idéias que os causaram. Desta vez, tentaria o método catártico.

Outro fracasso! Este modelo ainda não produz o efeito desejado. Talvez os métodos falhassem porque o objeto era pouco preciso. O passo seguinte consiste portanto em delimitar o objeto da psicanálise: o inconsciente. Quanto à metodologia e à técnica da *praxis*, nova reformulação no referencial freudiano. O método é a análise, o método analítico de decomposição em elementos mínimos já consagrado nada menos que... pelas ciências da natureza (especialmente a química) há quase trezentos anos. Quanto à técnica, sofisticou-se a sugestão no âmbito do cerimonial

psicanalítico. De explícita, a sugestão se mimetiza em associação "livre".

Afinal, um método único para a cura e para a investigação científica? Ledo engano! Freud no final de sua vida declara a insuficiência do método analítico no que tange à cura. Entretanto, este mostrou-se extremamente profícuo para a construção teórica e fiel à tradição galileana de criar testemunhas fidedignas. Só não restaram a Freud tempo nem saúde para buscar outros métodos mais adequados.

LACAN D'APRÈS FREUD E GALILEU

"A questão que a natureza do inconsciente coloca diante de nós é, em poucas palavras, a de que alguma coisa sempre pensa. ...Trata-se de um pensar com palavras, com pensamentos que burlam nossa vigilância, nosso estado de alerta." (Lacan - 1970 - p. 201)

O lançamento de uma nova teoria pode ter por consequência reorganizar os campos de saber já existentes. Além disso, ossos do ofício, há que divulgá-la atraindo assim adeptos e detratores. Durante quase quatro décadas Freud dedicou-se por inteiro à causa psicanalítica, aceitando algumas contribuições de outros autores,

bem como corrigindo eventuais desvios de rota de sua inspiração. São as vicissitudes a que está sujeita uma obra tão densa como a que nos foi legada por Freud, abrangendo temas que conheceram várias formulações em diferentes épocas. Mas sua obra é feita com matéria de genialidade que lhe confere vida própria e capacidade de renovação, se respeitada em seus fundamentos.

A partir dos anos 50, Lacan inicia seu ensino regular de psicanálise com uma proposta de "retorno a Freud". O que estaria acontecendo por aquela ocasião que determinava a existência de uma proposta como esta? Qual o sentido da expressão "retorno a Freud"? O termo retorno contém uma idéia de localização. Está-se num ponto x e, conforme indica o prefixo *re*, que na língua portuguesa significa fazer outra vez, por retroação volta-se a y . Graficamente isto pode ser escrito da seguinte forma:



Nisto consiste a proposta lacaniana de "retorno a Freud" - empreender uma viagem de volta à inspiração original de Freud em sua descoberta do inconsciente. Retorno este a ser efetuado tanto desde um ponto de vista teórico, quanto prático. A teoria freudiana designa o inconsciente como um sistema dinâmico e complexo, cujas características incluem a mobilidade de cargas de energia típica ao

processo primário, ausência de negação e de dúvida, atemporalidade e regulação pelo princípio do prazer. O inconsciente enquanto um sistema - e não como adjetivo, isto é, algo que pode tornar-se consciente se evocado - consiste em inscrições psíquicas, por Freud denominados traços mnêmicos, e que Lacan posteriormente chamará letras. São marcas deixadas pelas primeiras experiências de satisfação a serem resignificadas só depois, que não se confundem com nenhuma entidade biológica ou psicológica passível de mensuração ou de quantificação, nem são localizáveis como um órgão concreto. Durante um processo de análise, o inconsciente se produz em suas formações dirigidas ao analista no âmbito da transferência.

Em "A Interpretação dos Sonhos" (1900), Freud demonstra os sonhos à semelhança de charadas - palavras, sílabas, letras fornecem pistas que permitem interpretá-los por mais obscuros ou fragmentados que estes possam parecer. Em "Psicopatologia da Vida Cotidiana" (1901) e em "O Chiste e sua Relação com o Inconsciente" (1905), Freud postula outras formações do inconsciente como subordinadas à dimensão psíquica da linguagem.

Em sua proposta de "retorno a Freud", Jacques Lacan também se vale do recurso da captura de operadores. Ressaltaremos uma destas apreensões devido a sua implicação epistemológica. Tomando o operador kantiano da homogeneização do que é científico em oposição ao que é filosófico, Lacan define uma nova distribuição dos saberes a partir de discriminar o que da psicanálise se inclui no campo da

ciência e em que aspectos a psicanálise veio criar um campo próprio - que não é ciência, filosofia, arte, nem religião. Um outro campo!

De fato, redimensiona-se o "fracasso" freudiano quanto à questão metodológica. O problema não estaria na falta de precisão do objeto de estudos da psicanálise ou na inadequação metodológica, mas na tentativa de situar a psicanálise exclusivamente no campo das ciências, estando este dominado pelo discurso da histórica que tem como produção um saber marcado pela impotência cujo efeito está em contradição com a verdade que enuncia. Aquilo que o anima é um desejo. Segundo Juranville,

"...esse saber que é efeito do discurso da histórica, não é em si mesmo, plenamente um saber. Pois um saber verdadeiro, que é escrita falante enuncia e invoca o significante paterno, a partir do qual ele é propriamente significante e válido para um sujeito. No caso do discurso da histórica, o saber, (...), se parece com o significante supremo, que não faz surgir ele mesmo, nenhum outro significante. O significante paterno e o sujeito (estão) abolidos do discurso e do saber da ciência..." (Juranville - 1987 - p. 302)

Falamos anteriormente do campo freudiano de saber. Como circunscrever este campo? O que é próprio à sua estrutura e que, portanto, define sua especificidade e o distingue dos demais? Lacan determina o campo freudiano como sendo balizado por quatro conceitos fundamentais: o **inconsciente** em sua perspectiva de linguagem, cujo conteúdo são os representantes da **pulsão**, tendo por

modo de operar a **repetição** e que emerge na **transferência**. Acrescente-se, um campo que aponta para a impossibilidade da completude, da relação sexual, da felicidade, da harmonia do homem com o meio em que se insere e, inclusive, consigo próprio. Um campo cujo saber possui valor de verdade e é suposto ao inconsciente, sujeito impessoal da psicanálise. Este saber se enuncia no discurso do analista, o único capaz de produzir um significante-mestre que diga da verdade parcial do sujeito. Diz Juranville,

"o característico do saber como saber "inconsciente" é, com efeito, ele ser um saber que não falta e que já se tem, e que, ao contrário, coloca como significante supremo um outro significante. Se o saber inconsciente é significante para o agente deste discurso, isso só pode se dar a partir do significante supremo e como letra, saber escrito." (Juranville - 1987 - p. 305)

Tanto a linguagem quanto a transferência comparecem a outras práticas psicoterápicas. O que singulariza a psicanálise é uma forma definida de trabalhar na transferência e a concepção do inconsciente como linguagem. Retornar a Freud é retornar por esta via. A propósito, um alerta neste sentido se encontra em "Psicologia das Massas e Análise do Eu": "nunca se sabe a dónde puede llevarle a uno tal camino; se empieza por ceder en las palabras y se acaba a veces por ceder en las cosas." (Freud - 1921 - p. 2577)

Quanto à metodologia, Lacan reafirma a análise. Quanto à técnica, modificações significativas se incluem, por exemplo, quanto à duração variável e à frequência das sessões segundo a lógica do tempo próprio ao inconsciente. Outra captura da igualdade entre causa e efeito descoberta por Galileu reverte-se no conceito de *objeto a*, simultaneamente objeto do desejo e objeto causa do desejo. Com Lacan, a testemunha da psicanálise não mais é buscada dentre os pacientes, mas desloca-se para o analista que deve dar provas da disciplina que professa ao longo de sua formação.

A psicanálise se estendeu em várias ramificações desde que Freud nos deixou há cerca de meio século. Estivemos trabalhando teoricamente desde maio de 1990 sobre o texto "A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder" (1958) onde Lacan passa em desfile a obra de alguns psicanalistas, contrapondo o que é próprio à psicanálise e o que escapa a seu campo. Quase no final do texto, que será frequentemente citado nesta dissertação por servir-lhe de causa teórica, Lacan assinala, "não é em vão que a psicologia analítica se orienta cada vez mais para a psicologia de grupo e até mesmo para a psicoterapia de mesmo nome." (Lacan - 1958 - p. 54) Foi esta a estrada vicinal que escolhemos para tema desta dissertação - a aplicação de conceitos psicanalíticos ao atendimento de grupo, especialmente o que diz respeito às direções de cura propostas por esta modalidade terapêutica.

A circunscrição precisa desta problemática, bem como outros aspectos gerais serão discutidos no capítulo *Quo Vadis?* No capítulo

Sonhos de uma Noite de Verão examinaremos mais de perto questões relativas à transferência. No capítulo *Ele Rouba Nada* trataremos de questões relativas à interpretação. No capítulo *Se Todos Fossem Iguais a Você* serão apresentadas questões relativas à identificação. Por último, faremos algumas considerações finais que alinhavem o nosso trajeto, mantendo aberto o canal de discussão.

QUO VADIS? ASPECTOS GERAIS

Alguns autores preconizam o atendimento psicoterápico institucional de grupo como sendo o mais adequado por uma série de fatores. Freire Costa, por exemplo, diz:

"... não aceitamos e, mais que isso, repudiamos, a idéia de que a população pobre deva ser assistida em massa pelo fato de ser pobre." (Freire Costa - 1989 - p.15)

Mais adiante, prossegue o autor:

"Por quê grupo? Porque acreditávamos que este enquadramento poderia respeitar mais as particularidades sócio-culturais mencionadas (hábitos mentais, estilos de comunicação, identidade psicológica, etc). Em grupo, as pessoas talvez pudessem se sentir menos acuadas pela figura do terapeuta e admitir com mais facilidade o enquadramento psicoterápico, posto que se sentiriam acompanhadas por outros pares." (Freire Costa - 1989 - p. 41)

Concordamos inteiramente com a primeira parte da assertiva. A nosso ver, limitar o atendimento psicoterápico ou reduzir o acesso ao dispositivo analítico tal como anteriormente balizado pelas posses materiais do sujeito é critério questionável e duvidoso. Quaisquer das abordagens psicoterápicas, psicanálise y *compris*, se

desenrolam na esfera do conflito psíquico e pela forma que o sujeito se dispõe a abordá-lo.

Quanto às demais razões enumeradas para o atendimento de grupo, esta hipótese pode ser válida e merece ser mais longamente testada, como admite seu próprio autor. Entretanto, questionamos até que ponto "as chamadas particularidades sócio-culturais" podem ser atribuídas aos fatores econômicos repudiados na primeira sentença da citação.

Outro aspecto a levar em consideração é que a clientela dos ambulatórios públicos não mais se restringe apenas aos pobres de "marredesi", "vítimas das doenças dos nervos", mas também aos empobrecidos por anos de crise econômica a que estamos expostos. São pessoas tidas como de classe média; proprietários de sua moradia; alguns, de automóvel; com escolaridade de terceiro grau ou até mesmo pós-graduação, que durante algum tempo tiveram, inclusive, acesso a atendimento particular, do qual foram privados pela recessão, pela inflação, pelo achatamento salarial. Ou seja, sujeitos cujos códigos já não se situam tão distantes daqueles dos profissionais. Ainda assim o atendimento de grupo é a melhor opção? Com que argumentos se sustentam respostas afirmativa ou negativa a esta questão?

A nós, analistas, por Lacan (1958 - p. 3) um dia levados ao banco dos réus cabe, não um *mea culpa*, mas pensar questões que emergem da clínica. Afinal, não estamos imunes à crise, que se

insinua em nossos consultórios esvaziando nossos divãs. Além disso, muitos de nós já trabalham também no serviço público. Ou seja, estão em contato direto com o problema nos dois pontos em que este se manifesta.

Reconhecemos que de nossa parte negamos esta conjuntura durante muito tempo. Recebemos, porém, uma proposta de um profissional de instituição pública para observar atendimentos de um dos grupos por ele conduzidos. Com isto lançamo-nos numa longa discussão sobre teoria e prática em instituições públicas. Levando em conta sua extensão e complexidade, um recorte se impõe. Como vínhamos estudando o escrito lacaniano sobre a direção da cura, tomamos esta noção como pivô de nossa pesquisa de campo e para esta dissertação.

Inegavelmente nos aproximamos de um terreno delicado. Incomum é interrogar no referencial de uma linha de trabalho que parece se apresentar infensa a dúvidas, seja porque os profissionais que a escolheram, de um modo geral, recolhem-se ao terreno preferencial das emoções, ao qual não se aplica este critério; seja porque,

"se supõe os supostos, logo se instrumentaliza-os na prática, volta-se a reencontrá-los não sem assombro na "teorização" e assim se circula, se empiriza o objeto teórico e se ideologiza o empírico.

Se me confirmo na prática, o que digo na teoria ou na teoria o que faço na prática: o que deixo de fazer é perguntar-me." (Lancetti - 1986 - p. 87),

Incomum também é a articulação que aqui propomos para um psicanalista de escola francesa. Mas não há que se deixar arrebatado pelo aço de certas armadilhas. Lembremos, é Narciso quem só se interessa por onde esteja refletida a sua imagem... Por quê não tentar despertar o interesse da comunidade científica e psicanalítica para esta nova situação que advém da clínica? Como manejá-la? Recordemos que

"...foi a experiência que impôs questões a Freud, e continua a impô-las aos analistas, uma experiência singularmente desorientadora, aberta, problemática; daí a diversidade de modelos, e até de metáforas de Freud, cujas características de provisório, mutável e parcial são sempre lembradas. Depende sempre de nós se o saber é um guia ou uma tela." (Pontalis - 1968 - p. 199)

Se temos como ponto de partida a prática clínica, a esta visamos retornar por um circuito que em nada é ingênuo. Um saber nos guia. Utilizaremos, nesta dissertação, conceitos psicanalíticos tal como concebidos por Sigmund Freud e Jacques Lacan uma vez que, pelo rigor de sua coerência teórica e por seu caráter científico, são passíveis de extensão para que se empreenda uma leitura de outras atividades humanas. No caso, nosso objetivo consiste em

problematizar o campo das teorias de atendimento psicoterápico de grupo, pensar seus limites e direções e, sobretudo, na assimilação efetuada pelas correntes de pensamento grupalistas de conceitos psicanalíticos, revestindo-os das mais diversas ideologias.

É fundamental ainda ressaltar que não constitui absolutamente nosso propósito nesta dissertação realizar qualquer tipo de avaliação ou julgamento do trabalho do profissional que nos incluiu como observadora, tampouco da eficácia terapêutica desta prática. Daí termos prescindido do relato das sessões observadas, à exceção de algumas falas de pacientes que nos trouxeram questões teóricas quanto ao atendimento de grupo. Exclusivamente para contextualizar a origem de nossas questões, incluiremos a seguir alguns dados sobre o universo pesquisado - a instituição, seus profissionais, o grupo observado - e acerca da observação.

O PERFIL DO AMBULATÓRIO ONDE FUNCIONA O GRUPO OBSERVADO

Os dados reunidos para construir este perfil foram coletados verbalmente, em diferentes ocasiões, junto a vários profissionais da instituição. A eles pedimos, em situações informais, que nos reportassem o que sabiam da história do lugar onde trabalhavam. Incluem-se ainda algumas informações obtidas de pacientes, também em caráter informal.

O atual Posto de Assistência Médica do INAMPS - PAM-RJ-BOTAFOGO-Psiquiátrico - onde se efetuou esta pesquisa oferece apenas atendimento ambulatorial. Está localizado em prédio próprio, uma simpática construção de dois andares recoberta de tijolinhos, num bairro da zona sul da cidade, mais precisamente em Botafogo, à Rua Dona Mariana, logradouro que abriga algumas residências nobres e clínicas particulares.

Uma outra particularidade a ser destacada é o fato que este ambulatório é o único Posto de Assistência Médica da cidade onde se exerce uma só especialidade clínica, a psiquiatria. Sua área física construída é de 416,79 metros quadrados, contando com dez consultórios (sendo dois grandes para atendimento de grupos), sala do diretor, secretaria, arquivo, duas salas para exames encefalográficos, duas salas para a farmácia (dispensação de medicamentos da CEME e depósito), uma sala do centro de estudos, uma sala de material, três salas de espera, cozinha, cinco banheiros e áreas de circulação. O ambulatório tem no momento cerca de 70.000 prontuários em seu arquivo e realiza cerca de 3.800 consultas mensais. Funciona de 7 às 19 horas, de segunda a sexta-feira, e oferece os seguintes serviços prestados por 42 profissionais assim distribuídos:

- . assistência médica psiquiátrica - dezoito médicos psiquiatras;
- . serviço social - quatro assistentes sociais;
- . atendimento psicológico - duas psicólogas;

- . farmácia - uma farmacêutica;
- . enfermagem - duas enfermeiras;
- . administração - quinze funcionários.

Sua inauguração data de fevereiro de 1973. Inicialmente esteve ligado ao ex-IPASE (Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores), numa época em que cada categoria funcional contava com seu instituto de assistência médica e previdência. O ambulatório estava destinado, portanto, a atender tão somente aos servidores federais, que para isto eram descontados em folha de pagamento, e seus dependentes. Há referências de profissionais e de pacientes antigos como tendo sido esta a "Idade de Ouro" do ambulatório, que prestaria então um serviço de primeira qualidade a uma clientela igualmente prestigiada de funcionários públicos.

Em 1974, uma reforma administrativa reuniu os institutos das várias categorias funcionais no Ministério da Assistência e Previdência Social, sendo o INAMPS o órgão deste ministério encarregado da assistência médica prestada em postos e hospitais da cidade. Estes estenderam seu atendimento a todo e qualquer cidadão que tivesse vínculo empregatício documentado em carteira profissional na ocasião, ou pelo menos nos doze meses anteriores, ainda que no momento de registro nas instituições de saúde estivesse desempregado.

O referido ambulatório de psiquiatria passou então à égide do INAMPS. As referências a este período indicam que, se por um lado

ampliou-se a clientela a ser atendida, por outro nota-se uma queda na qualidade do atendimento. Diante das dificuldades burocráticas para aumentar regularmente os quadros de servidores de saúde do INAMPS, vigorou durante algum tempo um sistema de *leasing* - o governo federal contratava de companhias privadas médicos e paramédicos para atender no serviço público. Eventualmente, estes profissionais prestaram concurso ou foram automaticamente anexados como funcionários públicos.

A Constituição de 1988 estabeleceu o Sistema Unificado de Saúde. O ambulatório enfrenta uma situação anômala: é transferido para a estrutura administrativa do Estado do Rio de Janeiro, de onde recebe subvenção para seu funcionamento. Entretanto, pelo menos por enquanto, continuam ali trabalhando os mesmos funcionários do INAMPS que já se encontravam antes da reforma. Nesta nova fase, estende-se o atendimento a todo e qualquer cidadão, independente de sua situação funcional.

Quanto às linhas teóricas de atendimento, o ambulatório dispõe desde tratamento farmacológico de cunho organicista à psicoterapia para neuróticos, grupos operativos para psicóticos, para alcoólicos, grupos operativos para as famílias destes pacientes, incluindo a possibilidade de combinações entre os atendimentos. As indicações para outros tipos de atendimento são feitas segundo critérios de disponibilidade de horário e interesse dos pacientes no tratamento.

Enquanto em alguns outros postos o atendimento psicoterápico de grupo chegou a ser proibido em certos momentos, relata-se que nunca houve por parte das chefias do Dona Mariana exigência explícita de exclusividade de orientação teórica em detrimento das demais. Deste modo, os profissionais ali lotados têm flexibilidade para trabalhar com aquilo que mais lhes interessa e da forma pela qual se sentem mais aptos, sem que haja sequer recomendação da instituição para que se coordenem em equipes. Se esta característica tem um lado positivo quanto a manter um certo lastro de ação para os profissionais; por outro, observa-se um distanciamento entre os mesmos. Apesar de estarem ali em número reduzido, alguns não se conhecem e/ou não estão informados sobre as possibilidades de atendimento que o ambulatório dispõe. Muitos dos médicos atendem também em consultório particular, onde conduzem ou conduziram grupos. Aqueles que deixaram de fazê-lo alegam falta de demanda, bem como o interesse de retomar esta atividade caso haja oportunidade.

Como a inauguração do ambulatório corresponde, na década de 70, a uma época em que se assiste à consagração das teorias grupalistas de orientação psicanalítica, seja pela manutenção de enclaves pró-grupo nas instituições de formação psicanalítica da cidade ligadas à IPA (International Psychoanalysis Association), seja pela fundação de instituições de formação de psicoterapia de grupo, às quais vários profissionais do ambulatório estavam engajados, esta tornou-se a forma mais frequente de atendimento, ainda que não houvesse nenhuma resolução oficial, documentada,

neste sentido. Se por um lado não se impede que alguns profissionais e pacientes optem por atendimento individual, esta modalidade também não é estimulada. Discussões mais recentes sobre a matéria parecem favorecer a tendência grupalista.

SOBRE A HISTÓRIA DO GRUPO OBSERVADO

Desde um ponto de vista geral, história se define, dentre outras formas, como uma narrativa metódica de fatos relevantes que se passaram ao longo da vida de algo ou de alguém. Este sentido aponta necessariamente para um tempo passado. Trata-se de algo que já teve início e, possivelmente, fim. Entretanto, é preciso sempre não deixar de lado o fato de que o grupo estudado ainda se encontra em atendimento, e que sua história, não só prossegue, como pode ainda vir a ser objeto de outras significações. É este dado mesmo que impede de contar a história do grupo como algo pronto e acabado, que teve lugar só num tempo passado. A perspectiva de resignificação aponta, assim, também para um tempo futuro. Grinberg, Langer e Rodrigué invocam seu mestre Bion que

"llama a dicha historia la "Biblia" del grupo, porque contiene sus proezas, y sus elementos normativos. Sirve, además, para diferenciarse de cualquier otro grupo. Sus episodios más importantes suelen ser comunicados a los miembros nuevos, para

asimilarlos y realzar ante sus ojos el valor del grupo, al cual pertenecerán." (Grinberg, Langer, Rodriqué - 1957 - p. 119, 120)

Ademais, por certo que não passa de uma enorme pretensão falar da história do grupo estudado. Isto porque a observação que forneceu subsídios para esta dissertação não coincidiu com a primeira sessão do grupo e nem foi possível encontrar todos os monitores e participantes que por ali passaram para coletar dados a este respeito. Ainda que isto tivesse ocorrido desta forma, com tudo que se pudesse reportar aqui, não se obteria mais do que versões possíveis do que se passou. Se houvesse como cotejar as versões dos vários membros que passaram pelo grupo em suas diferentes fases é provável que se encontrariam alguns ou vários pontos em comum. Mas cada um tem a sua versão da história para contar. Para cada um este ou aquele episódio, este ou aquele detalhe de uma dada sessão é mais importante. Foi mais significativo quando ocorreu e, com o decorrer do tempo, perdeu em tom e intensidade. Assim, talvez a forma mais adequada de introduzir esta parte no trabalho seja apresentá-la como fragmentos da história do grupo observado, considerando-se que toda versão é mesmo composta por fragmentos e nada mais.

Uma história, seja ela qualquer, depende de quem conta, para quem se conta, quando, como e onde se conta. Se para alguns o conteúdo da narrativa é o mais importante, às vezes, mais importante ainda pode ser o efeito que se pretende produzir quando se conta uma história. De uma narrativa oral de uma história obtem-

se um certo tipo de efeito. Em caso de narrativa por escrito por certo que se produzirá alguma outra coisa. O que se exige da capacidade de escuta daquele a quem chega a narrativa varia num e noutro caso.

Em alguns capítulos de sua *Poética*, Aristóteles percorre certas formas de contar uma história, seus objetivos, acrescentando opiniões sobre cada uma delas. Ali se lê:

"Pois a diferença entre o cronista e o poeta não reside em que um faz versos e o outro prosa (poder-se-ia versificar a obra de Heródoto: ainda assim seria uma crônica em verso): a diferença é que um diz o que ocorreu; o outro, o que poderia ocorrer; é por esta razão que a poesia é mais filosófica e mais nobre do que a crônica. A poesia trata preferencialmente do geral: a crônica, do particular...

Quanto à comédia, a coisa é evidente à primeira vista: os poetas constroem suas histórias com auxílio de fatos verossímeis, dando-lhes depois, como suporte, nomes escolhidos ao acaso. ... Os trágicos, ao contrário, se atêm a nomes de homens existentes na realidade.

...

O horror e a piedade podem certamente surgir do espetáculo mas também do próprio conjunto de fatos: este é o melhor procedimento e

revela o melhor poeta. Com efeito, é necessário que, independentemente do espetáculo, a história seja constituída de tal maneira que diante dos fatos que se produzam, tremamos de emoção ... é o que sentimos ao ouvir a história de Édipo." (Aristóteles - 1991 - p. 9)

Não se trata aqui de poesia, crônica ou de comédia. É à comunidade acadêmica que nos dirigimos. Portanto, este texto deve ter um caráter científico no que tange, dentre outros aspectos, à objetividade. Porém, ressalte-se: nessa comunidade também tomam parte alguns psicanalistas, profissionais por acepção afeitos ao trágico do destino humano, matéria-prima de seu afazer diário. Aqueles que, tal Édipo, têm horror a seu ato mas não podem deixar de a ele comparecer. Aqueles que participam do cenário analítico com ouvidos e palavras para que se opere a castração simbólica. Em relação ao estagirita sobre o nosso propósito divergimos apenas quanto à piedade.

Apresentamos resumidamente o percurso do grupo investigado conforme o relato que nos foi feito pelo atual responsável pelo atendimento. Este grupo foi formado há cinco anos atrás, para funcionar em regime semi-aberto, ainda que não fossem bem definidas as regras para a entrada e a saída dos membros. O atendimento se faz em sessões semanais de uma hora e quinze minutos, destinando-se a pacientes adultos, neuróticos, de ambos os sexos, com idades acima de trinta anos. Num primeiro momento, esteve a cargo de um

médico psiquiatra, um dos veteranos do ambulatório, que possuía formação psicanalítica e de grupo.

Quando o grupo contava com cerca de três anos de atividade, o referido monitor afastou-se por motivos funcionais, não sem antes indicar um outro profissional que o substituísse. Este substituto apresentou-se, coordenou algumas sessões, mas não foi aceito pelo grupo. A esse sucedeu-se um terceiro profissional, igualmente rejeitado pelo grupo. Não foi possível precisar com exatidão quanto tempo o segundo e o terceiro profissionais permaneceram no grupo até serem ejetados pelos pacientes.

Finalmente um quarto profissional se apresentou e mereceu a acolhida e o reconhecimento do grupo como sendo aquele que deveria conduzir o trabalho. Lembrando o que nos ensina Freud em a "Psicologia das Massas e Análise do Eu" (1921), o líder, na verdade uma degradação do pai primevo, só é líder porque a massa o fez ascender a esta posição privilegiada para expiar sua culpa pelo crime inaugural que origina a civilização no mito científico de "Totem e Tabu" (1913b). A sociabilidade seria, portanto, uma forma de defesa contra esta culpa "original".

O quarto profissional, que continua como monitor do grupo até a presente data, também é médico psiquiatra, em formação psicanalítica na Sociedade Brasileira de Psicanálise (RJ), convidou-nos para a observação que gerou esta dissertação. A partir

de sua entrada para o grupo definiram-se mais nitidamente algumas regras de funcionamento:

- . fixou-se o número máximo de pacientes atendidos no grupo em oito;

- . o paciente que faltasse a uma sessão deveria comunicar sua ausência ao grupo;

- . três faltas consecutivas sem justificativa acarretariam a exclusão do paciente e, portanto, a abertura de uma vaga para a entrada de um novo membro.

Durante nosso período de observação do grupo vimos ser cumprida parcialmente apenas uma destas regras. Alguns dos pacientes avisaram que faltariam à sessão seguinte, quando se tratava de algum motivo previsível para a ausência, ou telefonaram para o ambulatório em caso de imprevisto no dia mesmo da sessão. Alguns pacientes avisaram que se ausentariam por mais de três sessões por motivos de férias, saúde ou outros, garantindo assim sua vaga no grupo. Quanto às demais regras, houve momentos em que o grupo funcionou com mais de oito pacientes, assim como a ausência de alguns pacientes por mais de três sessões consecutivas sem justificativa não implicou necessariamente em seu desligamento ou na abertura de vaga. Destaca-se em particular o caso de uma paciente que esteve ausente por quase todo o período em que lá estivemos observando e que retornou posteriormente, dentro do prazo por ela previsto.

Houve a participação de pelo menos um outro observador em período anterior à nossa passagem pelo grupo, a convite do mesmo profissional. De um modo geral, este outro observador não teria sido bem aceito por todo o grupo, ainda que ali permanecesse pelo tempo determinado.

Nossa observação teve início na primeira sessão do ano de 1991, coincidindo com a volta do grupo após um intervalo de cerca de dez dias devido aos feriados de fim de ano. Segundo nos informou o monitor, não houve consulta prévia ou sequer comunicação ao grupo quanto à inclusão de uma nova observadora. De nossa parte igualmente desconhecíamos nomes e dados das histórias de vida de cada paciente. Após a primeira sessão tomamos a iniciativa de perguntar ao profissional encarregado a este respeito.

Quando de nossa entrada para observação, o grupo constava de oito pacientes com idades variando entre 35 e 57 anos, todas do sexo feminino. Duas características marcaram o grupo em 1991: do número máximo de pacientes a serem atendidos fixado em oito, manteve-se um núcleo básico de cinco pacientes, enquanto que para as três vagas restantes houve uma flutuação; esse núcleo básico era constituído por mulheres. Ao todo, naquele ano, estiveram no grupo, onze mulheres e três homens. Dos três homens, um compareceu a apenas uma sessão; um participou durante quatro meses com muitas faltas e outro durante dois meses com assiduidade.

Fomos apresentada pelo monitor como uma psicóloga que veio para observar o grupo e que deveria ficar nesta condição durante um ano. Ao nos ver entrar na sala de atendimento na primeira quarta-feira de observação, uma paciente levantou-se e pôs a bolsa a tiracolo como se preparando-se para sair. Enquanto isto, o médico cumprimentava o grupo e nos apresentava. Feita a apresentação, diz esta paciente em tom desafiador, olhando para esta observadora:

T -" Já sei... É pra aprender, 'né? ... Fazer tese de mestrado, 'né? Pensei que fosse para substituir o C. (o profissional que atende o grupo). Se fosse, eu já ia embora. ... Se fosse pra mudar outra vez, pra você atender o grupo, eu não ficava mais aqui por nada deste mundo."

Da fala desta paciente, a primeira que escutamos no grupo, sublinhamos o que ela diz diante da possibilidade de nova substituição do responsável pelo atendimento do grupo. Apesar de que esta paciente não participasse da formação inicial do grupo, a perspectiva de mais um novo monitor é um elemento que compõe diferentes capítulos de sua história. Pelo menos da versão que nos foi relatada por aquele que nos convidou a observar.

Até que ponto cada um dos atuais pacientes têm conhecimento desta história não nos foi possível precisar. O fato é que a angústia devido à substituição apareceu no discurso daquela paciente. Como escutar aquela fala naquele momento? A paciente falava dela mesma, por ela? Sim, é claro. Mas também pelo grupo,

assumindo o papel de porta-voz, de acordo com autores que lidam com o grupo como uma totalidade? Repetição? *acting-out*? De que forma foram elaborados esses vários lutos, essas perdas, se é que isto por ventura ocorreu?

A história que nos foi contada pelo atual responsável pelo grupo é consequência do contexto institucional - que inflinge os pacientes a condições questionáveis de tratamento, uma vez que outras coisas tais como remuneração, promoções, ascensão funcional, reformas administrativas, greves, etc. estão em jogo para estes profissionais, além de considerações teóricas ou acerca da prática - ou das teorias que servem de suporte ao manejo do material colocado pelos pacientes? Em que medida esses dois aspectos se somam num pacto perverso cujo resultado é a rotatividade de profissionais e de participantes do grupo? Quais os efeitos terapêuticos de um trabalho executado desta forma? Mesmo assim, alguns pacientes estavam ali há dois anos ou mais. Como isto era possível?

Estas foram algumas das questões que levantamos desde o primeiro instante e que de certo modo nos acompanharam ao longo de todo aquele ano. Ainda que se possa tecer conjecturas acerca da força da coesão deste grupo, que se manteve funcionando apesar de tantas mudanças, não se pode ignorar a angústia que perpassa cada uma das situações. Tratava-se apenas de uma mudança de pessoas ou houve algo mais? Questões desta ordem nos mantinha na escuta... Aliás, na observação. Passemos, pois, a este tópico.

SOBRE A OBSERVAÇÃO DE GRUPOS

A observação de um grupo está relacionada à transmissão da psicoterapia de grupo. A observação pode ocorrer em diferentes fases da transmissão. Uma possibilidade é um coordenador iniciante observar o trabalho de alguém mais experiente. Na segunda possibilidade de observação, invertem-se as funções. Na terceira possibilidade, observador e coordenador são pares experientes que se compõem com um intuito de colaboração ou "...con el deseo de confrontar técnicas diferentes." (Grinberg, Langer, Rodrigué - 1957 - p. 71)

Idealmente preconiza-se que a formação do monitor de grupo deve incluir além da parte teórica, análise individual, participação como membro de um grupo, observação, supervisão e experiência em instituições destinadas a camadas da população de baixa renda. Note-se que muitas vezes há dificuldade de operacionalizar a etapa de observação no caso das restrições impostas pelo atendimento de caráter privado.

Os autores da Escola Argentina designam a quem desempenha a função de observador de grupo três tarefas principais:

"a) registrar como resultado de la observación directa, la comunicación verbal y no verbal intercambiadas en el grupo, las interrelaciones de los distintos miembros y los cambios que se producen de una sesión a otra; b) conferenciar con el terapeuta después de cada sesión; y c) el análisis subsecuente de los datos obtenidos." (Grinberg, Langer, Rodrigué - 1957 - p. 69)

Roga-se ao observador, além do silêncio, manter atitude impassível diante do que quer que aconteça no grupo. Sua presença deve ser neutra e sua participação atém-se à transcrição das sessões. Em favor do expediente da observação de grupo enumeram-se como positivos os seguintes aspectos: o observador certamente percebe dados que escapam ao coordenador, de forma que sua contribuição só tem a enriquecer o trabalho. Sua inclusão em um grupo pode imprimir um ritmo mais produtivo em termos psicodinâmicos. Especialmente quando se trata de instituições assistenciais, os grupos formados por membros de baixa renda sentem-se valorizados - é possível aprender com eles!

Por outro lado, o observador encontra-se na difícil condição de corpo estranho temporário no grupo, o que, por isso mesmo, provoca todos os tipos de reação por parte dos membros. A literatura específica relata casos de intolerância de todas as partes: o coordenador que se vê ameaçado em seu narcisismo, sentindo-se julgado ou criticado; o observador, por não suportar o peso das exigências que lhe são feitas por uma função que, na prática, varia entre monge copista e secretário eficiente e cordato

do coordenador; e os membros do grupo que oscilam entre perseguidos e perseguidores.

Há ainda a hipótese de que coordenador e observador, preferencialmente cada um de um sexo, sejam identificados ao casal parental, enquanto que os demais membros do grupo encarnam a prole, remetendo-se, assim a situação de grupo à família, historicamente o primeiro grupo a que cada um se vinculou. Ou que, tomados como objetos fantasmáticos, coordenador e observador representem em separado as partes boas e más dos membros do grupo.

Esta modalidade de observação não participante foi muito utilizada nos primórdios do atendimento de grupo, quando não havia instituições de formação de coordenadores de grupo e quando as instituições psicanalíticas não aceitavam o atendimento de grupos. Numa fase posterior, costuma-se utilizar com mais frequência a co-terapia - dois coordenadores que intervêm junto ao grupo em igualdade de condições, independente da experiência profissional de cada um neste tipo de atendimento, sendo menos aconselhável, por motivos óbvios, uma parilha em que os dois coordenadores estejam apenas se iniciando neste campo de trabalho.

Note-se que, neste caso, a tarefa de observação é mantida, assim como os demais aspectos da fenomenologia e da técnica anteriormente referidos. O que varia de fato é a participação ativa e alternada de dois coordenadores, cujas atuações devem ser complementares. Paiva citando Laing, diz que a complementaridade,

uma função determinada pelo aspecto biológico e, ao mesmo tempo uma opção pessoal, divide-se nos tipos A - em que há igualdade de condições - e B - em que não há igualdade. E exemplifica, "uma mulher não pode ser mãe sem ter filhos. Precisa de um filho que lhe dê a identidade materna". (Paiva - 1991a - p. 355) No caso da co-terapia, a complementaridade de tipo A é a mais indicada, dentre outros motivos, por facilitar a resolução dos impasses que os grupos enfrentam.

DE NOSSA EXPERIÊNCIA COMO OBSERVADORA

"... o psicanalista não observa nada; nada, exceto o dito que escuta e a partir do qual infere outros dizeres".
(Nasio - 1991 - p. 23)

Não era de nossa intenção partir para o trabalho com grupos, essencialmente por questões transferenciais. O convite informal de um coordenador para efetuarmos a observação silenciosa de um de seus grupos apanhou-nos de surpresa. A quê estava sendo chamada? Haveria algo quanto a interrogar o desejo do monitor? Afinal, é preciso se dizer, não havia entre nós nada daquilo que se supõe a quem trabalha desta maneira - nem entrosamento teórico, nem laços profundos de amizade e confiança. O contato profissional era apenas amistoso e cordial.

Aos motivos já alegados para atender em grupo por Freire Costa, acrescentam-se outros: são muitos os pacientes para atender ou exigem-se estatísticas de atendimento altas. Para dar conta dessas demandas é vantajoso reunir os pacientes em grupos. Durante uma hora pode-se atender oito, dez ou mais pessoas no caso de trabalhar-se em co-terapia. Mas, nenhum destes argumentos nos soa minimamente consistentes. Há que se reconhecer, trazemos a marca da psicanálise: demanda não é para ser atendida. Além disso, será que há mesmo tanta gente assim buscando algo que se coloca no campo *psi*? E neste campo, buscando grupo? De quem é esta demanda? Investigue-se.

Consideramos, estaríamos partindo de uma postura apriorística? Quem sabe não valeria chegar até lá e escutar do que se tratava? Escutar os pacientes... Quando nada, aquela poderia ser uma oportunidade única de intercâmbio científico. Na pior das hipóteses, declinar-se-ia, então, do convite, mas já aí munida de material para pensar. Em que pesem todas as divergências teóricas, o fato é que a experiência causou-nos o suficiente para produzir esta dissertação.

Foi assim, movida por um desejo de interlocução, e não de confrontação, que nos dirigimos à observação. Cabe esclarecer que tivemos antes o cuidado de frisar mais uma vez para o coordenador que nos alinhamos em outra ala teórica, fato que para ele não

representou, pelo menos de início, um problema. Como recomendação inicial, pediu-se-nos apenas silêncio e discrição.

Se a escuta de um só paciente em atendimento individual traz sua complexidade, esta se multiplica quando na situação de grupo. Diante de um universo tão novo, tomamos a iniciativa de registrar o material das sessões por escrito antes de mais nada como um exercício de escuta, para tentar acompanhar o fluxo das associações de cada paciente, entre um paciente e outro, as intervenções do coordenador e seus efeitos. Um exercício de escuta que se revelou excepcional e que reverteu em favor de nossa clínica individual. Pela própria condição de observadora silenciosa não tínhamos mais do que escutar.

Às anotações, acrescentávamos algumas questões e pontuações, explicitando ao coordenador que não as compreendesse como críticas ou julgamento. Se se diz que um coordenador pode sentir-se atacado em seu narcisismo, por outro lado também tem ocasião de envaidecer-se quando alçado a lugar de mestria. Acima de tudo havia de nossa parte um desconhecimento quase total de teorias e técnicas de atendimento de grupo. Até participáramos como membro de um grupo por um curto período, logo no início de nossa graduação. Mas ali nosso interesse era outro e logo optamos por análise individual.

Sem dúvida, já tínhamos lido o livro freudiano sobre a psicologia das massas mais de uma vez até então. Entretanto, segundo a leitura que fazemos deste texto, Freud não propõe ali ou

em outra parte qualquer de sua obra um atendimento de grupo. Se se aventura a outros campos de saber - atrelando à luz do exame das teorias de Gustave Le Bon e de McDougall a psicologia do sujeito à psicologia social, Freud o faz para respaldar suas postulações sobre o sujeito. Obviamente, só se pode falar de uma unidade semelhante ao eu fundada desde a alteridade e da vida psíquica determinada simultaneamente pela dinâmica pulsional e pelas relações sociais. Outrossim, as características imputadas por estes dois autores seu objeto de estudos (as multidões são mais excitáveis, impulsivas e irracionais) coadunam-se ao conceito de processo primário a que está submetida parte do aparelho psíquico psicanalítico. Trabalhar com o sujeito do inconsciente comporta o Outro de onde ele veio. Isto é diferente de concretamente reunir este, aquele e outro, outrinhos, numa sala e assumir que juntos performem um ego ou um inconsciente grupal. O inconsciente freudiano, não é demais relembrar, tem um caráter essencialmente singular.

Voltando à questão da observação, após um mês e meio de participação, saímos de férias. Ao retornar, havia dois novos pacientes no grupo, um homem e uma mulher. Quando esta perguntou a nosso respeito, uma outra respondeu:

E - " Ela é a muda do grupo."

Ante esta resposta, os demais membros riram muito. Terminada esta sessão, uma das pacientes que reagiram mais adversamente a

nossa presença desde o início, dirige-se a nós já de fora da sala e diz:

T - " Gostei muito desta sessão porque o C. (o monitor do grupo) falou mais. Foi bom você voltar. Venha sempre, toda quarta-feira. No começo eu não gostava de você. Implicava com tudo, sua roupa, seu cabelo, seu modo de sentar. Mas agora já passou. Venha sempre."

Em outras ocasiões reitera-se no discurso desta mesma paciente a associação entre nossa presença e a participação mais ativa do coordenador nas sessões. Coloca-se-nos, então, uma questão, até que ponto um observador pode assumir para o grupo uma certa função de enigma, um terceiro cujo silêncio pode minimamente fazer retornar ao sujeito o *Che Vuoi?* Aos que o ignoram, digamos, o sujeito do inconsciente é ético. Ele não se absterá de lançar mão de quantas ou quais escaramuças onde deixar as pistas de seu desejo.

Se por força da entrada do observador passa a haver uma triangulação, esta não se conforma à trindade familiar encarnada - pai/coordenador, mãe/observador, filhos/membros do grupo. Antes serve de suporte ao Outro, cuja função é tantas vezes denegada pelo tipo de intervenção ali utilizado. A alteridade referida no grupo é semelhante - outro ou eu, daquele uma sombra.

Duas foram as maiores dificuldades encontradas ao longo desta observação: a primeira dizia respeito à falta de articulação entre

o que se passava nas sessões e alguma teoria. A psicanálise já dera provas de sobra de sua coerência interna. Entretanto, paradoxal em vários momentos de sua construção, deu margem ao que se pode chamar, com elegância, de diferentes leituras, ou mais incisivamente de desvios. Alguns destes desvios mostram-se tão radicais que poucos traços ainda lhes restam das origens, apesar de que se valham da mesma terminologia. Muitas vezes, no comentário posterior às sessões encenavam-se exemplos memoráveis do mais perfeito diálogo de surdos.

Fiel a nosso desejo de interlocução, solicitamos ao coordenador que nos indicasse alguma bibliografia especificamente sobre o atendimento de grupos. Lemos alguns autores renomados: Bion, Slavson, Foulkes, Pichón-Rivière. Alguma coisa se esclareceu quanto a aspectos teóricos, ainda que aquelas "experiências com grupos" soassem tão diversas e defasadas no tempo em relação ao que se passava no grupo das quartas-feiras, e outras tantas questões se colocaram.

A outra das dificuldades referida prende-se à noção de grupo como totalidade. Talvez pela marca de nossa clínica e de nossa própria análise, tendíamos sempre a escutar os sujeitos, cada sujeito com seu discurso, e não o grupo. No máximo, um dito de um membro do grupo gerava por associação um dito de um outro sujeito, sempre marcado por algum deslizamento, ainda que sutil. Fazer valer a fala de um membro como enunciado de todo o grupo exigia de nós um grande esforço de raciocínio e de escuta, inclusive porque muitas

vezes havia entre os ditos contradição ou contrariedade ou mesmo nenhuma relação aparente, a menos que se levasse em conta a hipótese da associação livre.

Uma situação particularmente delicada, embaraçosa mesmo, ocorreu numa sessão de setembro. Consideramos que não convém objetivar uma experiência terapêutica, bem como os riscos compreendidos em pinçar qualquer parte do material colocado numa sessão. Não vem ao caso discutir aqui o que ocorreu em minúcias. Basta dizer que os pacientes começaram a faltar às sessões. Pior, um deles, que compareceu, chegou a dormir em sala durante uma sessão de um grupo onde praticamente não houve momentos de silêncio em 1991. Conversando sobre a crise o coordenador propôs, então, buscarmos uma supervisão para aquele atendimento.

Este foi certamente um dos momentos mais ricos daquela jornada. Afinal não bastava acolher o outro, este pobre e infeliz que, desprovido de meios só tem como alento o ambulatório de psiquiatria. É preciso também ali receber do Outro para transmutar o que não ultrapassaria o impasse em interpretação. Produzir-se-ia, assim, algum deslizamento que permitisse realocar as funções de causa, do gozo, do saber.

* * * * *

Seguindo nosso propósito de tratar de aspectos gerais, comecemos pelo mais óbvio, o que não quer dizer o mais simples. O que é grupo? Segundo nos informa o aurélio, grupo é uma

"reunião de coisas ou pessoas; uma forma básica da associação humana; desde o ponto de vista sociológico, agregado social, que tem uma entidade e vida própria e se considera como um todo, com suas tradições morais e materiais". (Holanda - 1961 - p. 615)

Pelo menos em parte, excetuando talvez apenas o que tange às tradições materiais, esta definição sociológica de grupo se superpõe às definições de teorias de psicoterapia de grupo. Entretanto, a perspectiva social é a que por ora menos diz respeito ao que se investiga. E quando por outro lado, buscamos tomar a questão pelo viés psi que nos interessa, deparamo-nos com dificuldades relativas a uma circunscrição universal de um conceito de grupo extensivo também às teorias psicoterápicas que o tomam como objeto. De um modo geral, estas invocam o grupo sempre como um objeto já constituído em função de pressupostos tais como instinto gregário ou instinto social que seriam comuns à espécie humana. Daí afirmações tais como:

"O homem é um animal de grupo em guerra tanto com o grupo como com aqueles aspectos de sua personalidade que constituem sua <<grupalidade>> (groupishness). " (Bion - 1975 - p. 156)

"O que necessita de explicação não é a existência de grupos, mas sim a existência de indivíduos." (Foulkes - 1957 - p. 265)

"...o inconsciente está estruturado como um grupo..." (Kaës - 1977 - p. 20)

As dificuldades de definição estendem-se à demonstração. Buscando material para esta pesquisa, encontramos por acaso uma referência de Dor (1990 - p. 23,24) ao matemático francês Evariste Galois que propõe no século XIX um modelo para a *estrutura de grupo* que se demonstra válida para quaisquer elementos matemáticos. De acordo com este modelo, um conjunto G se estrutura como um grupo quando há uma lei de composição interna definida em todo o conjunto que apresenta propriedades associativa, de identidade e de simetria para cada elemento do grupo. Assim, tomando como exemplo o conjunto dos números inteiros, vejamos:

. Lei de composição interna - a composição de dois elementos do conjunto resultará sempre um outro elemento do mesmo conjunto.

Ex: $5+3 = 8$

. Propriedade de associação - a composição dos elementos de um grupo independe de sua sequência.

Ex: $(5+3)+4 = 5+(3+4)$

. Propriedade de identidade - cada conjunto deve contar com um elemento neutro que se composto a qualquer outro não altera a identidade deste.

$$\text{Ex: } 3+0 = 3$$

. Propriedade de simetria - qualquer elemento quando composto ao seu simétrico deve resultar no elemento neutro do conjunto.

$$\text{Ex: } 3 + (-3) = 0$$

Agora perguntamos, esta estrutura de grupo matematicamente demonstrada como válida aplica-se ao grupo de psicoterapia? Ainda que considerássemos o monitor como o elemento neutro e que buscássemos a simetria na identificação, parece que não se consegue aplicar este modelo de estrutura de grupo às pessoas que se reúnem para atendimento nos ambulatórios. A leitura de Freire Costa sobre este ponto parece corroborar nossa dificuldade de demonstração matemática do grupo e, em especial, do grupo psicoterápico. Indaga Freire Costa ,

"qual a possibilidade que temos de definir, *sub specie aeternitatis*, o que é um grupo? Não teríamos receio em responder, nenhuma! O grupo sendo composto de sujeitos não tem nenhuma realidade em si, imutável e idêntica a si mesma." (Freire Costa - 1989 - p. 14)

Carvalho é ainda mais enfático:

"...há uma falácia na definição do objeto dessa teoria. Há um falso problema comum a toda teoria dos grupos... talvez o próprio grupo... Qual o objeto formal instituidor desta teoria? Mais claramente, teoria do que será essa?... As consequências mais evidentes de uma tal carência podem ser encontradas nos diversos impasses com que se enfrenta, atualmente, a teoria dos grupos... Qual o domínio de uma suposta dialética vinculadora do grupo e seus integrantes?" (Carvalho - 1986 - p. 90)

Este problema da definição chega a uma dimensão tal que as teorias grupalistas parecem compartilhar de uma lógica que situa a formação e a existência de grupos antes que se fixem os objetivos e as práticas que os estabeleceram. Basta reunir pessoas numa sala e pedir-lhes que falem de seus conflitos para que haja grupo? Quanto à "suposta dialética vinculadora do grupo e de seus integrantes" referida por Carvalho há pouco, constatamos durante nossa observação que no discurso o grupo só era mencionado em três situações: o grupo existia nas intervenções do condutor; para os participantes novos que buscavam se fazer aceitos ou manifestavam temor à rejeição pelo grupo e em raras falas de outros participantes de forma a enaltecer o grupo e deixar para depois as suas questões. Durante um ano inteiro não escutamos uma única intervenção de um dos membros do grupo que tivesse valor de interpretação dirigida ao grupo. Estas, quando ocorriam, foram sempre dirigidas exclusivamente a um dos participantes.

A outra grande questão que faz borda a esta dissertação é a direção da cura. Todo atendimento psicoterápico comporta dois momentos cruciais: o início e o fim. A idéia de direções da cura, se tomada *in extenso*, implica no caminho que conduzirá ao término do atendimento desde a entrevista inicial. Partimos do pressuposto de que todo atendimento contém pistas que levem a um desfecho, cabendo ao profissional encarregado pelo atendimento guiar-se por estas indicações fornecidas pelos pacientes e buscar, com suas intervenções, a partir de estratégia, tática e política claramente definidas, manter o percurso daquela forma assinalado.

Na parte de sua obra especialmente consagrada a temas da técnica psicanalítica, Freud (1913a) constrói uma analogia entre o processo analítico e uma partida do jogo de xadrez. Ambos têm início e fim conhecidos e lances intermediários desconhecidos. Quanto ao início, o processo analítico estaria balizado em função da implicação do sujeito em seu sintoma e pela sedimentação da transferência em cujo âmbito só então o analista interpretará. Para tanto, comunica-se ainda neste momento a regra única que o paciente deverá observar durante todo o processo: "diga o que lhe vier à cabeça sem restrições."

Quanto ao fim, Freud (1937), surpreendentemente sem enfatizar o destino da transferência, dispõe como marco definitivo suprimir sintomas (que não reaparecerão nem serão substituídos por outros, por mais que isto possa soar estranho hoje em dia), domesticar

pulsões e dirimir as resistências até alcançar um nódulo rochoso intransponível - a barra do recalque que, no caso dos homens, se trata da luta para manter a masculinidade conquistada à custa de recalcar o desejo de ser possuído por outros homens. No caso das mulheres, a luta para obter aquilo que não receberam, a inveja do pênis.

Ainda que Freud não tenha trabalhado com noção explícita de direção da cura, esta estaria contida desde o início do processo analítico tal como por ele definido, em especial devido a regra fundamental. O substantivo regra da língua portuguesa vem do latim *regere*, verbo transitivo que significa dirigir, guiar. Portanto, já em Freud está dirigido o processo analítico para a associação de idéias, expressa sob a forma de palavras.

Enquanto o modelo freudiano do psiquismo se assenta sobre uma base de excesso (de energia a ser descarregada), o modelo lacaniano do psiquismo pressupõe a falta (de um dado significante a partir do qual se estruturam redes de significação). Neste sentido, alteram-se para Lacan alguns dos aspectos aqui sublinhados, particularmente o fim do processo analítico, concebido como a travessia do fantasma. Não há ideal de equilíbrio ou harmonia orgânico, psíquico ou de qualquer ordem que se vise alcançar pela psicanálise, uma vez que a divisão do sujeito e o inconsciente não serão banidos ou, até mesmo, serão instaurados em se tratando de mulheres, por exemplo. Antes, se o sintoma se altera, isto se dá por acréscimo à mudança de posição subjetiva, esta sim, efeito de análise.

Lacan aponta para o estatuto dos lances intermediários do processo analítico. Trata-se do desejo, enigma que o analista francês vem fazer retornar ao centro da clínica e da teoria psicanalíticas enquanto o componente que toma parte em todo e qualquer formação do inconsciente e ao qual se refere no texto "A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder" também através de analogia com um jogo, desta vez o bridge. Ali, diz Lacan:

"... não se enganem na metáfora do espelho por mais que convenha à superfície unida que o analista apresenta ao paciente. Rosto impassível e boca fechada não têm aqui a mesma finalidade que no bridge. Sobretudo porque aí o analista se mune da ajuda daquilo que se chama neste jogo o morto, mas é para fazer surgir o quarto que vai ser aqui o parceiro do analisando onde o analista vai esforçar-se através de suas cartadas a fazê-lo adivinhar a mão."

(Lacan - 1958 - p. 4)

Da leitura deste trecho, destaca-se aqui o quarto, como sendo o desejo que se põe em curso por uma operação de simbolização, que supõe a morte da Coisa. A psicanálise rompe com a Teoria do Conhecimento clássico em dois pontos fundamentais. Tanto o racionalismo cartesiano quanto o empirismo inglês, em que pesem suas diferenças pretendem estabelecer uma correspondência biunívoca, contínua, imaginária entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido, apresentando estes, portanto, limites fechados que impediriam quaisquer perspectivas de corte, sob pena de quebra

da relação de identidade. Ademais, as duas correntes de pensamento filosófico situam na consciência a verdade a ser atingida pela razão num dos casos, ou pela experiência no outro. A psicanálise não apenas desloca o foco da verdade para o inconsciente. Ao fazê-lo deixa de lado a moral tradicional que se articula "na medida do possível", e exige uma ética que interroga o ato e o sujeito a partir de seu desejo.

Começamos a pensar as questões enunciadas na introdução deste texto desde o primeiro dia em que participamos como observadora do grupo. Estas questões se aguçaram particularmente numa sessão de outubro cujo tema girou em torno da mentira, tal como foi dito pelos pacientes, por exemplo, nas seguintes frases:

Ca - "Também sabe o que é? É muita mentira. Não dá para acreditar na pessoa que mente muito." (falando a propósito de seu marido)

Ma - "Eu também não sei mentir. Não 'tá em mim mentir."

Pa - "Mentira tem perna curta. A gente acaba descobrindo sem querer."

Te - "Mas eu já disse que ser honesto hoje em dia não é mais virtude. Eu vejo as pessoas falando por aí: fulano faz isto, aquilo, mente, dá trambique, mas é tão legal..." (em tom irônico. Os demais presentes riem)

Levamos toda esta sessão nos interrogando, então, de que mentira se tratava ali. Aliás, tomando por um outro prisma, há uma concepção de verdade específica da psicoterapia de grupo? Qual é ela? A inquietação permaneceu e nos conduziu a pensar sobre as dimensões da verdade. Afinal, segundo Garcia-Roza,

"a verdade jamais é dada. (...) Procurar a verdade é supor que ela não esteja dada em nossa experiência cotidiana, mas para que esta suposição possa ser feita é necessário que no seio mesmo dessa experiência algo insinue que não estamos de posse da verdade. Esse algo é da ordem do equívoco, do erro, da mentira, da dissimulação. É portanto na dimensão do erro que a verdade faz sua emergência, ou se quisermos, a história da verdade é coextensa à história do erro." (Garcia-Roza - 1990 - p. 10,11)

De forma resumida, a história da palavra que porta a verdade, pelos gregos chamada *alétheia* (do grego *alethé*, não esquecimento, isto é, lembrança, memória), conheceu as seguintes dimensões:

a - *Alétheia* Mágico-Religiosa - seu estatuto é de uma verdade ambígua, expressa nos mitos, narrativa essencialmente de boca a ouvido, possuindo caráter polissêmico. Implica em que o falso não é o negativo do verdadeiro. A narrativa compõe-se de termos antitéticos, concentrada no dito incontestável do rei, este representante de todas as potências naturais, de toda a cosmogonia, que também exerce as funções de chefe militar e se encarrega dos

poderes econômico e religioso. Em termos geográficos, a área principal de ocorrência deste tipo de verdade encontra-se no Oriente, tal como no caso do Imperador Hiroíto do Japão até a 2ª Guerra Mundial, por exemplo.

Na Grécia Antiga começa a surgir um rudimento de contradição a esta verdade de caráter absoluto através dos delirantes divinos que serviam de canais de expressão para deuses e musas. A verdade passa a ser concebida como manifestações do ato de ser, sobretudo da natureza divinizada ou *physis*. Havia quatro tipos principais destes inspirados:

- Inspirados por Apolo - sacerdotes e oráculos a quem cabia predizer o futuro, função passível de deciframento e, portanto, de erro por parte de quem a decodifica. Entretanto, o engano não se incluía na ordem da falsidade. A verdade está sujeita a um critério de verificabilidade. Se a predição não se comprovou na realidade, há o risco de que a voz oracular, sempre enigmática, não tenha sido devidamente compreendida ou que o acontecimento previsto ainda não tenha ocorrido.

- Inspirados por Dionísio - bacantes que expressam nos bródios a verdade do presente. Verdade não verbal, experimentada no corpo através das sensações de embriaguez e torpor. Prevalece no mundo oriental até os dias de hoje, em rituais de prazer, punição ou castigo e purificação individuais ou coletivos.

- Inspirados por Eros - verdade tal como expressa em algumas obras platônicas que tem como característica fundamental o início da exclusão do falso.

- Inspirados pelas Musas - poetas tais como Homero cantam o passado, as ações guerreiras a serviço da soberania para garantir no presente a glória nas batalhas futuras.

b - Alétheia Dóxica - Traz o problema da verossimilhança, da probabilidade. Surge nas assembleias de guerreiros, constitui o modelo da democracia criado a partir da divisão dos saques e pilhagens de bens das populações vencidas. Origem da dialética, que através da palavra permite o confronto que se organiza através de estratégia militar, campo privilegiado da enunciação. Representa ainda a raiz da sofística, primor de retórica e oratória gerando o desenvolvimento técnico de um raciocínio que visa a persuasão através da teoria política da argumentação. A verdade tem um estatuto de consenso, onde oscilam os critérios de verdadeiro ou falso, e se constrói sempre em função de um auditório que deve ser persuadido, como é o caso dos tribunais de direito, cujo real se apresenta sempre como efeito do discurso.

c - Alétheia Epistêmica - campo lógico onde o verdadeiro opõe-se ao falso fundado por Aristóteles (384-322 a. C.) e sustentado pelo discurso apofântico, isto é, aquele que se pode predicar verdadeiro ou falso como mutuamente excludentes. Seu objetivo é buscar meios para universalizar o discurso verdadeiro, daí ter sido

o solo fértil de onde floresceram as ciências séculos mais tarde, inclusive a psicologia. A verdade neste caso parte do critério de validade, dispositivo que o campo epistêmico exige para manter a coerência interna de um discurso e também a decidibilidade ali contida. Neste caso, prevalece o enunciado sobre a enunciação como era o caso da *alétheia* mágico-religiosa e possibilita-se o surgimento de uma ontologia.

Destacamos da obra de Aristóteles três aspectos importantes:

. a verdade, daí em diante, não passa mais de uma de suas dimensões a outra aleatoriamente.

. a verdade vai deixando de lado seu caráter de *alétheia*, privilegiada pelos poetas que são inspirados pelas musas, as filhas da memória, para assumir uma feição de *omoiósis* (em grego, igualdade, identidade). O primeiro movimento epistêmico da verdade consiste em ir em direção ao igual, no sentido de adequar a linguagem à realidade palpável. Todo o edifício ontológico, metafísico é construído desde aí e só tomba no século XVIII com Immanuel Kant (1724-1804).

. a obra aristotélica, voltada para as causas primeiras e para a experiência humana de forma explícita (enquanto que a de Platão trata da experiência humana de forma distanciada, via abstração na idéia, ou via método), inclui uma ética.

Como psicanalista que somos, acreditamos, ética é condição fundamental, é petição de princípios para quem atende em instituições públicas onde tudo parece contribuir para que as coisas permaneçam como sempre foram.

ALGUMAS VERSÕES DA ÉTICA

De um modo geral, os primeiros filósofos gregos, chamados de pré-socráticos, tais como Tales de Mileto (640-548 a. C.); Anaximandro (610-547 a. C.); Demócrito (460-370 a. C.); Pitágoras (séc. VI a. C.); Parmênides (544-450 a. C.), dentre outros, não se preocuparam com problemas relativos à ética uma vez que dedicaram suas obras à elaboração de cosmogonias, ou seja, sistemas de explicação e conhecimento do mundo natural ou *physis*.

Com Sócrates (470-399 a. C) e sofistas tais como Górgias (485-380 a. C.); Hípias de Élida (séc. V a. C.); Protágoras (séc. V a. C.); a filosofia grega sofre uma torção que relega a segundo plano as questões cosmogônicas e coloca em primeiro lugar a experiência humana e tudo que a ela se refere em termos de princípios, valores, conhecimento. Porém Sócrates, segundo a crítica de Aristóteles, teria se restringido em seus ensinamentos a um cunho moral, de forma que não foi possível se abrir para o campo epistêmico.

Já Aristóteles conta em sua obra com dois tratados dedicados às questões éticas - *Ética a Nicômaco* e *Ética a Eudemo* - fato que não pode passar despercebido se se considera que este tema não conta com o referente como no campo epistêmico do qual o filósofo estagirita fora o fundador, isto é, não há proposição no sentido de discurso apofântico. Ao contrário, a ética se aplica ao campo da *alétheia dóxica*, seara sofística por excelência.

Por definição, ética consiste numa reflexão acerca do que é a justiça, problematizando o modo de viver segundo critérios de passividade e ação. No caso grego, constrói-se sob a forma de máximas (tais como "evite excessos"), e compreende basicamente três diferentes setores: dietética - ginástica e alimentação; erótica - relação com o outro e econômica - funcionamento doméstico. A estes, Aristóteles acrescenta a questão da relação com a verdade, garantida pelo real, para fazer com que sua ética se aplique também ao campo epistêmico.

Um dos aspectos principais da obra de Aristóteles é a distinção entre *potência* (aquilo que se encontra em estado virtual e pode vir a ser) e *ato* (aquilo que já é). O ato só pode ser voluntário e sua determinação ética fundamental é a escolha, ou seja, faz-se acompanhar de uma reflexão.

No texto a Nicômaco, Aristóteles apresenta uma ética fundada no Ideal de atingir o Bem Supremo, a felicidade, através da manutenção de uma atividade constante e de natureza virtuosa

adquirida e sempre voltada para o social. Sem atividade não pode existir prazer. A atividade pode ser contemplativa (atividade da mente, ócio) ou prática. Quanto aos desejos, estes só são aceitos quando naturais, referidos à satisfação de necessidades básicas do homem. Os desejos licenciosos, que implicam em excessos e, portanto, num perigo que pode levar à perversão, estão fora do campo da ética aristotélica.

As doutrinas estoíca e epicurista, também surgidas na Grécia Antiga e mais ou menos contemporâneas a Aristóteles, contribuíram com muitos elementos para a construção de uma ética cuja peculiaridade consistia em aproximar o homem da natureza. Neste caso, o homem é visto como parte da natureza, sendo que esta lhe fornece, a partir das leis que a regem, o modelo de princípios e leis adequadas à espécie humana sobretudo quanto à ataraxia, evitando que ele se deixe afetar pelo mal (estoicismo) ou pela dor (epicurismo). Posteriormente, estas idéias foram apreendidas pela Igreja na Idade Média, numa combinação com a fé e os dogmas cristãos. Deus é o criador voluntarioso, originando-se daí o problema do livre arbítrio.

Kant conta em sua obra com alguns livros dedicados à ética, tais como *Fundamentos da Metafísica dos Costumes* (1785); *A Crítica da Razão Prática* (1788); *Crítica da Faculdade de Julgar* (1790). Esbate-se para o filósofo alemão a idéia do Deus voluntarioso cristão. Este já não serve de fundamento para a ação do homem tendo, assim, sua morte decretada, num acontecimento decisivo para

o pensamento ocidental, uma vez que esta idéia vinha agonizando desde o Renascimento. Kant faz ascender a noção de Lei transcendental para organizar a prática como condição de funcionamento para o mundo humano, instituindo uma ética sem sujeito. *A priori* existe a consciência moral que permite distinguir o bem do mal. A razão pura prática determina a vontade e sua lei fundamental se enuncia como "age de tal forma que a máxima de tua vontade possa valer sempre, ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal." (Kant - 1951 - p. 35) Ou seja, a vontade, desde um ponto de vista kantiano, não está condicionada empiricamente.

Freud, em "A Dissolução do Complexo de Édipo" (1924) nos fala de um componente moralista, em termos do conjunto de regras que regem de modo absoluto o sujeito, e que se herda do complexo de Édipo na instância do supereu. Entretanto, ocupa-se desde a pré-história de sua disciplina de problemas relativos ao prazer, ao desejo e no final de sua obra declara-se quanto à felicidade. Ou seja uma ética estaria ali contida, sem que seu autor a chamasse desta forma.

Cabe a Lacan no livro 7 de O Seminário (1988) nomear a ética da psicanálise nos seguintes termos: o Bem Supremo, *das Ding*, está representado pela mãe com quem o sujeito busca uma situação de completude. Estando este interditado por força da castração, o sujeito se vê na contingência de renunciar ao prazer fictício não no sentido de enganador, mas constituído no registro do simbólico,

para poder sempre buscá-lo retroativamente através de um signo que encadeia os traços numa cadeia significativa. A realização de desejos está marcada pela impossibilidade, uma vez que não há objeto que tenha o poder de satisfazê-los. E, num paradoxo, é por isso mesmo que nos lançamos sempre à atividade desejante, sem cujo poder nos parece muito difícil sustentar um trabalho institucional.

PALAVRA, ÉTICA E PSICOTERAPIA DE GRUPO

Retornamos aqui a questões anteriores deixadas em suspenso. O atendimento psicoterápico de grupo possui ética própria? Quanto à palavra, na psicoterapia de grupo sua dimensão oscila entre a *alethéia dóxica* e a *epistêmica*? Que valor de verdade pode esta palavra portar no atendimento de grupo? É palavra vazia, palavra que fala do eu? Naquela sessão de outubro estariam os pacientes se reportando metaforicamente a isto que se passa no grupo?

Das versões da ética anteriormente apresentadas de qual mais se aproxima o que observamos nas sessões de que participamos? Certamente não se trata de uma ética do desejo, seja o do coordenador, seja o dos pacientes; uma ética fundada no registro do real que se pressupõe em conexão com a causa do sujeito.

Com muita frequência os pacientes do grupo referem-se a situações em que havia culpa. Estaria isto ligado à traição quase permanente do desejo perpetrada no grupo? Ou ainda à atração para

faltas morais, faltas que o sujeito cria para se punir, como indicadores da falta constitutiva, estrutural da neurose? Neste caso, qual o efeito das interpretações de punição, utilizadas pelos próprios pacientes, frequentes no grupo? A acentuação do imperativo categórico do supereu, em detrimento do dever do sujeito de ir contra a tirania desta instância? Se é preciso cuidado para não desculpabilizar os pacientes, sobretudo no início do tratamento, também não há porque enfatizar-lhes a culpa, se esta já está inscrita na relação de cada sujeito com o significante.

Seria maior a proximidade teórica da ética no atendimento de grupo com aquela da psicologia do ego? Segundo nos informa Paiva sobre esta última,

"a possibilidade de livre arbítrio promove um sentimento subjetivo de liberdade que se traduz para a pessoa em termos de estar em paz consigo mesmo, e poder optar pela melhor ação para levar a cabo aquilo que deseja. Logo a escolha é uma qualidade essencial da saúde mental.

A hipótese ética ... é a de que este tipo de liberdade é experimentado apenas por pessoas emocionalmente maduras e bem adaptadas. A psicoterapia deve ter por alvo obter a liberdade que se extrai nas decisões arbitradas livremente, as quais, longe de serem governantes da conduta humana, significam uma experiência subjetiva em si mesmas, determinada causalmente." (Paiva - 1991b - p. 107)

Neste caso, então, a ética da psicoterapia de grupo estaria situada entre a ética aristotélica fundada no Ideal - para a qual não existe a noção de falta e prega a atividade virtuosa para garantir o bem estar social - e a ética escolástica do livre arbítrio? Entre a ética médica, assistencialista, e a ética cristã do "dai pão a quem tem fome", incorrendo sempre na possibilidade de atender às demandas, sobretudo a de felicidade que move os pacientes em direção ao tratamento?

Não ceder de seu desejo implica necessariamente reconhecer e admitir a diferença, exaltar a subjetividade. Para tanto opera força tanática, via única para a criação *ex-nihilo*. Ao contrário de alguns autores que se chocaram com o conceito de pulsão de morte, não há que confundí-lo com o mal em essência. Freud (1920) nos ensina que o pulsional está para além do princípio do prazer e também para além do bem e do mal. Ainda que se almeje *das Ding* como o Bem Supremo, isto se faz impossível pelo interdito da castração. A partir de articulações significantes, do registro do simbólico, o que se coloca para o sujeito como objeto assume a feição de *die Sache* - aquilo que imaginariamente revestido pela plumagem da fantasia e afeito às exigências da cultura busca recobrir o real. Desejo que se constitui como um franqueamento dos limites entre o sujeito e objeto. Desejo que é do Outro. Desejo de desejo...

É Lacan quem introduz a noção específica de direção da cura que primeiro serviu como causa para deslanchar esta investigação. A este respeito, ele diz:

"Para onde vai então a direção da cura? Talvez fosse suficiente pensar seus meios para defini-lo em sua retidão.

Observemos:

1 - que a palavra tem aí todos os poderes, os poderes especiais da cura;

2 - que pela regra, estamos bem longe de dirigir o sujeito, seja para a palavra plena, seja para o discurso corrente; mas ao menos o deixamos livre para experimentá-lo;

3 - que esta liberdade é o que ele menos tolera;

4 - que a demanda é exatamente o que é colocado entre parênteses na análise, ficando excluído que o analista satisfaça algumas delas;

5 - que nenhum obstáculo se interponha à confissão do desejo; é nessa direção que o sujeito é dirigido e mesmo canalizado;

6 - que em última análise, a resistência a esta confissão só pode provir aqui da incompatibilidade entre o desejo e a palavra."
(Lacan - 1958 - p. 52)

Sobretudo as versões inglesa e americana "interpretaram" a psicanálise de tal forma que praticamente a incluíram-na no ramo da psicologia da consciência. Descaminhos da cura? Assim privilegiando aspectos extraídos principalmente da 2ª Tópica freudiana, acreditou-se ser suficiente e necessário como tarefa do que denominam psicanálise:

- tornar consciente o inconsciente;
- interpretar defesas e resistências;
- normalizar a sexualidade via ideal de genitalidade desconsiderando que a pulsão, tal como postulada por Freud, constitui-se num desvio do instinto que é dado e tem sempre objeto único;
- fortalecer o eu ou supereu do paciente por identificação ao eu mais "forte" do analista;
- adaptar o eu do paciente à realidade do mundo concreto, ignorando que de uma perspectiva psicanalítica a realidade de que se trata é psíquica, fantasmática.

Senão, confirmemos através do que dizem os autores de grupo sobre para onde vai o atendimento que professam. Seguiremos aqui os passos de Saldon (1983) em sua catalogação das três correntes principais de influência da psicanálise nas teorias de grupo.

1 - Psicanálise no grupo - modelo adotado pela escola norte-americana. Seus principais representantes são:

- Paul Schilder - juntamente com Louis Wender foi responsável pelas primeiras publicações que tratam do uso de técnicas psicanalíticas em grupo. Às noções psicanalíticas de inconsciente e associação livre, dentre outras, à análise de sonhos, Schilder acrescenta conceitos filosóficos, tais como ideologias, conceitos religiosos e técnicas psicológicas como questionários e relatórios sobre a vida do paciente como pré-requisitos para ingresso num grupo. Todos estes instrumentos se coordenam para ensejar aos pacientes *insights* quanto às formas adequadas de lidar com o mundo real. Neste caso, propõe-se a análise individual no grupo, já que este não é concebido como uma totalidade.

- S. R. Slavson - também se vale de conceitos psicanalíticos para o atendimento de grupo que visa a cura através de *insights*. Diferencia o atendimento individual do atendimento de grupo essencialmente em função da transferência. No primeiro caso, a transferência se refere principalmente à figura paterna. Enquanto isto, no segundo caso, a transferência apresenta múltiplas facetas da família: o condutor representa o pai; o próprio grupo, a mãe e

os demais membros, os irmãos. Para Slavson, um grupo se forma de pessoas que apresentam um mesmo tipo de síndrome (e. g. amor edípico; ódio edípico).

2- Psicanálise de grupo - modelo adotado pela escola inglesa e pela escola argentina que sofreram forte influência de concepções kleinianas. Seus principais representantes são:

- S. H. Foulkes (Inglaterra) - criador do método grupo análise terapêutica e fundador da 1ª Sociedade Analítica de Grupo. Concebe o grupo como uma totalidade social. A cura visa "...limitar a natureza e o alcance da neurose do sujeito, confinando-se à situação terapêutica e tornando conscientes os aspectos inconscientes. Assim, se quebraria o círculo vicioso da repetição. A vivência do recalçado surgiria no aqui-e-agora, o que Foulkes chama de experiência emocional corretiva." (Saidon 1983 - p. 64) Isto se daria através da participação ativa dos membros do grupo e da observação participante do analista.

- W. R. Bion (Inglaterra) - sua produção teórica extensa e complexa parte da observação dos fenômenos mentais de grupo, expressos em conceitos tais como "mentalidade grupal" (atividade mental característica da reunião de seres humanos em grupos); "cultura grupal" (produto da relação da mentalidade grupal com os desejos individuais); "suposições básicas tais como dependência, luta e fuga, acasalamento" (formas de funcionamento específicas do grupo em determinadas situações); "grupo de trabalho"

(funcionamento do grupo fora das suposições básicas); "valência" (capacidade do indivíduo de combinar-se com os demais por relação às suposições básicas); etc.

Seu trabalho com grupos divide-se em duas etapas: o trabalho num hospital psiquiátrico militar durante a 2ª Guerra Mundial em que o grupo consiste numa totalidade que tem o objetivo de enfrentar um inimigo comum (a neurose) e a cura na "...educação e no treinamento da comunidade nos problemas das relações interpessoais." (Bion - 1961 - p. 32) Posteriormente, Bion se encarregou do setor de psicoterapia de grupo da Clínica Tavistock. A partir de 1950, Bion abandonou para sempre o trabalho com grupos, tornando-se analista didata. Em 1967, mudou-se para Los Angeles (EUA), onde viveu até 1979. Retornou à Inglaterra neste ano e faleceu meses depois.

- Grinberg, Langer e Rodrigué (Argentina) - articulam conceitos kleinianos e sociológicos e concebem o grupo psicológico como

"... la pluralidad de personas que en un momento determinado establecen una interacción precisa y sistemática entre sí. Es decir que en toda agrupación psicológica, las personas se conocen y se identifican... El grupo psicológico forma, pues, una estructura u organización que está dada por la convivencia; en tanto que ésta y la serie de vínculos originados, determina en los participantes

tipos de conducta en la que el grupo es vivido como un contexto."
(Grinberg, Langer, Rodríguez - 1959 - p. 5,6)

Consideram que a psicoterapia de grupo investiga o fenômeno grupal na interação aqui e agora de seus participantes. Esta integração é favorecida por interpretações da transferência grupal (para o condutor e para demais participantes do grupo), que é percebida pela contratransferência do líder. As interpretações visam os papéis inconscientes fixos, pré-estabelecidos e condutas respectivas que cada participante dramatiza, bem como os mecanismos de defesa, constituindo a fantasia básica inconsciente do grupo. A cura se coloca em duas dimensões: visa integrar o grupo de forma estável, torná-lo uma totalidade aceita pelos participantes, através de *insights* de conflitos e ansiedades que o cindiam. Quanto ao indivíduo, objetiva-se a supressão de sintomas e melhoria nos relacionamentos intra e extra grupo.

3 - psicanálise centrada no grupo - modelo baseado na obra de K. Lewin, Freud e M. Klein, adotado por Enrique Pichon-Rivière (Argentina) para quem "...o grupo é um conjunto operativo que tem por tarefa a cura (...): interação dos membros e manutenção da produção grupal." (Saidon - 1983 - p. 72) Os diversos aspectos da teoria deste autor se conjugam no Esquema Conceptual Referencial e Operativo, cujos conceitos básicos são:

a - Atitude frente à mudança - pode ser positiva ou negativa. O segundo caso dá origem ao medo de perda (ansiedade depressiva) e medo de ataque (ansiedade paranóide).

b - Didática - o grupo operativo não exerce função apenas terapêutica, mas também pedagógica. A didática visa fornecer aos alunos instrumentos de apreensão da realidade que lhes permita melhor adaptação.

c - Vetores do cone invertido - servem para avaliar os processos de interação do grupo. São eles: Afiliação e "Pertencença"- grau de identificação dos membros do grupo para com a tarefa; Cooperação - capacidade de combinação entre os papéis assumidos pelos membros do grupo; Pertinência - concentração na tarefa avaliada pela produtividade do grupo; Comunicação - formas de contato entre os membros do grupo; Aprendizagem - a contribuição de cada membro para constituir a informação do grupo; Tele - simpatia ou antipatia entre os membros do grupo.

d - Verticalidade e horizontalidade - o primeiro aspecto refere-se à história pessoal de um membro do grupo, geralmente o porta-voz, depositário de necessidades e de ansiedades do grupo que veicula o segundo aspecto aqui designado, aquilo que se passa com o grupo.

e - Momentos do grupo - São três: Abertura ou pré-tarefa: momento inicial de resistência onde surgem os medos básicos; Tarefa

ou desenvolvimento: realização do que foi proposto; Projeto ou fechamento: planejamento para algo no futuro.

f - Universais - Fantasias e segredos que se repetem nos grupos a serem esclarecidos para evitar curto-circuito nas redes de comunicação e sentimentos de culpa;

g - Processos de maturação e de desenvolvimento - determinados por fatores genotípicos e fenotípicos quando do estabelecimento da relação sujeito/objeto. Teoria do vínculo e da doença única.

Outra tendência grupalista surgiu na França na década de 60. É representada por D. Anzieu, A. Missenard, e R. Kaës que da articulação de conceitos kleinianos e lacanianos, preconizam a existência de um aparelho psíquico grupal formado pelas mesmas instâncias do psiquismo freudiano funcionando, porém, de forma distinta. Concebe-se o grupo como um sonho, como "...um lugar de fomentação de imagens." (Saidon - 1983 - p. 63) Quanto à cura esta se configura quando o analista deixa de ser objeto transferencial e se torna sujeito.

Perguntamos, de quem é mesmo a cura nesta última concepção?

Bem, já nos estendemos bastante neste capítulo sobre alguns aspectos gerais de nossa problemática. Começemos a particularizar, pois. No próximo capítulo, trataremos de questões quanto à transferência.

SONHOS DE UMA NOITE DE VERÃO - A TRANSFERÊNCIA

Retraçar a rota de um conceito desde sua criação implica não apenas chegar à essência do mesmo. Um tal exercício serve também para dimensionar os problemas que se apresentaram ao autor da teoria, como a inclusão de um tal conceito visa àqueles fazer face, e ainda para acompanhar as alterações que o conceito sofreu em consequência de novas dificuldades que vieram a se colocar.

Não resta dúvida que o conceito de transferência que ora nos ocupa é um dos fundamentos da teoria psicanalítica tal como concebida por Freud. Compõe a estrutura da psicanálise o surgimento da transferência seja porque o analista está ali presente para escutar o paciente, seja pela constância e precisão das trilhas com que norteia o dispositivo analítico. Criador do conceito, Freud (1914a - p. 1900) autorizou quem dele se valesse como psicanalista. O que naquele momento pode ter sido uma concessão necessária, redundou anos mais tarde em alterações particularmente significativas da teoria e da técnica psicanalítica na obra de outros autores, algumas das quais serão apresentadas a seguir.

Assim, se há consenso quanto ao concurso da transfêrencia em análise por aqueles que se dizem ou que são ditos analistas, carecem de univocidade os modos de formular o conceito para os vários autores, o que implicará em diversos manejos na prática, em diferentes resultados clínicos e noções de final de análise. Também

varia o conteúdo do que é transferido de autor para autor. Trata-se de sentimentos, afetos, comportamentos, cargas libidinais, formas de relação, fantasmas, etc? Sigamos o trajeto caudaloso da transferência de sua nascente em Freud ao estuário dos seguidores.

Antes mesmo da sistematização da psicanálise como um novo campo de saber, uma certa categoria de fenômenos se destacava nas relações médico-paciente. Durante o tratamento de Anna O., Breuer percebeu que algo de espontâneo e inquietante se passava com aquela senhorita no processo de sua *talking cure*, como ela mesma denominou, isto é, a limpeza da chaminé ou busca de cura pelas palavras, que perturbava sobremaneira o curso do trabalho, redundando na interrupção do atendimento e na defecção daquele ilustre colaborador de Freud.

Naquela época, Freud utilizava ainda o método catártico, cujo objetivo era levar o paciente a rememorar experiências traumáticas e descarregar através da comunicação ao médico afetos que, na origem ligados a idéias inconscientes, destas se desvincularam por força do trauma e, reprimidos, retornam sob a forma de sintomas. No caso da histeria, estes sintomas se manifestam no corpo (paralisias, analgesias, tiques nervosos, mudez, indisposições gástricas, etc.). No caso da neurose obsessiva, os sintomas se manifestam sob a forma de atos compulsivos, idéias obsidiantes, rituais esconjuratórios, dúvidas, etc.

No último dos "Estudos sobre a Histeria" (1895 - p. 166),

Freud relata como detectou que um fenômeno, a princípio incidental, e posteriormente reconhecido como regular e constante, semelhante ao que lhe fora descrito por Breuer acerca de Anna O. numa noite de verão de 1883, para o qual utiliza pela primeira vez o termo **transferência**, (*Übertragung*) também se dava com aquelas a quem atendia.

A técnica de pressão da testa do paciente para propiciar a rememoração de traumas costumava fracassar em três situações: investigava-se um aspecto sobre o qual a paciente nada a mais tinha a dizer; aproximou-se de um material novo e ainda impenetrável ou estava-se diante de um elemento então considerado extrínseco, uma turbacão da relação médico-paciente. Nesta terceira possibilidade define-se a transferência que surge com o caráter de um obstáculo ao prosseguimento imediato do trabalho - um desejo do passado se atrela no presente ao médico numa falsa conexão e reacende o afeto que se desligou daquele desejo.

Do que foi dito até aqui, faz-se, então, pertinente a questão de como é que o amor aparece em psicanálise. Foi através da categoria dos fenômenos transferenciais que o deus menino adentrou o campo das "operações psicoterápicas" (Freud - 1895 - p. 168) e passou mais tarde a participar do *corpus* do saber instituído. Se por um lado pode parecer curioso incluir afetos num saber que se pretende científico, por outro, a solução encontrada foi forjar um conceito que desse conta daquilo que parecia estranho, fictício e... deslocado. Assim, o amor não veio de mansinho, sorrateiro. Mas

como um "penetra", ou como um convidado trapalhão, qual o Alcebíades do *Banquete* platônico, que faz uma entrada abrupta e intempestiva, capaz de mudar as regras do jogo e o rumo das coisas. Talvez ainda não refeito da surpresa, Freud informa neste texto:

"Las enfermas aprendian también poco a poco a darse cuenta de que en tales transferencias sobre la persona del médico no se trata sino de una engañosa imaginación, que desvanece al terminar el análisis." (Freud - 1895 - p. 168)

Em "A Interpretação dos Sonhos" (1900), a noção de transferência reaparece como um deslocamento. Um desejo inconsciente só pode se manifestar valendo-se de representações pré-conscientes, os chamados restos diurnos aparentemente inofensivos, nas quais se disfarça e transfere para ali sua carga de energia, fornecendo-lhes nova significação.

Se na "Psicoterapia da Histeria" a transferência não "... imponia, en realidad, un mayor trabajo", (Freud - 1895 - p. 167) já no relato do caso Dora (1905) a clínica problematizou-se de tal forma, que o autor vê-se na contingência de incluir para sempre em sua teoria a transferência como um conceito que acabou por revelar-se como o verdadeiro motor, condição *sine qua non* da análise. Mais que isto, Freud admite que este tratamento teria sido interrompido devido a equívocos essenciais de sua parte quanto ao desejo da paciente. Por manter-se aferrado a uma certa concepção acerca da mulher - uma rapariga como Dora só poderia desejar alguém do sexo

oposto. Vá lá que o homem tenha um pouco mais de idade que ela. Mas que seja um homem! - Freud ignorou o que lhe foi destinado pela transferência, daí manejá-la de forma inadequada. Na verdade, como ... "uma histérica de livro", Dora desejava *Frau K.* Se reconhecia minimamente a existência de *Herr K.*, fazia-o apenas como um meio de chegar a seu objeto de amor. Com Dora fica estabelecido definitivamente como o desejo inconsciente se traveste numa representação que não é qualquer. Digamos por ora que esta representação é nada mais, nada menos que o analista.

Cerca de vinte anos separam os "Estudos sobre a Histeria" dos escritos freudianos sobre a técnica psicanalítica. Aos poucos a psicanálise foi-se tornando conhecida e divulgada. Alguns passam a abraçar sua causa, outros dela já se afastaram. Da clínica vão surgindo novas dificuldades que geram avanços na teoria. Se até então os preceitos técnicos eram incluídos genericamente ao longo dos textos, Freud debruça-se de forma específica sobre este tema entre os anos de 1911 a 1915.

Recapitulando, num primeiro momento a transferência surge como uma pedra no meio do caminho. Diz-se de um primeiro vetor da transferência que seria a resistência. Pedra imprevista e, na aparência, facilmente transponível, desde que para ela se apontasse. O inconsciente revela-se em *flashes* e, vivo, evolui, parecendo tornar-se cada vez mais sutil.

Então, denuncia-se um fechamento ao inconsciente. Que fatores

contribuíram para este fechamento? Mudou o inconsciente? Sim, é claro. Mudaram as pacientes? Resposta igualmente afirmativa. Talvez fosse mais exato perguntar o que vinha trabalhando em favor da resistência, contra a transferência à causa freudiana. Do que se tratava? Freud teve notícias de que alguns profissionais, inclusive de outras áreas, estariam atuando de forma tal a relegar à clausura a peça principal de sua invenção. Com o objetivo de retomar o fluxo do inconsciente e de resituar a teoria, Freud produz os escritos técnicos. Destes, dedica dois textos especificamente à questão da transferência.

Em "A Dinâmica da Transferência" (1912) Freud recorda que a etiologia da vida erótica é o resultado de uma combinação entre as disposições congênitas e as experiências infantis do sujeito para fixar os objetivos, as condições e as pulsões nas quais ele encontrará satisfação. Experiências recentes podem de alguma forma alterar o modelo fixado. Entretanto, apenas uma parte desta organização libidinal está disponível à realidade. Uma outra parte ficará por conta da fantasia ou no inconsciente. Quando não há satisfação na realidade, o sujeito dirigirá sua organização libidinal (consciente e inconsciente) a quem surgir, já que a transferência não se atém exclusivamente ao âmbito psicanalítico, e se estabelece em caráter universal, como consequência da neurose. Por isso aplica-se ao médico que tomará parte em uma das "séries psíquicas" (Freud - 1912 - p. 1649) do paciente, como a imagem do pai, mãe, irmão, etc . A isto Freud acrescenta a indicação de que quando se interrompe a associação livre durante uma sessão,

seguramente trata-se de algo do domínio transferencial.

Para explicar o mecanismo da transferência e porque esta se opõe à análise como resistência, Freud recorre a uma explicação de natureza econômica. Quanto menor a satisfação obtida na realidade, maior será a regressão (ou introversão, segundo o expressão junguiana) de libido que recarrega imagens infantis. O trabalho de análise se apresenta como um combate que se desenrola na arena da transferência e que tem por objetivo liberar a libido que regrediu, fazendo-a retornar à parte consciente da organização. Aquilo que gerou a regressão da libido age como resistência à análise.

Uma segunda fonte de resistência refere-se à libido atraída pelo inconsciente para operar o recalçamento de pulsões e produtos pulsionais e requer perlaboração. A resistência desta natureza é tida como mais difícil de vencer na medida em que provoca reações típicas aos processos inconscientes, levando o paciente a reproduzir ao invés de recordar. Mas é justamente esta perspectiva de atualização dos impulsos eróticos inconscientes que permite a vitória sobre a transferência. O paradoxo contido nos fenômenos transferenciais concerne a este aspecto delicado de seu manejo: se a transferência indica um momento de fechamento ao inconsciente, é preciso que ela se estabeleça para que o analista possa interpretar, porque só então é certo: presentificou-se o inconsciente.

Diz-se, então, de um segundo vetor da transferência que seria

a repetição. Depois de uma pedra que surgiu de repente no caminho, e foi ultrapassada, nem tudo são flores. Outras pedras aparecem, ora mais arredondadas, ora pontiagudas, aqui menor, ali maior, especialmente áspera quando reveste o próprio analista visando tirá-lo do lugar que lhe cabe por ter adotado forma erótica ou hostil. Meandros de um mesmo fenômeno, pura expressão de ambivalência que revela a capacidade do neurótico de resistir através da transferência. No matiz positivo da transferência, surge o terceiro e último dos vetores da transferência conforme postulada por Freud que seria a sugestão. A influência que o sujeito sofre da análise, indispensável para que trabalhe em direção à cura.

Em 1914, num texto curto, Freud repete-nos a observação quanto ao uso das interpretações para burlar o obstáculo representado pelas resistências e a necessidade de comunicá-las ao paciente. Recorda-nos as modificações pelas quais passou seu trabalho desde os primórdios da parceria com Breuer. Elabora também a questão do manejo da transferência, assinalando a oportunidade de fornecer aos sintomas novos sentidos. Assim, substituir-se-ia a neurose comum pelo artifício da neurose de transferência, sendo esta absolutamente exequível aos meios de que dispõe sua técnica de então para trabalhar. Mais que isto, desprende-se a psicanálise do âmbito psicológico quanto às características da memória (retenção, evocação, esquecimento, lembrança, rememoração) marcando em seu campo o que lhe é próprio. Recordar em análise é repetir, reviver em ato no terreno psíquico a busca de sentido.

Mas, analista, não se engane! Seu desejo que sustenta a cura deve tê-lo avisado que o lis da transferência positiva, nascido para fazer as vezes de agulha que aponta o rumo a seguir, está pronto a transformar-se também em pedra, valendo-se das chamadas de súbito apaixonamento.

O segundo dos escritos técnicos especificamente dedicado à questões da transferência foi publicado em 1915 sob o título de "Observações sobre o 'Amor de Transferência'". Considerado por Freud "o melhor e o mais útil de toda a série" (Gay - 1989 - p. 282), este texto torna a salientar a dificuldade colocada pelo manejo da transferência, em especial, do amor como um dos embaraçosos e inevitáveis fenômenos aí cabíveis. Para o leigo os aspectos amorosos representam uma categoria à parte em sua vida. Desde este ponto de vista, quando o amor do paciente pelo analista se manifesta em análise, abrem-se três hipóteses: legitimar a união; interromper a análise com um profissional e recorrer a outro, já que o modo de amor neurótico não pode ser analisado, ou manter um laço ilegítimo e fugaz concomitante ao tratamento.

Freud examina cada uma destas hipóteses antes de apresentar a solução psicanalítica para o problema. Quanto à primeira, diz tratar-se de um fato incomum. Quanto à segunda trata-se de um sinal precioso para que o analista futuro, diante destas informações, se precavenha de uma transferência recíproca. A terceira parece a mais inviável, inclusive devido à moral burguesa. O paciente renuncia de vez à análise, opção para a qual certamente receberá a anuência de

seus familiares, ainda que estes não tenham como restituir-lhe a capacidade de amar. Ou seja, em favor do trabalho, não resta ao paciente que aceitar aquele amor como contingência passageira, fruto da transferência que se instala.

Quanto ao analista, não resta dúvida. Aquele amor não diz respeito à sua pessoa, não sendo necessário, portanto, gabar-se do que acontece, furtar à transferência sua espontaneidade, preparando o paciente para ela ou provocando-a. Muito menos fugir de suas manifestações, reprimindo-as ou acreditando que a cura já se implementou apenas porque os sintomas desapareceram por efeito da apreensão erótica do analista. Quando o amor advém nestas circunstâncias, comporta tão somente interpretar, caso contrário, em quaisquer outras opções, sobreviria o fracasso da análise. Freud invoca ainda nestas *Observações* a paciência indispensável ao analista, já então esquecida ou relegada por alguns daqueles que diziam praticar a psicanálise. Aliás, insiste Freud, desde um ponto de vista estritamente técnico, a emergência da transferência tem mesmo uma função de balizamento para que se comece a interpretar, já que sinaliza a ativação de processos inconscientes.

Um detalhe ressalta no título, pelo menos na versão espanhola, desta obra: o fato do amor de transferência apresentar-se grafado entre aspas. Detalhe que pode indicar os paradoxos desta contingência. Por um lado, há o reconhecimento do fenômeno. Tanto o amor comparece à transferência que é possível dizer que a análise se dá na transferência amorosa e apesar dela. O paradoxo se estende

à natureza deste amor. Freud discute em alguns parágrafos destas *Observações* sobre a autenticidade do amor de transferência e conclui que este é tão autêntico quanto qualquer outro e ao mesmo tempo qualifica-o irreal. Note-se que irreal não é o mesmo que falso ou inexistente. Esta irrealidade estaria antes referida à natureza do amor, inclusive o de transferência, quanto à tentativa ilusória de recobrimento imaginário do furo do real. Por outro lado, as aspas podem indicar a suspensão a que está sujeito o amor de transferência - devido à regra de abstinência imposta ao analista quanto à satisfação física ou espiritual dos anseios eróticos do paciente e à base de veracidade - verdade enquanto ficção - valor ético sob a qual se assenta o propósito analítico.

Se é certo que o amor se apresenta na análise e que se manifesta como repetição de protótipos que se estabeleceram durante a infância, igualmente não se pode escapar ao princípio teórico segundo o qual tudo aquilo que dificulta o trabalho de análise é resistência. Ou seja, quando a proximidade do chamado núcleo patógeno se torna por demais ameaçadora, interrompe-se no sujeito, o fluxo das associações, a pretexto de alguma filigrana ligada ao analista. Filigrana ou diamante não lapidado, mineral bruto - amor de transferência.

O ano de 1920 vem trazer uma virada no pensamento freudiano. Seja novamente por evidências clínicas, seja por fatos históricos, que às vezes rasgam uma brecha para que a teoria deixe de lado um certo ranço de moral burguesa, que tratava de manter os ouvidos não

preparados para escutar algumas coisas, é preciso ir mais além. E Freud não se abstém de prosseguir sua construção teórica. Para além de onde vai? Do princípio do prazer que até então reinava soberano sobre o aparelho psíquico, passando a compartilhar sua hegemonia com a compulsão à repetição. Como se não bastasse o absurdo de um princípio ter um mais além, Freud publica também uma nova teoria pulsional. No narcisismo introduzido em 1914, as pulsões se dividiam em sexuais e de autoconservação. A segunda década do século XX aporta para as pulsões uma dialética entre vida e morte.

A idéia contida na fase dos escritos técnicos de que a vitória sobre a transferência não pode se dar *in absentia* ou *in effigie* permanece, transformada. Não se cura porque se recorda. Repete-se, o recalçado persiste na atualidade. Neste momento, a teoria atribui a resistência essencialmente ao eu devido ao desprazer a que este é exposto ante a insistência do recalçado em sua busca permanente de satisfação. Ou seja, o que é da ordem do *lust* para um sistema, pode ser *unlust* para o outro. Curioso: o fracasso na satisfação ocorre sempre num mesmo ponto - a vida sexual - aquilo que deveria levar ao prazer, redundando em desprazer. É mesmo mais um paradoxo da psicanálise que o eu invoque a compulsão à repetição se está a serviço do prazer.

Na parte 3 de "Mais Além do Princípio do Prazer" (1920), Freud designa diferentes etapas pela quais a evolução da psicanálise tinha passado até ali. No começo era uma arte interpretativa em que ao analista cabia decifrar o sentido dos conteúdos inconscientes do

paciente. Depois vem a etapa controversa da análise das resistências. Cada um tem a respeito desta a sua leitura. Alguns acham que vale dizer ao paciente explicitamente "você está resistindo", o suficiente para que ele deixe de resistir ou para tornar "o inconsciente consciente". Se atentarmos bem ao texto, porém, observamos que Freud prossegue enfatizando que o sujeito deve estar implicado em sua análise e em seu sintoma. De que natureza é então a resistência que denomina esta etapa? Talvez Lacan nos forneça uma pista na no texto sobre a direção da cura quando alerta:

"A resistência do sujeito, quando ela se opõe à sugestão, é apenas desejo de manter seu desejo. Como tal, deveria ser colocada ao nível da transferência positiva, visto que é o desejo que mantém a direção da análise, fora dos efeitos da demanda." (Lacan - 1958 - p.50)

Uma outra etapa da psicanálise começa a se delinear a partir do texto "Repetir, Recordar, Elaborar" (1914b) e se estabelece nos anos 20 com o conceito de compulsão à repetição que domina o aparelho psíquico.

Observe-se que em "Mais Além do Princípio do Prazer" (1920) fala-se de consciência e de percepção. Este deslizamento não indica traços, que situam-se na esfera do inconsciente, mas uma superfície onde se articula o trauma. Exigência de uma outra tópica que se anuncia em Freud, prenúncio da topologia de Lacan. O excesso de

energia que perturba o aparelho psíquico está sempre numa relação de exterioridade - o sujeito que é constituído desde fora pela linguagem e o trauma que deixa o princípio do prazer fora de ação. Algo da superfície se rompe, por efeito do trauma, fazendo o aparelho psíquico trabalhar antes do prazer, isto é, antes de descarregar a quantidade excessiva de energia.

Em 1914, com algumas idéias de Jung na berlinda, Freud escreve sobre o narcisismo. Em 1926 as notas dissonantes são cantadas pelo discípulo Otto Rank. De início admirado e auxiliado em sua vida pessoal e profissional por Freud, Rank chega a ocupar posições importantes como editor de publicações psicanalíticas e a clinicar como analista. Mas vai pouco a pouco se afastando do pensamento de Freud ao tomar o nascimento como experiência primeira e prototípica da angústia e ao relegar o complexo de Édipo e a introdução da figura paterna em favor das questões com a figura materna. Por pressão de outros membros de círculos psicanalíticos, Freud acaba por repudiar Rank e suas idéias.

A perda sofrida com queda deste objeto elabora-se nas letras de "Inibição, Sintoma e Angústia" (1926). O que primeiro se coloca é uma diferenciação entre inibição, enquanto uma diminuição das funções do eu para evitar conflitos com o isso ou com o supereu, e sintoma, enquanto uma profunda modificação das funções do eu que, por operar o recalçamento de representações pulsionais e ceder aos desígnios do supereu quanto a anexar cargas do isso, fica na

contingência de obter nada mais que substitutivos da satisfação pulsional esperada.

Entretanto, a questão da angústia e sua articulação com outros aspectos da teoria mereciam uma articulação mais minuciosa. Até então contava-se com os seguintes dados: as neuroses tinham um fundamento na sexualidade e muitos pacientes descritos como neuróticos relatavam sensações e sentimentos de angústia. Portanto a angústia seria um componente da etiologia sexual da neurose. Mais precisamente, a energia sexual represada transforma-se em angústia. Ao contrário do que se supunha de início, não é o recalque que cria a angústia, mas a angústia é que move ao recalque.

Para cumprir suas funções de adaptação à realidade, o eu deve valer-se da defesa, noção retomada por Freud neste texto de 1926 depois de quase três décadas, e da angústia para sinalizar perigos internos ou externos. Aos vários mecanismos de defesa já enumerados em fases progressas, Freud anexa a interversão e o isolamento típicos da neurose obsessiva. Como exemplos para as alterações teóricas que introduz, Freud cita Hans, o Homem dos Ratos e o Homem dos Lobos para ilustrar como a resistência oposta ao trabalho de análise constitui defesas em ato. Quanto às resistências, discriminam-se num adendo ao texto principal cinco tipos: três delas estão relacionadas ao eu - resistência de repressão, de transferência e ganhos secundários com a doença; o quarto tipo promana do isso e o último, o mais obscuro e recém descoberto, do supereu.

Quanto à questão da contratransferência, que se define como os sentimentos inconscientes provocados no analista por influência do paciente, poucas vezes ao longo de sua obra Freud referiu-se a esta possibilidade. Quando o fez (1910a), apresentou a contratransferência como um problema do analista - a resistência imposta por seus complexos a ser trabalhada em sua análise pessoal. Mas à medida em que a psicanálise passa a ser concebida como uma teoria das relações entre duas pessoas, a *two bodies' psychology*, especialmente em sua versão inglesa, a contratransferência emerge ao primeiro plano da clínica deixando de lado seu estatuto de problema do analista para se constituir num instrumento essencial, um utilitário para a detecção e compreensão das emoções e das fantasias inconscientes do paciente através das emoções do analista - a comunicação autêntica de inconsciente a inconsciente.

Num artigo clássico intitulado "On Counter-Transference", Heimann afirma que a análise do analista não visa transformá-lo em uma máquina de interpretar. Antes deve permitir-lhe:

"to *sustain* the feelings which are stirred in him, as opposed to discharging them (as does the patient), in order to *subordinate* them to the analytic task in which he functions... Since, however, violent emotions of any kind, of love or hate, helpfulness or anger, impel towards action rather than towards contemplation and blur a person's capacity to observe and weigh the evidence correctly, it follows that, if the analyst's emotional response is

intense, it will defeat its object. Therefore, the analyst's emotional sensitivity needs to be extensive rather than intensive, differentiating and mobile." (Heimann - 1950 - p.82)

De nossa parte perguntamos: a descarga de sentimentos pelo paciente a que se refere Heimann, que traria implícita uma idéia de catarse, ainda é pertinente no âmbito da psicanálise? A ação a que o analista seria impelido no caso de suas emoções alcançarem um patamar desaconselhável de intensidade tem o valor de ação motora? Contemplação e capacidade de observação não fazem parte das faculdades intelectuais que a autora critica no tocante à interpretação?

Não resta dúvida de que quando dois sujeitos se encontram, dentre eles frutifica toda sorte de sentimentos. Ademais é certo que há reciprocidade quanto aos sentimentos. O *setting* analítico não está livre deste universal como se constata pelo fato de que, independente do lugar destinado aos sentimentos do analista, todos os autores os mencionam. Não importa quão distante ou quão profundamente seja levada uma experiência analítica, não se visa abster quem quer que seja, muito menos aqueles que ocupam a função de analista, de seus sentimentos. Tampouco há como trazer à consciência todo e cada um dos complexos relativos ao inconsciente sob pena de vir a ser desmontado o próprio modelo de aparelho psíquico introduzido por Freud. Inconsciente este que também só se produz como campo do Outro. A este respeito, com a inclemência que lhe é própria, Lacan no Livro 1 do Seminário vocifera: "na

linguagem cifrada em que nos atolamos, chama-se ... contratransferência, o fato de ser um imbecil." (Lacan - 1983 - p. 260) Assim, é certo que a transferência engloba os fenômenos do plano imaginário, conforme já se demonstrou, por exemplo, pelo amor que o paciente dedica ao analista. Mas devido à articulação de significantes, dentre os quais o sujeito se anuncia, situa-se a transferência também na ordem simbólica em função do campo da fala e da linguagem.

Assim rastreamos na obra de Freud, a rota da noção de transferência. A questão agora é verificar como se articula a transferência no atendimento de grupo, a qual das concepções acima mencionadas se refere, como se faz seu manejo. Sigamos alguns autores de teorias de grupos.

O conceito de transferência proposto por Grinberg, Langer e Rodrigué (1957) guarda algumas características em comum com a transferência tal como postulada por Freud. Concebem-na como um fenômeno universal, sob a forma de uma reedição e atualização de conflitos infantis inconscientes, que causaram a neurose, ligadas à pessoa do médico no presente. Pouco a pouco se afastam do campo freudiano, privilegiando o registro do imaginário, ao afirmar que o que é reativado pela transferência está sujeito ou não à comunicação verbal e deve ser utilizado na cura para corrigir conflitos. As reações interpessoais de amor e agressividade, voltadas para os demais membros e/ou para o médico, no grupo, possuem a mesma qualidade e conteúdo que a transferência da relação

dual. Acreditam que o grupo compõe uma *gestalt*, daí sugerirem que se chame de transferência gestaltica aquela que ocorre especificamente no grupo. Apesar de designarem a palavra como veículo ou obstáculo à comunicação, abandonam a dimensão psíquica da linguagem como instrumento privilegiado de trabalho em favor da contratransferência definida "como la totalidad de las actitudes y reacciones emocionales, conscientes e inconscientes, que experimenta el terapeuta hacia los pacientes" (Grinberg, Langer, Rodrigué - 1974 - p.155).

Grotjahn (1977 - p. 232) convoca a pessoa do analista para a transferência a ponto de visitar um casal (marido paciente/mulher ex-paciente) que ganhara um bebê em companhia de sua esposa que assume, pelo menos para ele, uma função de avó do bebê e do grupo. Quanto ao atendimento propriamente dito, insiste na atitude maternal do terapeuta, ao mesmo tempo que define-se como o pai a ser assassinado pelos filhos de grupo. E proporciona um bom exemplo acerca das dificuldades de balizar ao que é próprio ao campo de grupo. Em primeiro lugar, atribui ao grupo um inconsciente que afirma ser diverso do inconsciente individual, sem revelar no que consiste esta diferença. Enfatiza a diferença entre a dinâmica da transferência de grupo e do "relacionamento individual" (Grotjahn - 1977 - p. 23), na medida em que aquela triparte-se em transferência para o líder do grupo, à semelhança da neurose de transferência em análise; transferência para os demais membros do grupo, à semelhança da neurose familiar e transferência para o grupo enquanto totalidade, à semelhança da relação com a mãe pré-

edipiana. Designa ainda a transferência como um dos princípios da terapia analítica de grupo juntamente com a resistência e a interpretação. Um pouco adiante, também afirma: "o processo terapêutico não é, contudo, exclusivamente baseado em transferências e suas interpretações". (Grotjahn - 1977 - p. 25) Quer dizer, então, há outros princípios além dos já apresentados? Quais são eles? Ou há alguma outra categoria fundamentando o processo terapêutico além dos referidos princípios?

Foulkes discorre sobre a relação de transferência, um dos objetos da psicanálise, como sendo a revivescência na vida adulta do paciente de padrões de relacionamento infantis e inconscientes com pessoas significativas de então que "incluem sentimentos profundamente reprimidos de desejo, esperança e temor para com os pais... (que) se estabeleceram através de um complexo processo de introjeção, no próprio cerne do ego e do superego do paciente" (Foulkes - 1957 - p. 46,47). Destaca ainda a demonstração psicanalítica de que o conflito neurótico inconsciente refere-se às imagens parentais introjetadas pelo paciente. No atendimento de grupo, estes conflitos ressurgem na relação transferencial ao condutor, aos demais membros ou ao grupo, mas estas não são abordadas de forma *vertical*, (grau de profundidade quanto à regressão ao passado) e sim de forma *horizontal* (aqui e agora). Observe-se, a seguir, parte de uma tabela proposta por Foulkes (1957 - p. 48) onde distingue as características da psicanálise e do que chama análise de grupo, no que tange à transferência.

	Psicanálise	Análise de Grupo
Natureza da relação (transferência)	Regressão estimulada pela situação	Regressão não estimulada pela situação
	Anonimato e passividade relativas do psicanalista	O papel relativamente realístico do analista de grupo e a interação com os outros
	Neurose de transferência plenamente estabelecida	Neurose de transferência não plenamente estabelecida
	Problemas de dependência e da fixação do analista	Menor problema de dependência
Nenhuma manipulação da situação da transferência		
Processos e princípios terapêuticos	Ênfase sobre a a introspecção e o contraste entre o passado e e o presente	Em acréscimo: ênfase sobre a reação experiência na situação presente (aqui e agora) Experiência corretiva Treinamento do ego em ação

É preciso não omitir também que, pretendendo marcar as diferenças entre psicanálise e análise de grupo, o autor atribui à primeira

"caráter principalmente biológico e genético. Ela encara o comportamento complexo como se o mesmo fosse motivado, em última instância por impulsos instintivos elementares firmemente enraizados nas necessidades físico-químicas do corpo. O ego, diz Freud, é fundamentalmente um ego corporal. Apenas a função terapêutica da psicanálise colocou em órbita a dinâmica social e interpessoal, com a descoberta da transferência na situação bipessoal". (Foulkes - 1957 - p.11)

Alguns de nós não apreendeu bem o espírito da coisa! É até difícil acreditar que um autor renomado não perceba sequer o limite entre o campo psicanalítico e o campo da biologia onde, sim, vigoram os instintos; que na fronteira entre o corpo e o psiquismo encontra-se o cerne da mitologia freudiana - a pulsão; que é da alçada da psicologia estudar os comportamentos simples ou complexos. Sobretudo em Freud, a teoria psicanalítica não diverge tanto assim da prática terapêutica pois aí encontra sua gênese. E esta ordem não costuma inverter-se. É costume dos teóricos de grupo denominar o atendimento psicanalítico, singularizado, de "situação bipessoal". Também discordamos desta formulação. Validando a ordem numérica, a clínica psicanalítica conta com três elementos: o sujeito em análise, o analista e a palavra.

Foulkes se aproxima da transferência pelo vetor da repetição. Bem entendido, são repetidos sentimentos e condutas uma vez que sua teoria não se estende a aspectos da linguagem, isto é, não admite a hipótese de uma repetição significativa. A mesma ressalva se aplica à regressão. Faz particularmente questão a frase "nenhuma manipulação da situação da transferência" (Foulkes - 1957 - p. 48) que afeta as duas linhas de trabalho. O que quererá dizer isto? Se o autor afirmou que a transferência é um dos objetos da psicanálise (1957 - p. 46), está bem que não se o manipule. Mas algum tipo de tratamento deve ser merecer este objeto... Ou *ça va de soi*? Possível ato falho do tradutor, não deixa de ser curioso destacar na tabela os "problemas de dependência e da fixação do analista" (Foulkes - 1957 - p. 48) que, sim, resultam do acento no registro do imaginário. O "treinamento do ego em ação" (Foulkes - 1957 - p.48) proposto pelo autor alinha-o junto à Psicologia do Ego?

S. R. Slavson (1953), dentre os autores de teorias de grupo a que tivemos acesso, parece intuir que a transferência comporta uma faceta simbólica - de desejos inconscientes que, por serem censurados e proibidos, emergem sob a forma de sintomas e projeções. De sua prática com crianças, conclui que não há transferência quando não há linguagem. Curiosamente Slavson cita o mesmo filósofo grego de que Lacan (1992) se vale no livro 8 do Seminário para tratar da transferência e diz:

"l'importance du transfert en thérapie était vaguement reconnue même dans l'Antiquité. Socrate, en reconnaissant l'existence indépendante des maladies mentales et des maladies physiques prescrivait comme moyen de traitement pour les premières <<les paroles bienfaisantes>>." (Slavson - 1953 - p.15)

Apesar desta afirmação, Slavson valoriza a face imaginária da clínica: transferência de sentimentos, emoções e atitudes que se alternam entre positivos e negativos; reforço das defesas do eu, relações de objeto, interpretações baseadas na contratransferência, reeducação das atitudes de crianças já em idade de frequentar grupos, etc. No atendimento de grupo, intitula transferência libidinal aquela que se refere ao terapeuta, cuja carga é enfraquecida pela transferência fraternal que surge por relação aos demais membros do grupo. O terceiro tipo é a transferência de identificação que mantém a união do grupo quando o terapeuta é o alvo da hostilidade.

De nossa parte acreditamos que vale incluir neste ponto ainda uma outra concepção sobre o manejo da transferência, por sua importância e por sua influência nas teorias de atendimento a grupos, especialmente nas que seguiram a orientação que se difundiu da Inglaterra. A partir de 1919, pouco antes da virada para o mais além, a austríaca Melanie Klein faz sua entrada na cena psicanalítica. Apesar de divergir de Freud em vários aspectos, considerava-se uma discípula de seus postulados, tendo seguido seus passos quanto às teses acerca da existência da sexualidade

infantil; quanto à polêmica segunda versão da dialética pulsional e na estrutura teórica das instâncias psíquicas, especialmente do supereu. De Abraham, um de seus analistas, levou adiante a teoria das relações de objeto, tornando-se, assim, o maior expoente da chamada "Escola Inglesa de Psicanálise".

Primeiramente dedicou-se à psicanálise com crianças e comprovou a hipótese freudiana de que as brincadeiras infantis não teriam apenas uma função lúdica, mas seriam também uma forma de vivenciar e uma tentativa de elaborar as fantasias inconscientes, as ansiedades que decorrem diretamente da pulsão de morte e as formas de defesas erigidas para enfrentá-las. A importância que esta autora atribui às brincadeiras se revela quando as adota como técnica - a *play technique* - que se equivalem à verbalização para expressar conflitos inconscientes.

Desta clínica emergiram inquietações que lançaram Klein para suas próprias formulações: as posições esquizo-paranóide e depressiva; o complexo de Édipo situado em estágios primitivos da vida do sujeito, relações com objetos parciais e totais; a intervenção da realidade e dos objetos externos no universo dos objetos internos e vice-versa. O mundo interno a ser analisado está sujeito à ansiedade gerada pela onipotência das fantasias inconscientes. Assim, promove-se o *splitting* dos objetos: os bons a serem introjetados; e os maus, a serem projetados. Estas hipóteses teóricas confirmaram-se igualmente no atendimento de adultos.

Um certo ceticismo rondava a psicanálise com crianças por acreditar-se que estas não se dirigiriam à análise por não ter noção de sua doença e que tampouco haveria transferência (Segal - 1979 - p. 32). Klein demonstra que também há transferência na clínica com crianças e explora este conceito ao máximo. Sua técnica implica em interpretar a transferência, através de interpretações que, necessariamente, remetem ao analista, para o qual seriam transferidas relações de objeto dos primórdios da vida do paciente. Acreditava-se deste modo restituir ao eu do paciente partes fragmentadas que se projetaram sobre o analista.

Lacan caracterizou-se por um compromisso com a fidelidade à obra de Freud. Em "A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder" (1958), dedica um capítulo exatamente ao tema que ora nos ocupa sob o título de "Onde estamos quanto à transferência?". Ali aponta três formas do que considera desvios do conceito de transferência tal como concebido por Freud.

Se Antígona foi encarregada pelo Destino a dar prosseguimento à tragédia dos labdácias, e ela a isso não se furtou nas máximas consequências e nos mínimos detalhes de estilo, já esta outra filha parece ter-se afastado muito da inspiração paterna. O primeiro dos desvios assinalados por Lacan (1958 - p.18) quanto ao conceito de transferência é o **genetismo** atribuído a Anna Freud. Suas concepções foram herdadas posteriormente pela Psicologia do Ego que floresceu na América do Norte sob a égide de Ernest Kris, Heinz Hartmann e Rudolf Loewenstein.

A teoria de Anna Freud supõe o psiquismo construído a partir das relações entre o mundo interno inconsciente, o isso onde habitam pulsões, afetos e fantasias, e o mundo externo moldado pela educação que se recebe. Parte do isso atinge o mundo externo, alterando-se para dar origem ao eu. Por identificação, introjetam-se aspectos do mundo externo, gerando o supereu que preserva os ditames educacionais. O isso visa nada mais que a gratificação, mas o afeto pode trazer prazer ou desprazer. O eu, de acordo com seu ponto de maturação, utiliza-se dos mecanismos de defesa para evitar afetos e impulsos do isso que criem desprazer, ou para harmonizá-los segundo os moldes de ideal do supereu ou do mundo exterior que adquirem a forma de objetos. O processo de análise visaria, numa relação dual, na qual o analista sabe acerca do ideal, retirar *patterns* defensivos do eu já caducos, obstáculos atrás dos quais se escondem conteúdos pulsionais do isso, que dificultariam uma adaptação adequada do eu à realidade atual.

Dentre outros aspectos, Lacan critica esta concepção como annafreudiana pelos seguintes aspectos. Seus propósitos são essencialmente pedagógicos - talvez por marca do magistério que Anna Freud exercera antes de voltar-se para a psicanálise por insistência de seu pai. Além disso, esta teoria ignora a função de desconhecimento do eu em favor de uma função de síntese; o caráter simbólico das defesas tal como postuladas por Freud no início e no fim de sua obra e o desejo, enquanto aquilo que constitui a verdade do sujeito, substituindo-o pelo ideal. Finalmente, por trabalhar no

sentido de manter os objetos, sem que o eu precise socorrer-se de mecanismos de defesa.

Um pouco mais próxima da inspiração freudiana encontra-se o segundo dos desvios assinalados por Lacan (1958 - p. 19). A psicanálise contou com uma contribuição notável de Karl Abraham: a noção de objeto parcial. É este autor quem inaugura a teoria das relações de objeto e articula a transferência como um critério que serviria para aferir a curabilidade do paciente - sua capacidade de amar tomada como um dado constitucional do sujeito. Esta teoria pressupõe que ao longo do processo de análise constrói-se um objeto ideal, total, cujo propósito é satisfazer tanto suas necessidades quanto as do sujeito. O calor do *setting* analítico se prestaria a levar este objeto a sua dimensão última de amadurecimento, que consiste na travessia de fases pré-genitais, subdivididas por ele em estágios aos quais correspondem objetos parciais, à harmonia da genitalidade e na dominação do caráter incoercível das pulsões.

O terceiro e último dos desvios assinalados por Lacan (1958 - p. 22) quanto ao conceito de transferência refere-se ao canibalismo da introjeção intersubjetiva na qual coalescem as propostas de introjeção de Ferenczi, identificação ao supereu do analista de Stratchey e transe narcísico terminal de Balint. Estas três perspectivas compartilham o equívoco de reduzir a direção da cura à distância que o paciente se situa do analista enquanto objeto numa relação dual. Trata-se da possibilidade de reencontrar um objeto perdido, ou de encontrar um objeto substituto para o original que

se perdeu. E de um manejo da transferência que consiste essencialmente em atender à demanda de identificação. Romper-se-ia assim a estrutura do nó borromeado uma vez que não se leva em conta os registros do simbólico e do real? Coloca-se ainda uma questão quanto ao destino da angústia que emerge ante à presença do objeto.

Sem que os nomes destes autores referidos por Lacan sejam necessariamente citados de forma explícita por quem preconiza o atendimento de grupo, suas concepções se subsumem às teorias grupalistas.

Mas não basta denunciar os desvios a que certas passagens da obra freudiana deram margem. Ainda no texto do Colóquio de Royamont*, Lacan (1958) propõe três momentos lógicos para o processo de análise. No primeiro momento das entrevistas preliminares, operar-se-ia uma retificação subjetiva que consiste em mover o sujeito em direção ao trabalho, implicando-o em seu sintoma e transformando sua queixa, busca de alívio e tentativa de acesso à felicidade em demanda de análise.

No segundo momento estabelece-se a transferência. O analista participa da economia psíquica do sujeito não como pessoa, já se pode dizer agora, mas como um significante. O efeito da transferência é o amor que impede a revelação, posto que não diz

* O texto "A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder" foi escrito por Lacan para apresentação no Colóquio de Royamont, em 1958.

respeito à mera repetição das experiências infantis. Antes refere-se a um desejo de enganar o analista no presente. Se o sujeito ama o analista é nada mais que para por ele ser amado e assim seguir ignorando sua condição de faltoso.

No terceiro momento é chegado o tempo de concluir que já se antecipou desde o início. A este concerne o saber do analista, oferecer-se como objeto a, causa do desejo, e saber-se dejetivo a cair no final de análise. Nada mais diverso das promessas de oblatividade, do bom encontro com bens morais, ideal de genitalidade como ômega de amadurecimento, prêmios acenados para o final de análise pelas concepções anteriormente mencionadas.

Volta e meia, mantém-se a noção freudiana, para dar-lhe prosseguimento em nobreza e dignidade. O trabalho analítico na transferência, re-produz o inconsciente trazendo algo de novo. Lacan começa a trabalhar a transferência, momento de fechamento ao inconsciente, pelo vetor da repetição buscando distinguir o fenômeno do princípio que rege o aparelho psíquico. Para enxugar o conceito de transferência dos excessos da fenomenologia, Lacan no Livro 11 de O Seminário (1988) circunscreve o que lhe é essencial, o que é próprio à sua estrutura. Assim, aporta a noção de sujeito suposto saber, cuja popularização bem como a de outros de seus conceitos, aforismas e expressões trouxe uma certa diluição. Na vulgata analítica, bem ao gosto das demandas neuróticas, o sujeito suposto saber confunde-se com o analista, com sua pessoa, alguém que se supõe saber quem sou eu e porque sofro. Não é demais

assinalar que todas as tentativas de personificar sistemas, instâncias, funções e lugares redundam em escorregar da psicanálise para outros campos de saber. Mas, examinemos pouco a pouco o que está contido na noção de sujeito saber para chegar a uma definição.

A psicanálise, por seu próprio criador designada como a terceira ferida narcísica sofrida pela humanidade, representa uma ruptura epistemológica com os demais saberes ao descrever o inconsciente como um sistema dinâmico, complexo, regido por leis próprias. O homem, tido até então como Senhor da consciência, deixa de ser o dono de si. Desconhece-se, aliena-se, divide-se, sujeito das pulsões e da cultura, sujeito do inconsciente. Lacan enfatiza este aspecto ao romper com a lógica do cogito manifesta na fórmula cartesiana "Penso, logo sou", reescrevendo-a como "Lá, onde penso, não sou".

Devido à lógica paradoxal que vigora no campo da psicanálise, se por um lado o sujeito é movido à análise em busca de um saber sobre sua verdade, simultaneamente procura manter-se cativo às paixões do homem: ama, odeia, ignora, pois de forma alguma quer saber da impossibilidade da relação sexual. Assim tenta propugnar, claudicante, pelo engodo da existência de um saber como conhecimento, atributo de privilegiados que a estes outorga direito a gozo. Segundo Nasio,

"... em termos de fantasia neurótica equivaleria a dizer : "O Outro existe e goza com a minha castração". Como se vê a suposição

do saber com figura humana transforma-se em suposição de um saber que é gozo. O pai que sabe, e que é saber, é também o mesmo pai que goza com todas as mulheres. O saber sem falhas, garantia e razão do sintoma, prolonga-se no Outro que goza. Em uma palavra, para o neurótico, o saber é o gozo do Outro". (Nasio - 1991 - p. 40)

Se o sujeito quer enganar e enganar-se, já o analista não pode cair na armadilha da identificação ao Outro, sob pena de deixar o campo propriamente psicanalítico em favor de modelagem, pedagogia ou doutrinação. A prática psicanalítica encerra uma assimetria entre os envolvidos. Põe o analista em posição de auditor, cuja intervenção eventual, ato que o horroriza, decide por retroação quanto ao sentido do que o sujeito, em posição de falante, diz em "associação livre". Ademais, o saber inconsciente a ser produzido no processo de análise emerge necessariamente sob o desejo. Neste sentido, o desejo do analista, é função de causa, *semblant* que aciona a repetição da cadeia significante, procedendo a desmontagem do engodo antes mencionado ao interrogar o sujeito em seu sintoma de forma a que ele admita a borda em dizer e saber.

Deixamos por último do termo mais complexo da noção de sujeito suposto saber: o suposto. Complexo uma vez que talvez seja aquele que define a noção, determinando o sentido dos outros dois termos de que aquela se compõe na expressão da antinomia que lhe é própria. Num instante recobre com máscara humana o sujeito - acrescentando-lhe assim, já que se trata de alguma coisa que se passa entre a boca e o ouvido, dentes postiços, entre os quais se

aprisiona o sujeito ao saber, tornando-os um só corpo que subsistiria de si próprio. É o sentido fictício, imaginário da suposição. Mas este se desenrola apenas para logo imediatamente, digamos, três palavras depois, denotar o vazio que há entre o sujeito e o saber. Um vazio de suposição, hipotético. Pode ser, pode não ser. Com isto desidentifica-se sujeito de saber, abrindo brecha para que se questione o que se imputa aos dois outros termos, bem como aquilo com que contribuem na construção da noção de sujeito suposto saber. Uma vez examinados um a um os elementos que figuram nesta noção pode-se defini-la como o fundamento da transferência, o elemento estável em torno do qual esta se estabelece, independente dos fatores subjetivos e que se coloca no início de uma análise, como efeito do dispositivo analítico.

Uma questão para manter acesa a chama do debate: as teorias grupalistas oferecem lugar de destaque à transferência. Em que medida interpretá-la como sendo do grupo enquanto totalidade seria uma forma de abster-se de seu poder?

ELE ROUBA NADA - A INTERPRETAÇÃO

No modelo clássico da teoria da comunicação, mensagens circulam entre receptor e emissor. Ruídos que por ventura ocorram em ambos os polos - em cada um isoladamente, ou nos dois simultaneamente - alteram o conteúdo e/ou a forma das mensagens, turbando pois a comunicação. Sob este enfoque, pode-se dizer que há comunicação de fato quando estão eliminados do circuito ruídos de quaisquer tipos. Deste modo, envidam-se todos os esforços necessários em favor da clareza, para que o objetivo da comunicação - a compreensão da mensagem pelo receptor tal qual partiu do emissor - seja alcançado.

Este modelo aplica-se à comunicação com um sentido de comunhão de bens. No caso, o bem a ser compartilhado é a informação que liga, por força de relações afetivas, de trabalho ou das circunstâncias, emissor e receptor. Estes passam a ter participação naquilo que se veicula pelo próprio ato de transmissão. Uma outra característica marcante deste modelo da comunicação é que este parte de uma matriz relacional essencialmente bi-pessoal - que no caso da comunicação de massa pode se estender e complexificar em dimensões insuspeitas, já que o número de receptores torna-se indeterminado - e é neste espaço de intersubjetividade que a mensagem encontra solo fértil para empreender seu circuito.

Uma tal concepção extrapolou o domínio exclusivo das comunicações de massa e alicerçou-se, por exemplo, na psicologia e mesmo na psicanálise conforme a leitura que se lhe faça. Assim, no caso desta última, conflitos e sintomas indicariam um sinal de que a comunicação entre pessoas, sistemas ou instâncias do aparelho psíquico obstaculizou-se de alguma forma. Trata-se, portanto de reconstituí-la e, através disso, apaziguar partes em conflito, suprimindo-se os sintomas.

O inconsciente, por Freud inventado como *ein andere Schauplatz* - lugar metafórico onde se determina e se conclui a mensagem - subverte o modelo tradicional da teoria da comunicação posto que introduz o Outro. Esta dimensão surpreende o sujeito no extremo de sua palavra, levando-o a dizer mais do que sabe e a saber mais do que diz. Segundo Nasio, "o dito vem sem que se saiba e desaparece sem ser, enfim, apreendido. Como se o ser falante não fosse, no momento do acontecimento, senão lugar de passagem, atravessado por um dito do qual ele não é nem o autor nem o destinatário." (Nasio - 1991 - p.19)

A palavra do sujeito em análise por um lado tem valor de signo, isto é, daquilo que representa algo para alguém. Neste sentido, dirige-se ao analista e clama por significação. Porém, não cabe ao analista escutá-la apenas como o receptor do discurso comum. Responsável por uma escuta regulada pela ética própria ao desejo, e enquanto representante do Outro, o analista atenta de forma flutuante para o outro lado da palavra: sua face

significante. Assim, toca igualmente a sua função o exercício de auditor de significantes. Estes não têm endereçamento definido a quem quer que seja, sendo em si a-significantes e seu valor só se denota por referência aos demais significantes da rede, principalmente por seu aspecto virtual.

O instrumento essencial com o qual se opera no âmbito da psicanálise é a interpretação. A questão da interpretação se faz presente no *corpus* da obra freudiana desde seu texto *princeps* de 1900 - a *Traumdeutung*. A tradução literal do título deste texto seria o sentido dos sonhos. Entretanto, em vários idiomas a obra popularizou-se como "A Interpretação dos Sonhos". Desde aí evidencia-se uma confusão entre os termos interpretação e sentido. Uma noção pode ser tomada pela outra, isto é, são sinônimas, podendo-se utilizar uma ou outra indiferentemente? Ou, ao contrário, há algo que as distingue? Neste caso, como relacioná-las? Sigamos a letra freudiana.

No início da *Traumdeutung*, Freud revisa cuidadosamente parte da literatura científica surgida até aquela data relativa aos problemas oníricos e arrola diversos autores que já se haviam interessado pelo tema. Dentre outros aspectos, levantavam-se hipóteses de natureza variada sobre como se formam os sonhos, em que consistem ou para que servem. O enigma atravessa os séculos intrigando a humanidade que busca direções para decifrá-lo. E talvez fosse este o ponto de naufrágio das teorias - fazer o acento recair sobre o deciframento do enigma em lugar de dar precedência

ao movimento que este causa e que o causa. Enfoques que nos mantinham adormecidos, já que um sonho era ... só um sonho.

Freud assume com este texto uma tarefa em nada modesta - e para tanto não hesita em invocar na epígrafe o poder dos deuses do inferno* - de referendar sentido aos sonhos e propor um método científico para sua interpretação. Sua ousadia respaldava-se na justificativa de que, se elevada à categoria de paradigma, posto que atributo comum aos sujeitos tidos como são ou adoecidos, a produção onírica poderia auxiliar no exame de processos psíquicos anormais próprios às patologias neurótica e psicótica.

No segundo capítulo da *Traumdeutung* introduz-se o ineditismo da obra já em seu título: "O Método da Interpretação Onírica". Para exemplificar a aplicação do método que vem apresentar, Freud decompõe um sonho que tivera com uma de suas pacientes na noite de 23 para 24 de julho de 1895 e que tornou-se conhecido por "O Sonho da Injeção de Irma" ou o "sonho dos sonhos". (Lacan - 1987 - p. 188)

A hipótese com a qual Freud trabalha, e que o aloca imediatamente na margem oposta ao saber científico de então, para o qual os sonhos constituíam nada mais que um processo somático que

* Abaixo do título principal da obra, lê-se *Flectere si nequeo superos, acheronta movebos*, uma citação de Virgílio também utilizada por Freud em carta a Fliess em 4/12/1896 que se traduz como "Se não puder conciliar com os deuses do céu, moverei os do inferno".

se desenrolava no aparelho psíquico, é que os sonhos fazem parte da vida psíquica com estatuto idêntico a outros de seus atos e que possuem um sentido passível de interpretação. Embutida na hipótese freudiana há uma definição do que seja "interpretar um sonho" - "...quiere decir indicar su "sentido", ou sea, sustituirlo por algo que pueda incluirse en la concatenación de nuestros actos psíquicos..." (Freud - 1900 - p. 406)

Desta citação, ressaltamos a composição de elementos diversos ali contidos. Primeiro, o registro do imaginário lança seus véus cuja trama se tece de sentidos que recobrem os furos da carne, buscando mesmo mais: preenchê-los. Mas a própria provisoriidade dos sentidos aponta para o outro dos elementos que compõe a definição - o registro do simbólico onde se inscreve a significação e executam-se substituições infinitas, entrelaçando o corpo ao verbo. Através deste enlace, pressupõe-se o registro do real, já que falta consistência ao corpo e ao verbo.

Se a ciência do novecentos ignorava ou estava ainda desequipada para resolver o problema dos sonhos, a sabedoria popular de há muito outorgava-lhes sentidos e considerava a possibilidade de interpretá-los a partir de um método de deciframento simbólico. Só que este obedecia a um caráter estereotipado, pré-estabelecido, comum a toda e qualquer pessoa que sonhasse, enquanto que o sentido dos sonhos deveria ser desvendado por outrem, o oniroante.

É daí que Freud se lança: recorre à doxa e reestrutura os dados para fazê-los retornar no campo epistêmico. Por analogia à elucidação do sentido dos sintomas comunicada em conjunto com Josef Breuer (1895 - p. 50) - na qual o restabelecimento da conexão recalçada entre representações ideativas que os causaram e sentimentos redundava na remissão de fobias histéricas e atos compulsivos - Freud discrimina os elementos da composição onírica a serem tratados pelo mesmo método de associação de idéias. Outra alteração significativa introduzida pela técnica psicanalítica é garantir ao sonhador o trabalho do sonho, seguindo cadeias associativas a partir do conteúdo manifesto.

Assim, numa mesma obra, Freud demonstra cientificamente a existência de sentido nos sonhos e brinda-nos com a formulação do inconsciente. O inconsciente se constitui em dois tempos, segundo ação crucial do recalçamento. Os representantes ideativos da pulsão, fortemente investidos pelas primeiras experiências de satisfação, sofrem a ação do recalque primário como um contra-investimento, engendrando o núcleo do inconsciente que possui grande capacidade de atrair cargas de energia. O recalque secundário, ou recalque propriamente dito, a partir do qual se infere o recalque primário ocorrido num tempo mítico, combina dois elementos opostos para se processar: atração ao núcleo do inconsciente e repulsão por parte de instância superior. Num texto da metapsicologia intitulado "O Recalque" (1915c), Freud acrescenta ainda um terceiro tempo ao recalçamento: o retorno do recalçado através das formações do inconsciente.

Acreditamos que agora já seja possível retomar a questão que ficou em suspenso quanto à relação entre sentido e interpretação. Que os sonhos sejam interpretáveis comprova-se através da própria elaboração secundária, isto é, da concatenação de elementos díspares e sobredeterminados em um enredo necessária para que se os relate, quando já em vigília. Haveria diferença entre sentido e interpretação desde o ponto de vista de uma anterioridade lógica. Ao se construir, o sonho ou quaisquer das outras formações do inconsciente, podem denotar sentidos cristalizados, que têm como efeito interromper a significação.

Qual o sentido de interpretar sonhos durante uma cura? A interpretação, aliás já não apenas de elementos de sonhos, e sim em caráter geral, deve atuar de forma a reabrir cadeias associativas e não para atribuir sentido. Como indica Lacan no livro 22 do Seminário, "é que, no que diz respeito à prática analítica, pois é daí que vocês operam, mas, por outro lado, é para reduzir este sentido que vocês operam." (Lacan - 1992 - p. 3)

Para tanto, é fundamental aguardar que a transferência se instaure, uma vez que quando em análise os pendores camaleônicos do recalçamento falham, advém a angústia e é também quando o sujeito se aferra a alguma representação do analista para resistir. Ou seja, há como manejar obstáculos transferenciais de modo a torná-los úteis ao trabalho de análise. É na transferência que se origina o poder implícito na direção de uma cura. Poder delegado ao

analista ao qual ele não deve se furtar, além de dever respeitar seus princípios, sob pena de por em risco a análise.

A formulação freudiana do inconsciente deparou-se com inúmeras dificuldades de aquiescência desde seu lançamento até os dias de hoje, por parte de diversos segmentos da comunidade científica e intelectual e do público em geral. Dificuldades que se estendem desde a negação absoluta desta teoria até adaptações de cunhos variados. Quanto ao tema tratado neste capítulo, reafirma-se a interpretação como o instrumento principal do analista na clínica para as várias escolas de psicanálise. Entretanto, e com isto se coloca uma das adaptações sofridas pela obra de Freud, isto equivale a transformá-la numa "ciência *De l'Interprétation*" como pretendeu Ricoeur (1967)?

Pelo que já se disse quanto à responsabilidade do sonhador pelo trabalho do sonho e, anteriormente, quanto à paciência do analista que com seu desejo sustenta que este trabalho se faça, não há como legitimar quaisquer tentativas de validar o inconsciente e a interpretação de suas formações desde um ponto de vista hermenêutico. Parece inverossímil a tentativa de equacionar o inconsciente freudiano através da consciência, contando para isto com o auxílio precioso da "consciência testemunha" do analista, conhecedora do código das interpretações. Uma manobra deste tipo faria retornar a psicanálise a seu marco zero, quando ante à simples informação sobre os conflitos as pacientes reagiam com o desaparecimento de sintomas? Ou ainda reduziria a psicanálise ao

campo da sugestão, do qual Freud a excluiu, expresso no deciframento simbólico da sabedoria popular? A inutilidade de tais interpretações se deflagra nas comunicações dos próprios pacientes de hoje, inclusive aqueles do grupo observado, porque já as inclui.

Lacan relê a formulação freudiana do inconsciente já à luz dos achados da linguística e destes se vale para devolver à psicanálise seu sabor de subversão. Acompanhemos, portanto, num entreato, o percurso da psicanálise de Freud a Lacan via linguagem. Uma vez na Europa, dirigamo-nos um pouco mais para o Oriente ao encontro de autores que se dedicam ao estudo da linguagem.

Mikhail Bakhtin, em "Marxismo e Filosofia da Linguagem" (1988), descreve e comenta as duas correntes fundamentais de compreensão da linguagem. Uma destas correntes, denominada "subjetivismo idealista", abarca as escolas de Wundt, Humboldt e de Vossler. Para estes autores, o estudo da linguagem assinala a criação e a evolução permanentes da língua através dos atos individuais da fala que privilegiam o estilo e estão calcados na psicologia individual, tal como os demais processos artísticos e tomando em conta o fator ideológico.

A outra corrente de pensamento do estudo da linguagem, denominada "objetivismo abstrato", caracteriza a língua como um sistema normativo, que possui leis específicas, arbitrárias e fixas, admitido pelo grupo social e imposto ao indivíduo. Alterações ocasionais no sistema linguístico ocorrem por meio de

variações ou incorreções sem sentido ideológico nos atos individuais de fala.

Antinômico, este exercício de reflexão sobre a linguagem emanou da necessidade de decifrar e, posteriormente, transmitir o sistema de funcionamento de uma língua. Cada uma das concepções descritas, a sua vez, está sujeita a críticas e articulações, principalmente por seu caráter polarizante (primazia do ato individual da fala ou do sistema normativo da língua como ponto de partida do estudo da linguagem) e por ressaltar o aspecto privilegiado somente no âmbito monológico, atitude que, por si só, retrata um artifício: língua e fala jamais ocorrem de forma desvinculada.

Mas, em se tratando aqui de fins didáticos, é preciso manter esta situação artificial, seguindo uma das correntes, o "objetivismo abstrato", da qual se abre a articulação lacaniana. Esta vertente, herdeira do racionalismo cartesiano, privilegia a relação entre signos no contexto da língua e o receptor, deixando de lado o emissor e a mensagem. Seu expoente mais conhecido foi Ferdinand de Saussure, ligado à Escola de Genebra.

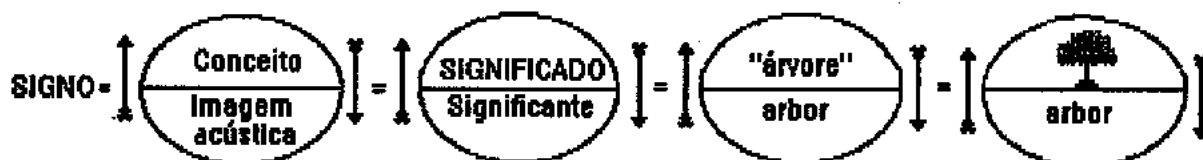
Para garantir à linguística legitimidade dentre as disciplinas do campo científico, Saussure descreveu a linguagem como sendo "multiforme e heteróclita" (Saussure - 1988 - p. 17). A linguagem engloba dois elementos distintos: a língua - aspecto social da linguagem, sistema homogêneo de signos, princípio de classificação

que associa os dois elementos psíquicos de um signo; e a fala - aspecto individual da linguagem, ato volitivo que se dá através de um mecanismo psicofísico e da combinação do código linguístico visando a expressão de um pensamento. Na opinião de Saussure, prevalecem as questões relativas à língua.

A tradição aristotélica do estudo da linguagem que vigorava até o aparecimento da Escola de Genebra fazia corresponder um objeto a uma palavra. Para aferir a veracidade ou a falsidade de uma tal correspondência era necessária a presença do objeto na realidade material. Em seus cursos, Saussure apresenta concepções inéditas acerca da linguagem. Em primeiro lugar, demonstra que é propriedade da linguagem justamente abolir a exigência da presença do ser para que dele se fale. Segundo, ao estabelecer que o signo linguístico não associa irremediavelmente um nome a uma coisa. Um signo consiste na unidade linguística fechada, composta por dois elementos: um conceito (o aspecto abstrato) e uma imagem acústica (a representação sensorial do som no psiquismo).

Mais tarde, Saussure substitui conceito por significado e imagem acústica por significante, enfatizando a relação de oposição que há entre os elementos de um signo, bem como a que há entre os signos. Por último, Saussure valoriza o eixo sincrônico da linguagem, que diz respeito a um estado de fatos simultâneos e suas relações, em detrimento do eixo diacrônico que diz respeito à evolução histórica de fatos isolados.

Em termos gráficos, o modelo de signo linguístico de Saussure é o seguinte:



Assim compreendido, o signo linguístico conta com quatro propriedades:

a-) Arbitrariedade do signo - refere-se à associação mítica entre significado e significante. Nada há de natural que ligue os elementos de composição de um signo. Prova da arbitrariedade é que um mesmo significado corresponde a diferentes significantes, segundo a língua que se utiliza.

b-) Imutabilidade do signo - refere-se ao caráter compulsório de uso dos signos pelos falantes. Uma vez estabelecida miticamente uma ligação arbitrária entre significado e significante, esta há que ser reconhecida e acatada por quem fala determinada língua através das gerações.

c-) Mutabilidade do signo - refere-se ao caráter eletivo do uso dos signos pelos falantes. Em contradição com a propriedade anterior, é justamente porque um signo se mantém ao longo dos tempos, que um significante pode adquirir outros significados.

d-) Caráter linear do significante - refere-se à extensão temporal do significante. O que confere à língua sua condição de estrutura é imposição de legalidade que rege os signos, determinando como estes se combinam e se substituem para formar cadeias significantes.

Os critérios de associação dos signos foram observados pelo linguista polonês Roman Jakobson em seus estudos sobre afasia, uma patologia neurológica na qual o paciente apresenta dificuldades de combinar ou de selecionar palavras. Através desta patologia demonstram-se os dois eixos em que um discurso opera: o eixo sintagmático ou da fala, que indica a combinação dos elementos e está representado pela figura de linguagem da metonímia, e o eixo paradigmático ou da linguagem, que indica a seleção dos elementos e está representado pela figura de linguagem da metáfora. Quando a afasia se manifesta no eixo sintagmático, o paciente tendo dificuldade de combinar palavras, apela para a similitude. Quando a afasia se manifesta no eixo paradigmático, o paciente tendo dificuldade de selecionar as palavras, apela para a contiguidade.

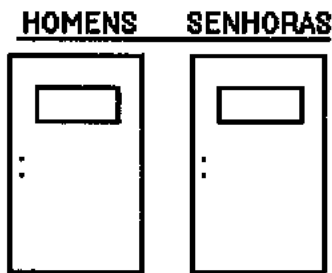
As formações do inconsciente, fenômenos analíticos por excelência, constituem os meios que o inconsciente tem para se expressar. O recalcado se vale de representações aparentemente sem importância, os chamados restos diurnos, e a elas transfere uma carga de energia para que seu conteúdo seja aceito na consciência,

obtendo assim satisfação parcial, ou seja, redução de excitação no aparelho psíquico.

Partindo do estudo das formações do inconsciente, que se caracterizam por obedecer às leis de condensação e deslocamento, Lacan retomou os conceitos saussureanos de significado e significante. Mas rompeu com sua fórmula original, pondo em relevo a autonomia do significante, o *non-sense*, que abre a possibilidade de, ao deslizar pela cadeia significante, gerar novas significações. Daí revela-se a primazia do significante sobre o significado. Em "A Instância da Letra ou a Razão desde Freud", Lacan (1966 - p. 245) introduz seu primeiro algoritmo, retirando do círculo, as flechas e invertendo a ordem dos elementos saussureanos.

$$\frac{S}{s}$$

Esta alteração traz consequências importantes. Transdisciplinar, o conceito de arbitrariedade migra da linguística para a psicanálise, mudando o seu foco. Para Saussure, a arbitrariedade recai sobre o signo. Para Lacan, a arbitrariedade recai sobre o significante - que é aberto e remete a outro significante, em cuja excansão se produz este efeito que é o sujeito para a psicanálise. Ainda no texto citado, Lacan (1966 - p. 229) exemplifica graficamente a questão da arbitrariedade do significante da seguinte forma:



Em princípio estas portas são iguais. Porém quando determinadas por um significante, (no caso, homens; mulheres), instituem lugares diferentes, marcam a diferença entre os sexos... Se as placas forem penduradas ao contrário, ou se não forem penduradas, algo se altera radicalmente quanto àquelas estruturas.

Assim, a nova disposição lacaniana dos elementos linguísticos resgata em grande estilo a tentativa de Freud de apresentar seu invento e comprovar sua existência e manifestação através de palavras. Esta disposição abre espaço na psicanálise para um aforisma como "o inconsciente é estruturado como uma linguagem", ao qual seu autor se refere nos seguintes termos: "para ser mais preciso, há aqui uma redundância, pois para mim "estruturado" e "como uma linguagem" significam exatamente a mesma coisa" (Lacan - 1970 - p. 200).

Segundo nossa compreensão, Lacan qualifica sua afirmativa como redundante primeiro porque um significante já indica uma hiância impossível de ser preenchida pelo que quer que seja, a qual só cabe contornar com palavras. Segundo, devido à alternativa fundamental entre presença e ausência de significantes, deste significante preciso e não daquele outro qualquer. Mais ainda, logicamente é

necessário um terceiro elemento além de significado e significante - o Outro - interdição à completude demonstrada em vários campos de saber, bem como na linguagem pela própria estrutura da língua que, no dizer de Saussure,

"trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade num sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ... pois a língua não é completa em nenhum ..." (Saussure - 1988 - p. 21)

A proposição linguística dos eixos sincrônico e diacrônico também sofre uma inversão sob a pena lacaniana. Com isto viabiliza-se uma articulação entre linguística e a psicanálise pelo viés da legalidade. Associam-se, então, sincronia, metáfora e condensação (seleção, similitude, substituição de um significante por outro) e diacronia, metonímia, e deslocamento (combinação, contiguidade, alinhamento de um significante após o outro). Esta concepção acentua a importância da metáfora enquanto fator de interação social na medida em que "... o sujeito recebe, sob a forma invertida que convém à promessa, sua própria mensagem esquecida desde o campo do Outro". (Lacan - 1966 - p. 421)

Apresentamos a constituição do inconsciente para Freud. Escutemos agora como Lacan a fórmula já com os elementos da linguística. O significante fálico, ou representantes do desejo da mãe, fortemente investido pelas primeiras experiências de satisfação, sofre a ação do recalque primário como um contra-

investimento, dando origem ao núcleo do inconsciente que possui grande capacidade de atrair cargas de energia. O recalque secundário ressignifica as marcas inscritas pelos significantes primordiais, configurando o inconsciente como um lugar onde os significantes se organizam como o discurso do Outro. Da *Spaltung* inaugural da subjetividade a partir da instauração da metáfora do Nome-do-Pai resultam um aparelho psíquico com sistemas diferenciados, um sujeito subordinado à ordem simbólica e um eu que desconhece a parcela de verdade do ser falante - le "parlêtre" ou *falessen* - que concerne ao inconsciente.

A linguagem representa, torna presente, algo que está ausente - propriedade que se aplica inclusive a este seu efeito que é o sujeito. Cindida pela ordem significante, a subjetividade encontra-se definitivamente alienada à linguagem, bem como uma parte lhe escapa, denominando-se sujeito do desejo ou sujeito do inconsciente. Esta divisão se expressa no discurso do sujeito, lá onde ele se afanisa.

Tradicionalmente, na linguística, um discurso se articula da oposição entre o eixo do enunciado (o produto) e o eixo da enunciação (o ato de produção). O eixo do enunciado se caracteriza por um conjunto finito de palavras proferidas por um emissor, o sujeito do enunciado, sem que sua participação direta, explícita seja necessária. Como exemplo, podemos citar as proposições universais do discurso científico: "o sol nasce no leste e se põe no oeste". O eixo da enunciação constitui-se de atos individuais e

intencionais de fala, nos quais o sujeito da enunciação está diretamente representado através de pronomes. Como exemplo, podemos citar uma frase do tipo "eu sou carioca".

Lacan retoma a oposição entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação da linguística. Exportando-a para a psicanálise na oposição entre dito e dizer, reafirma a divisão da subjetividade. Quanto à verdade do sujeito do inconsciente, esta se perde no dito ou enunciado, podendo apenas semi-dizer-se na enunciação. Nesta passagem de um campo a outro de saber, a enunciação mantém-se como ato singular de fala, mas perde sua característica de intencionalidade, já que o inconsciente emerge no tropeço da fala. Se se referenda a máxima lacaniana de que "o inconsciente é estruturado como uma linguagem", um processo de análise reverte para alterações da pontuação do texto da história do paciente conferindo-lhe novas significações. Estas alterações de pontuação estão a cargo do analista, o que torna possível ao sujeito uma outra escritura de seu discurso.

Prosseguindo no tema que nos ocupa neste capítulo... Lembram-se? Falávamos da interpretação cujo objetivo é restabelecer o livre curso associativo. Coloca-se, então, a questão de sobre que tipo de material incide a interpretação. O que é que se interpreta quando se interpreta? Freud (1913a - p. 1738) especifica que são interpretadas as manifestações do inconsciente no outro.

Mas, depois de sua morte em 1939, a técnica é elevada à condição de protagonista na cena psicanalítica, prescrevendo-se aos profissionais uma sistematização de regras quanto a como, quando, onde intervir. No que resulta uma prática assim ritualizada, na qual o analista também deve repetir tão somente o mesmo elenco reduzido de interpretações? Tratar-se-ia de garantir a eficácia do trabalho aferida pelo que de bens o paciente chega a obter? Em que medida os momentos de hegemonia da técnica na história do movimento psicanalítico correspondem a momentos em que o sistema consciente exerce a contento seu serviço de fechamento ao inconsciente? Mas o recurso à técnica é utilizado de forma tal que, tiro pela culatra, resulta em acentuar o problema: o que estava apenas fechado depara-se com a contingência de vir a ser desalojado pelo ego. De quem? Será do psicanalisanalista?

Em lugar de praticar circulando livremente pelos quatro discursos lacanianos o analista, assim, não hesita em dominar, explicar, compreender, julgar, aconselhar ou demandar. Porém, evita justamente a escuta do discurso do paciente, que expõe sua pessoa à angústia que aquele lhe provoca e à ameaça de irrupção do real. No caso de não serem alcançados estes objetivos, o analista tem basicamente duas saídas: apega-se à teoria ou a seus sentimentos e afasta-se de sua função.

Entretanto, objetamos: o saber analítico diz respeito à singularidade do desejo, isto é, constrói-se a cada análise, não tendo como ser estocado ou generalizado de um sujeito para outro.

Quanto aos sentimentos do analista, Lacan no livro 8 do Seminário nos alerta:

"Eu diria, mesmo, melhor: quanto melhor o analista for analisado, mais será possível que ele seja francamente amoroso, ou francamente tomado por um estado de aversão, de repulsa, dos modos mais elementares da relação de corpos entre si, com referência ao seu parceiro ... escrevi, em outra parte, que nesta partida que é a análise, e que não é, certamente, estruturável unicamente em termos de partida a dois, o analista joga com um morto". (Lacan - 1992 - p. 186, 188)

De outro modo, as respostas à pergunta sobre o foco de incidência das interpretações variam para os autores pós-freudianos. Interpreta-se também a transferência, a resistência, os sentimentos, as defesas ou todas as respostas anteriores, o que nos traz à metáfora do flogisto evocada por Lacan em "A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder". Ali se lê,

"a interpretação assim concebida se torna uma espécie de flogisto: manifesta em tudo o que se compreende a torto e a direito, por menos que se alimente a chama do imaginário, dessa pura ostentação que, sob o nome de agressividade, tira vantagem da técnica daquele tempo." (Lacan - 1958 - p. 9)

Seguindo nosso recorte, atentemos especificamente para o que dizem alguns autores que se dedicaram à teoria de grupos sobre a interpretação.

Segundo Grotjahn, "as interpretações objetivam, primeiramente, a resistência e, secundariamente, a percepção interna (insight). A interpretação é dirigida com menos frequência à resistência individual do que aos bloqueios na livre comunicação entre membros do grupo". (Grotjahn - 1977 - p. 47)

Afirmando seguir a *Traumdeutung* como uma "bíblia", Foulkes, designa ao grupo-analítico a "interpretação de resistências e a análise do que tem sido chamado de mecanismos de defesa". (Foulkes - 1957 - p. 30)

Grinberg, Langer e Rodrigué adotam um modelo de interpretação centrada no aqui e agora da sessão, de caráter transferencial e global, ainda que a comunicação tenha partido de um único membro, já que concebem o grupo como uma totalidade. Assim, "toda interpretación: ... intentará demostrar las resistencias y mecanismos defensivos que se oponen a la emergencia de lo reprimido; subrayará particularmente los contenidos emocionales..." (Grinberg, Langer, Rodrigué - 1974 - p. 149).

Henri Ezriel (1952), analista da Tavistock Clinic de Londres, utiliza o mesmo tipo de intervenção para atendimento individual e no grupo. Advoga por interpretações transferenciais, baseadas no

aqui e agora das atitudes que o paciente nutre na relação com analista em virtude de fantasias inconscientes. As chamadas interpretações mutativas visam proporcionar ao paciente oportunidade de distinção na realidade entre o analista e seus objetos internos arcaicos.

Bion prescinde de interpretações psicanalíticas, ao que parece num sentido de individuais, em suas experiências com grupos alegando dúvidas quanto a alcançar seu objetivo. Este se refere a "uma tentativa de traduzir em termos precisos o que suponho ser a atitude do grupo para comigo ou para com algum outro indivíduo ou do indivíduo para com o grupo" (Bion - 1961 - p. 131). O autor reconhece ainda que interpretações antes baseadas na contratransferência do que em "fatos observados no grupo" (Bion - 1961 - p. 136) são uma questão discutível, mas deixa a questão para ser enfrentada pelos analistas no futuro. Mesmo assim defende o marco contratransferencial para as interpretações porque este "permite ao analista diferenciar a ocasião em que é objeto de uma identificação projetiva daquela em que não o é". (Bion - 1961 - p. 137)

Em "El Aparato Psiquico Grupal" (1977), René Kaës combina noções das teorias de Freud, Lacan, Klein e Guattari para compor uma teoria, segundo nosso entender, no mínimo curiosa. Diz ele:

"la interpretación recae ante todo en el señalamiento de la repetición isomórfica, y luego articula, al aceptar las

identificaciones proyectivas de los participantes, la relación imaginaria y coisificante, subtenida por la angustia, entre el orden subjetivo personal y el orden subjetivo grupal. ...la interpretación recae, ..., en la puesta en escena de los papeles instanciales, objetales e imagoicos (transferencias) requeridos por la dramaturgia grupal" (Kaës - 1977 - p. 333).

Pouco a pouco, indagamos, interpretar a repetição, assinalando-a faz necessariamente com que o sujeito deixe de repetir? Para a psicanálise, a repetição é o *modus operandi* do aparelho psíquico. Ou seja, é condição *sine qua non*. De fato, a repetição - *Autômaton* - é do mesmo e contém sempre algum elemento novo, típicamente, que dá abertura a algum deslizamento. Para isto, uma de duas, ou não se assinala a repetição, ou a interpretação incidirá cirurgicamente sobre o novo. Mas uma questão terminológica se coloca. Kaës refere-se a isomorfismo e a homomorfismo em vários pontos de seu livro em uma perspectiva evolutiva da primeira qualidade à segunda. Segundo o *aurélio*, entretanto, o termo isomorfismo em química refere-se essencialmente a como de estruturas e composições análogas surgem formas *semelhantes*; enquanto que homomorfismo é a qualidade do que é igual. Este novo não seria pelo menos isomórfico, em lugar de homomórfico, isto é, caminhar-se-ia do mesmo, do indiferenciado, podemos dizer, para o semelhante? Pode-se dizer que há uma subjetividade grupal, como afirma o autor? Em que consiste esta?

Bem, as questões sobre esta formulação podem se estender muito e não é nosso objetivo aqui analisar a obra de Kaës. De todo modo, seus postulados abrem para uma questão mais genérica. Ao interpretar o grupo como um todo pretende-se que a interpretação atue sobre o indivíduo grupo ou sobre cada um dos participantes do grupo? As teorias grupalistas costumam estar associadas a forte colorido ideológico, mas por outro lado parecem compartilhar de pressupostos que antes contribuem para alienar mais ainda o sujeito. Senão, o que é me explicar todo o tempo o que eu digo, ainda por cima atribuindo outros sentidos? Ou o que é estender a mim algo que não se passa absolutamente comigo? Contribuir para que eu resista?

Uma das possibilidades de foco da interpretação concerne a interpretar a transferência. Tudo aquilo que o paciente diz deve ser trazido para o âmbito da transferência. A interpretação ideal da transferência enlaça as vivências infantis que ocasionaram conflitos psíquicos àquelas da relação com o analista. Este se inclui nas interpretações e busca dar sentido ao discurso do paciente, independente de uma certa ginástica às vezes necessária para alcançar este propósito. Acrescente-se ainda que uma análise conduzida nesta direção se processa através de um vínculo com a parte sadia do paciente, capaz de efetuar uma auto-crítica pelo que de inadequado ou incômodo se passa com aquele sujeito. Só não se leva em conta que, partindo deste pressuposto, atua-se essencialmente numa esfera egóica, o que por si só já faz questão quanto ao estatuto do trabalho. Além disso, também se deixa de lado

o fato de que, é esta mesma parte que perpetua a transferência, procedendo o fechamento ao inconsciente que, enquanto discurso do Outro, deve ser refranqueado através do analista na transferência.

Outra possibilidade consiste em voltar o foco da interpretação para a resistência. Em "Repetir, Recordar, Elaborar (1914b - p. 1683), Freud indica a função dinâmica das técnicas, e aí se inclui a interpretação, quanto a burlar a resistência que se exerce justamente através do aprisionamento a sentidos. Ou seja, a psicanálise em sua segunda década já não mais poderia assimilar-se a uma arte interpretativa.

Esta indicação quanto à resistência, porém, foi compreendida por alguns autores como interpretar as resistências, admitindo que estas se originam exclusivamente por parte do paciente. Diz Miller a este respeito,

"essa concepção gerou - deve ser dito - todas as aberrações da psicanálise das resistências, na qual vemos o psicanalista empurrar o paciente até os seus últimos esconderijos, e o infeliz resistir cada vez mais. Isso termina assimilando a psicanálise a uma espécie de luta, o que é muito diferente do que Freud propõe. Encontramos isso em certos textos e, quando os analistas se abandonam um pouco, a coisa fica do tipo: "Você está resistindo, seu nojento". O psicanalista tenta atravessar essas resistências, irrita o paciente, sacode-o. Finalmente, poderíamos dizer que o paciente é

paciente e o analista que pratica a análise das resistências é, ele, impaciente." (Miller - 1984 - p. 63),

Não se considera, nesta perspectiva, o caráter estrutural da resistência pela impossibilidade da palavra de tudo dizer. Muito menos a resistência como provinda do analista, seja porque não é de sua pessoa que advém a interpretação; seja porque é de sua função fazer valer um ponto de parada ao discurso que pode deslizar infinitamente através das associações, corroborando com as mesmas capturas imaginárias que trouxeram o sujeito para a análise.

A importância do fundamento da palavra em análise fica ainda mais distanciada quando abandona-se a escuta como o único instrumento de investigação do analista, ou quando nada, a este se soma o que dizem ser de sua intuição. Assim se interpretam os sentimentos, comportamentos e atitudes do paciente com base nas reações contratransferenciais do analista, divergindo os autores de opinião apenas quanto a comunicá-las abertamente ou não aos pacientes. Se o saber analítico se constrói com a marca da inconsistência do Outro - tesouro que se faz tanto mais valioso pela moeda que lhe falta; ovelha perdida que lança o sujeito qual pastor na trilha de seu desejo - como operar por esta via? A contratransferência vem introduzir uma aparência de consistência com o que de oblatividade o analista pode representar. Consistência duvidosa que dirige a cura para a identificação ao eu ou ao supereu do analista segundo seus ideais e valores morais. "Tudo para o seu

bem, com a melhor das intenções". Indagamos, psicologização da psicanálise?

Outra possibilidade é interpretar as defesas atribuídas ao eu inconsciente da segunda tópica freudiana. Com isso visa-se desestabilizar o conflito, posto que abatendo-se um de seus pólos, desvelar-se-ia o inconsciente. Para fazer valer esta abordagem é preciso pressupor a existência de um paralelismo do desenvolvimento fisiológico empiricamente observável com o privilégio pulsional em torno desta ou daquela zona erógena, a que corresponderia cada uma das formas de defesa. Mas isto não é tudo. Há também que trabalhar com base no ideal de um eu autônomo, livre de suas funções defensivas. Para tanto, só suprimindo a formulação freudiana do eu da primeira tópica, além de não admiti-lo como um sintoma.

Quanto ao foco da interpretação, Lacan especifica em "A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder",

"nenhum índice basta com efeito para mostrar onde age a interpretação, se não se admite radicalmente um conceito da função do significante, que capte onde o sujeito aí se subordina até o ponto de ser por ele subornado.

A interpretação, para decifrar a diacronia das repetições inconscientes, deve introduzir na sincronia dos significantes que ali se compõem algo que subitamente torne possível a tradução - precisamente o que permite a função do Outro na ocultação do

código, sendo a propósito dele que aparece o elemento faltante." (Lacan - 1958 - p. 8)

O termo **tradução** também figura em obras dos que professam das formulações anteriores para dizer que a finalidade da interpretação é tornar o inconsciente consciente. Como se isto fosse possível quanto a transmutar um sistema em outro! Foulkes pelo menos discrimina "tornar consciente o inconsciente reprimido" (Foulkes - 1957 - p. 47). Isto sim é viável, já que o inconsciente reprimido é o pré-consciente da primeira tópica freudiana. Algo que um dia esteve na cena consciente e que sofreu repressão (*unterdrückung*) por trazer desprazer para a instância recalcante - o eu.

Um problema grave da incidência da interpretação tal como nos postulados anteriores é tomar o outro pelo Outro. O que se explicita, por exemplo, em interpretações afirmativas acrescidas de um "quer dizer" no início, ou um "não é?" no final, às quais, independente de seu conteúdo o paciente só pode prosseguir com um sim ou um não. Assim reduz-se o atendimento quase que a um interrogatório e nega-se à *Verneinung* seu caráter afirmativo. Ou seja, não apenas abre-se mão da significação (*Bedeutung*) em favor do sentido (*deutung*), o que seria uma forma de dirigir o paciente e não a cura, mas também trabalha-se num registro dual, como no modelo clássico da comunicação com que abrimos este capítulo.

O que se traduz com a inclusão do Outro pela teoria lacaniana do significante é a ausência irremediável de um elemento que torna

o sujeito falante, desejante e que se expõe na superfície do discurso. Nada de profundo, por trás ou por baixo. Por trás, nada. Assim como o produto do roubo do paciente de Kris que Lacan cita em "A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder"(1958 - p.15).

Nada tem de "um dizer esclarecedor" (Lacan - 1958 - p. 8) a interpretação para completar o saber ou suturar a divisão do sujeito. Contrariamente, o que opera é cisão, re-fenda. Proveniente do analista como função de representante do Outro, a interpretação surpreende desde um locus inesperado e, sujeita à condensação e ao deslocamento, é recalçada. Assim, possibilita a constituição do sujeito do inconsciente ao reenviar-lhe a verdade do desejo que o habita e a constituição do inconsciente ao reativar a cadeia significante. Acrescentamos, "a interpretação recalçada retorna em sonho e é sonhando que o analisante responde ao dito de seu analista; não se explica o sonho, se provoca." (Nasio - 1992 - p. 30)

Se se acompanhou nosso raciocínio desde o início deste capítulo, é pertinente a esta altura uma observação sobre um certo espírito sofisticado que permeia a interpretação psicanalítica: na transferência vencer a transferência. Enquanto o paciente associa, o analista escuta. Quando vigora a transferência, o fluxo associativo se interrompe e o paciente se cala. Um pronunciamento pontual do analista, então, se tem caráter interpretativo se origina do silêncio: próprio ao gozo que se torna hegemônico para o

paciente; próprio à função do analista que, por não agir com seu ser, mantém seu desejo em posição de enigma.

É possível utilizar esta concepção para as interpretações no atendimento de grupo, ou devido à primazia do imaginário só cabe ao condutor agir como um tradutor-intérprete daquilo que ele acha, através do que ele está sentindo que o grupo está sentindo..., pensando..., se comportando..., fugindo..., etc?

Segundo Freire Costa, que publicamente não se diz um analista lacaniano e atende grupos em ambulatórios públicos desta cidade, a resposta é afirmativa de modo que, "o terapeuta, atento ao discurso de superfície, limitava-se a assinalar a emergência de fantasias, ou de lapsos, chistes, etc, ... quando surpreendia o disparate, a persistência dos mesmos conteúdos ideacionais ou fantasmáticos" (Freire Costa - 1989 - p. 52).

Bem, só é preciso não esquecer que para esta concepção de interpretação a noção de divisão é fundamental e que sua utilização não passará incólume na transferência. Além disso, no atendimento de grupo há um outro fator complicador: os demais participantes também intervêm. Ainda assim, pode-se dizer que se aplica ao atendimento de grupo?

Podemos deslizar indefinidamente na metonímia das indagações... Faz-se necessário um corte para chegar a novas significações. Acrescentamos, então, uma última para terminar este

capítulo. Se a primazia no grupo é do registro do imaginário, não seria mesmo mais pertinente o uso de construções do que de interpretações?

SE TODOS FOSSEM IGUAIS A VOCÊ - A IDENTIFICAÇÃO

Já dissemos anteriormente de uma possibilidade de direção da cura voltada para a identificação. Citamos também como um dos resultados da instauração da metáfora paterna a constituição do sujeito do inconsciente subordinado à ordem simbólica, sujeito este que tem como pré-requisito o surgimento de um eu que desconhece a parcela de verdade do ser falante. Ou seja, se o sujeito de que tratamos não é dado, tampouco o eu é natural. A condição de sujeito, bem como o eu devem ser conquistados através de inúmeras operações de alienação e separação. Examinemos agora estas articulações com mais vagar. Qual é a participação da identificação no advento do eu e na constituição do sujeito? Quanto à dirigir a cura para a identificação, que lugar este conceito ocupa na teoria e clínica psicanalítica e no grupo?

Na linguagem comum o termo identificação tem o sentido de determinar a identidade, isto é, as características que reunidas permitem reconhecer o que é próprio a algo ou a alguém. Pode-se dizer assim, que se estabelece uma relação de igualdade, de semelhança, de coincidência entre o conjunto de características essenciais e o objeto que àquele corresponde. Em exemplos bem simples, diz-se que um encosto, um assento e quatro pernas compostos numa mesma peça identificam uma cadeira. Especificamente, o objeto descrito pertence à categoria das peças de mobiliário. Ou, desde um ponto de vista numérico, reconhece-se o cidadão X pelo

registro geral de número Esta é sua identidade civil. Desde um ponto de vista temporal, reconhece-se o mesmo cidadão X em diferentes momentos de sua vida. Na juventude, barba crescida e vasta cabeleira negra. Hoje, encanecido, barbeia-se para não enfatizar a escansão do tempo. Mudou, mas "é ainda ele" (Lacan - 1961 - p. 3).

A questão identidade - a relação entre o mesmo e o outro - se colocara já para os filósofos pré-socráticos. Lembremos da insistência da ontologia parmenídica na identidade imutável - "O ser é e não pode deixar de ser. O não ser não é e não pode vir a ser" ($a=a=b$) - o Um que define a totalidade do real. Por um lado, sem este princípio não seria possível falar, posto que não haveria como assinalar nada. Por outro, se levado ao extremo, este princípio impossibilita a fala já que impede a predicação. Neste caso, está-se diante da chamada gagueira parmenídica - "O ser é, é, é...". Na outra margem do rio, onde alguém não se banha duas vezes do mesmo modo, está o pluralismo heraclitiano. Por causa do devir constante, algo é e... já era.

Mais tarde, estas duas vias se encontram num esboço de dualismo que surge metafísica platônica. Ali se admite a mudança no degradado mundo material e a perenidade no sublime mundo das idéias. A diferença entre os dois mundos se marca pela alteridade. A verdade (*omoióses*) preponderante situa-se no mundo das idéias, ao qual o discurso deve se adequar. Identidade também se refere a um dos três princípios básicos do raciocínio lógico herdado por

Aristóteles de Parmênides, formulado como $a=a$, onde se lê que um elemento é igual a si próprio, independente do valor que se lhe atribua. Ou seja, neste âmbito a identidade compreende uma tautologia que se demonstra como matematicamente verdadeira. A metafísica aristotélica ultrapassa a gagueira parmenídica ao estender a abrangência da identidade no princípio de não-contradição (a não pode ser igual a a e igual a b ao mesmo tempo) e no princípio do terceiro excluído (ou é a ou não é a).

Desde uma perspectiva psico-social, a identificação remete à forma reflexiva - identificar-se - onde se observa um processo de transformação de alguém na medida em que absorve características ou predicados de outrem de modo total ou parcial.

Freud parte essencialmente desta última noção de identificação. Mas começa operando uma alteração radical ao transpor a identificação para a esfera inconsciente. Assim, na *Traumdeutung* explica-se a elaboração onírica da seguinte forma:

"la identificación no es simples imitación, sino apropiación basada en la creencia de una etiología común; esto exprime un 'tudo como si' y relacionase con un elemento común que se mantiene en lo inconsciente." (Freud - 1900 - p. 688).

E não é só. O mecanismo de identificação postulado por Freud ocorre entre elementos do aparelho psíquico de um sujeito, basicamente entre a instância do eu e objetos. Ou seja, a

identificação deixa o espaço intersubjetivo em favor do espaço intrapsíquico.

Ainda que não seja nosso objetivo aqui discutir em profundidade a teoria do eu ou do objeto em psicanálise (o que representaria praticamente partir para uma outra dissertação), vale introduzir algumas observações sobre estes dois elementos. Para refrescar a memória, diremos apenas que o eu conheceu pelo menos quatro momentos distintos na obra de Freud - formulações que se completam e, de certa maneira nunca foram invalidadas ou abandonadas por seu autor. Em 1895, portanto num momento pré-psicanalítico, cabe ao eu essencialmente inibir a livre circulação de excitações neuronais para manter o aparelho psíquico sob o princípio de constância e evitar o desprazer. Na primeira década do século XX, estando Freud essencialmente voltado para a construção dos primeiros andares do edifício teórico da psicanálise, o inconsciente e a sexualidade infantil, foi desnecessário prosseguir na teorização do eu. Em 1911, Freud retorna ao conceito, designando-o agora encarregado de administrar as pulsões de auto-conservação para refinar o domínio do princípio do prazer em sua função de rolagem da exigência de satisfação. Em 1914, define-se a origem do eu, a sua vez objeto, por efeito do amor a si próprio. Em 1917, despossuído de um objeto de amor e desertado do simbólico, o eu adoece gravemente e pode sucumbir ao ódio. Em 1923, novo momento de fulgor do eu. Sua gênese agora se explica pela transformação de partes do isso que, em contato com o mundo exterior, se distinguem e têm uma função adaptativa. Mais precisamente, "el carácter del yo

es un residuo de las cargas de objeto abandonadas" (Freud - 1923 - p. 2711) . O eu conta ainda com uma parte inconsciente e é digno de emprestar seu nome uma das instâncias componentes da nova versão freudiana do aparelho psíquico.

Quanto ao objeto, o outro elemento fundamental à noção de identificação, uma observação essencial a bem do rigor que a ocasião requer. É imprescindível assinalar que este termo não indica pessoa do outro ou a percepção consciente que daquela se tem. Antes está referido às representações impessoais traçadas no aparelho psíquico desde as primeiras experiências de satisfação, que servirão de suporte a personagens reais ou fictícios surgidos ao longo da vida do sujeito, com os quais este se identificará por um mecanismo inconsciente. Outra vez em companhia de nosso guia neste capítulo, a identificação, prossigamos na viagem através dos textos freudianos destacando os valores atribuídos àquele conceito que demonstram o crescimento de sua magnitude no *corpus* da teoria psicanalítica.

A identificação total (do eu ao objeto) ou identificação primária, uma das grandes categorias freudianas da identificação, foi apresentada em "Totem e Tabu" (1913b). Para situá-la diremos que, num clima de dissensões recentes (Adler) e iminentes (Jung), Freud se debruça sobre este texto e a ele se dedica por cerca de dois anos. O escrito compõe-se de quatro artigos principais com o objetivo de, a partir de dados etnológicos colhidos de outros autores, construir uma versão propriamente psicanalítica da

passagem do homem da natureza para a cultura e, em especial, analisar uma das consequências dessa passagem: a produção e o significado da religião.

"O Horror ao Incesto", o artigo de abertura de "Totem e Tabu", trata de dois fenômenos em geral associados, segundo observadores das tribos australianas então estudadas, ainda que se refiram a assuntos de ordem diversa: o totemismo e a exogamia. O totemismo representaria as relações do homem com o Divino, primórdios da religião quando um animal totem era tido como o antepassado mítico do clã. Por esse motivo havia alguns preceitos quanto à preservação da espécie do animal totem, que só poderia ser caçado e comido pela tribo em períodos especiais de celebração. No texto, Freud associa o totemismo com a figura paterna. Por sua vez, a exogamia era o dispositivo que regulava as relações entre homens e mulheres, o regime fundamental no sistema de parentesco segundo o qual só se deveriam casar homens e mulheres de grupos distintos. A razão desta exigência prende-se ao horror ao incesto, estrutural da humanidade. Freud vai associá-la com a interdição da mãe enquanto objeto de amor. Estes dois dispositivos apresentam um traço comum - uma proibição. Freud faz este traço universal migrar do campo da antropologia para o da psicanálise. A barreira ao incesto é um dos componentes do complexo de Édipo.

O segundo artigo, "O Tabu e a Ambivalência dos Sentimentos", introduz o tema do tabu. Algum objeto é proibido sem nenhum motivo lógico para isto além da crença de que encarnaria algum tipo de

perigo para os membros do grupo. Daí a necessidade de purificação para quem entrasse em contato com o objeto fora das épocas previstas. A neurose obsessiva, descrita como um tabu de cunho individual, aparece aqui como uma analogia perfeita para a postulação do tabu de cunho social. Ambos carecem de justificativa lógica para a proibição; por metáfora ou metonímia a proibição se estende a atos assemelhados ao originalmente vetado; ambos exigem precauções contra uma eventual realização, e implicam em angústia e castigo em casos de realização efetiva. O objeto tabu teria a função de instalar os fundamentos da consciência moral. Além disso, aponta para a sublimação, uma das formas possíveis de satisfação das pulsões que permite o acesso à ordem da cultura.

A renúncia pulsional, condição *sine qua non* para a cultura, faz o estudo avançar para a questão da ambivalência de sentimentos quanto ao objeto tabu. Freud recorre a inúmeros exemplos para demonstrar esta ambivalência de sentimentos por relação a representações de figuras paternas (chefe, líder, inimigo morto, etc.) a quem se odeia e por quem se nutre desejos homicidas e, por isso mesmo, por efeitos de projeção e de formação reativa, a quem se teme, ama e superprotege.

Por fim, Freud faz uma analogia curiosa entre as doenças mentais e as produções culturais, que deixam no ar pelo menos duas questões. Por quê neste aspecto a realidade tem um caráter social e não psíquico como em outras partes da obra psicanalítica? Qual

seria a diferença de fato entre as formações culturais e as deformações mentais?

O artigo final, "O Retorno Infantil ao Totemismo", não apenas sintetiza o que foi dito e busca respostas para questões suscitadas nos vários artigos, como também contém o trecho mais conhecido deste texto. Trecho que lhe confere um destaque especial na obra freudiana e ilustra a identificação primária ao *UrVater* da horda, matriz mítica de incorporação oral pelos irmãos, a partir da qual o eu de cada um deles virá a ocupar o lugar. Trata-se do chamado "mito científico" do parricídio, onde Freud constrói uma ficção sobre o surgimento da civilização, sobre a passagem dos hominídeos da natureza para a cultura, que transcrevemos a seguir:

"Los hermanos expulsos se reunieron un día, mataron al padre y devoraron su cadáver, poniendo así un fin a la existencia de horda paterna. Unidos, emprendieron y llevaron a cabo lo que individualmente les hubiera sido imposible. Puede suponerse que lo que les inspiró el sentimiento de su superioridad fue un progreso de la civilización quizá, el disponer de una arma nueva. Tratándose de selvajes canibales era natural que devorasen el cadáver. Además, el violento y tiránico padre constituía seguramente el modelo envidiado y temido de cada uno de los miembros de la asociación fraternal, y al devorarlo se identificaban con él y se apropiaban una parte de su fuerza. La comida totémica, quizá la primera fiesta de la humanidad, sería la reproducción conmemorativa de este acto criminal y memorable que constituyó el punto de partida de las

organizaciones sociales, de las restricciones éticas y de la religión" (Freud - 1913b - p. 1838) .

O crime do assassinato do pai gera a cultura que compreende necessariamente a Lei, as regras, a consciência moral, a religião, a culpa pelo crime cometido, a arte, o direito. Com o que foi postulado neste texto, Freud pretende demonstrar o caráter cumulativo dos conteúdos inconscientes que determinariam a hereditariedade inclusive de aspectos psíquicos virtuais, assim como o apego polêmico à fantasia e à identificação ponto a ponto entre realidade psíquica e realidade social.

Em "Sobre o Narcisismo: Uma Introdução" (1914c), outras inovações perturbadoras da psicanálise e para a psicanálise. Primeiro, o narcisismo não é necessariamente uma perversão. Ao contrário, abordar o Homem pela via da sexualidade, requer considerar necessariamente o comparecimento do narcisismo em sua organização libidinal. Em mais um de seus paradoxos, Freud definiu a fase inicial da vida quando ainda não existe uma unidade comparável ao eu como fase de auto-erotismo, um momento empiricamente observável de investimento libidinal sobre partes separadas do corpo onde as pulsões buscam satisfação. Um rudimento de narcisismo dito primário se deduz por obra das atenções parentais ao bebê, reeditando algo de seu narcisismo a que foi preciso renunciar na passagem para a cultura.

Por identificação aos objetos parciais quando de sua perda, uma vez que a criança se vê na contingência de abandoná-los para dar prevalência a um ideal que lhe é imposto pelos pais, advém o surgimento do eu, tomado como objeto pela pulsão sexual, através "de un nuevo acto psíquico" (Freud - 1914c - 2019). O investimento em si próprio a partir de então se faz já como um corpo unificado. Trata-se do narcisismo secundário, ou narcisismo do eu, que compreendemos, para além de uma fase do desenvolvimento psicosexual, como um elemento estruturante presente em todo e qualquer sujeito durante seu percurso de vida - determinada quantidade de energia libidinal que permanecerá para sempre retida no eu. Devido ao princípio de constância, o excesso de libido traz desprazer ao eu, de modo que deve ser descarregado, fluindo daí para os objetos.

Segundo Freud (1914c - p. 2026) os objetos eróticos são escolhidos segundo um critério narcisista (amo o que sou; o que fui; o que quero ser; alguém que foi parte de mim); ou um critério anaclítico (amo a mulher que me nutriu; o homem que me protegeu). Vicissitudes relativas à escolha de objeto redundam em desinteresse pelo mundo, o mesmo que dizer que a libido volta-se para o próprio sujeito. Explicitando, na neurose, a libido retorna às fantasias e faz ali uma escala, aguardando que uma desilusão se desvaneça para tornar a investir em outros objetos. Na psicose, a situação é mais grave. A libido regressa ao eu, onde permanece represada, interrompendo o investimento em outros objetos.

O narcisismo conduz a um processo de idealização do objeto, quer se trate de investimento de libido do eu - como é o caso do eu ideal, imagem da perfeição infantil; *His Majesty* a quem nada deve afetar - ou de libido objetal, como na paixão. Aquilo que foi inaugurado com o narcisismo, estrutura-se no complexo de Édipo. A idealização narcísica se elabora pela renúncia com a entrada de um terceiro que diferencia as partes da célula narcísica. O eu se vale de sua energia para efetuar a repressão da pulsão sexual, permitindo ao sujeito resgatar o eu ideal de que abriu mão, em seu herdeiro, o ideal do eu. Ponto de tropeço para a psicanálise, ao eu correspondem as funções de auto-preservação ao mesmo tempo que é objeto da pulsão sexual. Isto configura mesmo um dualismo pulsional ou em si, estes dois aspectos não são antitéticos nem contraditórios? Isto é, esta teoria pulsional já dá sinais de rachaduras e infiltrações. Já se escuta a gargalhada tirânica do supereu, mas Freud levará ainda quase uma década para apresentá-lo ao público em sua tópica seguinte.

Numa carta a Fliess datada de 13 de fevereiro de 1896, Freud utiliza pela primeira vez o termo *Metapsicologia*, neologismo cunhado por analogia à metafísica, numa referência a seu interesse de juventude pela filosofia. A princípio a noção de metapsicologia visa circunscrever o que há de inédito e essencial na obra de Freud e que está para além da filosofia, da medicina e da psicologia da consciência. A partir de 1915, a noção se torna ainda mais precisa, implicando no exame de um processo psíquico desde três perspectivas: as relações dinâmicas que permeiam a concepção

freudiana do inconsciente decorrentes de conflitos entre forças pulsionais e instâncias; as relações econômicas que tratam do *quantum* de energia pulsional em circulação pelo aparelho psíquico e, por último, as relações tópicas que definem o *locus* em que se desenrola um dado processo psíquico.

Os anos 10 foram extremamente profícuos para o Mestre de Viena. Dentre outras produções significativas, na primeira metade da década, Freud passou em revista os aspectos técnicos da psicanálise a que já nos referimos nos capítulos anteriores. Na segunda metade da década, embrenhou-se a fundo em hipóteses da teoria psicanalítica com a pretensão de escrever um livro que se intitularia *Zur Vorbereitung einer Metapsychologie* ("Elementos para uma Metapsicologia") reunindo um conjunto de textos sobre "coisas abrangentes e talvez importantes" (Gay - 1989 - p. 333). Modéstia à parte, leia-se daí uma teoria geral das neuroses. Dos doze ensaios previstos para compor o livro, sobreviveram para a publicação apenas cinco: "O Inconsciente" (1915a), "O Recalque" (1915c), "Adição Metapsicológica à Teoria dos Sonhos" (1915d), "O Destino da Pulsão" (1915e), e "Luto e Melancolia" (1917). À espera de um momento adequado para lançar os demais sete artigos, o autor, ainda que pressionado por seus interlocutores neste sentido, optou por destruí-los por obsolescência e/ou impossibilidade de sustentar as hipóteses teóricas ali contidas. Afinal, a virada de 1920 começara a se anunciar já sobre o narcisismo em 1914.

Seguindo a ordem cronológica da obra freudiana, o texto seguinte onde se elabora outra possibilidade de identificação é "Luto e Melancolia" (1917). Valendo-se mais uma vez de um método de trabalho que põe frente a frente o normal e o patológico, Freud se propõe a examinar estas duas situações dolorosas para esclarecer o que é próprio à melancolia, entidade clínica até então pouco definida até mesmo pela psiquiatria. Não sem antes ressaltar que, devido à restrição numérica de casos reconhecidos desta patologia, não pretendia obter a universalização de suas hipóteses.

Em comum, luto e melancolia remetem a uma perda altamente significativa, às reações de desinteresse pelo mundo, pela escolha de um novo objeto erótico, pela inibição funcional e por um trabalho. A distinção entre os dois estados começa no sentido desse trabalho. Enquanto no luto, a imposição da realidade resulta na substituição do objeto perdido por outros; na melancolia ocorre um devoramento do eu e o colapso do juízo de realidade. Muitas vezes parece impossível determinar uma perda objetiva, já que não ocorreu necessariamente morte ou afastamento de ente querido ou de ideal. O melancólico não tem consciência do que perdeu. À fenomenologia da melancolia acrescenta-se ainda a ausência de amor próprio, auto-recriminação intensa, frequente e descabida, a expectativa de ser repellido e castigado por terceiros, o pavor de perder bens materiais, insônia e inapetência. A auto-recriminação provem de uma parcela dissociada do eu, encarregada da consciência moral que critica com veemência a parcela restante. Mas, o melancólico não demonstra remorso ou vergonha por aquilo de que se recrimina. Suas

faltas e maus atos referem-se a outrem, o objeto de seu amor. Daí a contra-partida de sua atitude de auto-retaliação: age para com os outros com irritação e rebeldia, como que vítima de injustiça.

Nas afecções melancólicas há uma escolha de objeto narcísica. Ao menor deslize de um ente querido, por exemplo, a libido retira-se do objeto e, regredida à fase oral, passa a fagocitar o eu. Ocorre, assim, um tipo de identificação parcial do eu à imagem global do objeto perdido. O eu se identifica com as características, principalmente formais e cinéticas, de um objeto que se foi, transformando-se na imagem daquele. De fato, esta era a sua imagem, na qual ele investia sob a crença de que pertencia ao objeto. Este equívoco fatal assim se explica no texto freudiano:

"la sombra del objeto cayó así sobre el yo ; este último, a partir de este momento, pudo ser juzgado por una instância especial, como un objeto, y en realidad como el objeto abandonado."
(Freud - 1917 - p. 2095)

Desamalgamadas as pulsões, o eu se encontra exposto ao supereu que leva o melancólico a trair a lei moral. Como se não bastasse, Thanatos aproveita-se da situação de livre curso do ódio para usurpar para si a libido, neutralizando a capacidade de Eros de cumprir sua função. Ser ou não ser... o pai do gozo proibido? Pobre príncipe!

O conceito de identificação vai crescendo em importância na construção da psicanálise, surgindo em vários momentos cruciais. Contudo, Freud estaria descontente com o que considerava uma certa falta de sistematização da identificação. É o que vai procurar obter na escala seguinte de nossa rota quanto ao tema ora sob os *spots*. Um dado particularmente significativo vai marcar a "Psicologia das Massas e Análise do Eu" (1921). Este é o primeiro "grande" trabalho de Freud após a virada teórica representada pela postulação de uma nova teoria pulsional (pulsões de vida x pulsões de morte) em "Mais Além do Princípio do Prazer" (1920). E não deixa de ser curioso que imediatamente em seguida à ousadia da especulação sobre Thanatos - conforme assinala Lacan no Livro 7 do Seminário: "vontade de destruição direta, (...) de recomeçar com novos custos" (Lacan - 1986 - p.259), Freud retome sua produção com um texto unguído pelo abraço de Eros. *En passant*, diremos, também nós corremos em seu encalço antes que apagássemos junto com a chama mortífera do herdeiro do trono da Dinamarca.

No escrito de 1921 são examinadas duas massas organizadas como instituições e reconhecidas em diversas culturas: o exército e a igreja. Aí cada sujeito cederia parte de seu narcisismo e identificar-se-ia aos demais membros da instituição. Além disso, o líder, como objeto comum a todos, substitui o ideal do eu de cada sujeito, assim como na paixão e na hipnose.

Com estes elementos mais os já apresentados no mito científico de "Totem e Tabu" (1913b), Freud pode então responder à questão

sobre o que mantém unidos os membros de um grupo. É a crença na existência de um líder (Cristo, general, hipnotizador) que ama a todos os membros do grupo por igual e, assim, permite que todos se amem entre si. Além disso, renunciar a seus interesses pessoais e deixar-se suggestionar pelo grupo seria uma atitude à qual subjaz a força de Eros, uma vez que indica uma necessidade de estar próximo e afim com o grupo. A possibilidade da emergência de impulsos destrutivos no grupo é impedida através da sublimação, do investimento amoroso no líder ou desviada para elementos estranhos ao grupo. O pânico surge ante à possibilidade de esfacelamento quando os membros percebem que estavam unidos apenas por uma crença. Por que submeter-se a um líder? Também para expiar a culpa inconsciente que remete ao complexo de Édipo e ao desejo de matar o pai. O líder, já dissemos, na verdade uma degradação do pai primevo, só o é porque a massa o fez ascender a esta posição privilegiada para expiar sua culpa.

É neste outro capítulo VII, agora da "Psicologia da Massas e Análise do Eu" (1921), que Freud vai trabalhar mais detalhadamente o tema da identificação. Define-a de início como o laço afetivo mais remoto que liga o sujeito a outrem, de importância capital na pré-história do complexo de Édipo. Trata-se do investimento da criança no progenitor de mesmo sexo, enquanto um ideal, visando substituí-lo. Um pouco depois, ocorre um outro investimento: a escolha do progenitor de sexo oposto como objeto libidinal. Da convergência destes dois processos resulta o complexo de Édipo normal. A identificação tem um caráter essencialmente ambivalente.

A criança percebe que o pai interdita-lhe o acesso direto à mãe e, por isso, o hostiliza. Simultaneamente, quer ser como o pai (que tem a mãe) e quer suprimi-lo (para ter a mãe). Se há dificuldade de representar metapsicologicamente esta diferença, é certo que "la identificación aspira a conformar el proprio yo analogamente al otro tomado como modelo." (Freud - 1921 - p. 2585)

No texto de 1921, Freud se aprofunda na identificação histórica, sobre a qual ainda lhe faltavam dados em "Luto e Melancolia" (1917). Outro fato que chama a atenção é que os exemplos das modalidades de identificação da "Psicologia das Massas", todas parciais, estejam sempre referidos a sintomas. Sigamos um a um.

O primeiro caso contém uma das possibilidades do mecanismo de formação de sintomas histéricos. Como parte da identificação característica ao complexo de Édipo, pelo desejo hostil de substituir o progenitor de mesmo sexo, o sintoma aponta para o desejo pelo progenitor de sexo oposto. Entretanto, como a substituição desejada se dá sob a égide da culpa, a manifestação sintomática põe um sinal de igualdade entre o sujeito e o progenitor de mesmo sexo no que tange ao sofrimento.

No segundo caso, o sintoma iguala o sujeito ao progenitor amado. A libido antes dirigida a um objeto escolhido, por regressão, volta-se para o eu de modo que este se altera por

absorver traços simbólicos do objeto perdido com que se identificou.

O terceiro caso exemplifica uma formação frequente de sintomas histéricos. Independente do elo libidinal com o modelo, a identificação propriamente dita mantém-se reprimida e se desloca para a emoção que corresponde ao sintoma do eu que serviu de modelo, diante de uma situação patogênica. Neste último caso se enquadra a constituição libidinal da multidão - uma reunião de sujeitos que, identificados entre si, substituíram seu ideal do eu por um mesmo objeto. Vale repetir que o ideal do eu, esta parte modificada do eu que dialetiza com o supereu, à qual cabem as funções de consciência moral, censura onírica e auto-observação, também se instituiu por identificação a objetos perdidos e é herdeira do narcisismo.

Antes de apresentar a formulação de Jaques Lacan sobre a identificação, é importante notar que sua obra atravessou três etapas distintas, entrelaçando um a um os três registros que postulou de maneira tal que remete à própria constituição do sujeito. Na primeira etapa, transcorrida entre os anos de 1936 e 1952, o lançamento. Insere-se Lacan no campo psicanalítico pondo em destaque o registro do imaginário. Do ano de 1953 data o começo do ensino oral de Lacan sob a forma de seminários anuais que se estenderão até 1980. Uma citação de Goethe fecha o "Totem e Tabu": "en el principio era la acción". (Freud - 1913b - p. 1850) O princípio do ensino de Lacan foi dominado pelo verbo. Em destaque

até 1964, o registro do simbólico, a teoria do significante da qual já falamos bastante nos capítulos anteriores. Entre 1964 e 1981, só depois, o acento recai sobre o registro do real. A teoria aponta para o indizível e irrepresentável que a causa. Detenhamo-nos agora no registro do imaginário, berço do eu, esta ordem composta por imagens corporais, a serem resignificadas pelo registro do simbólico, e pela libido que dentre aquelas navega, proporcionando-lhes apoio.

A base do imaginário é lançada em 1936, no 14º Congresso Internacional de Psicanálise em Marienbad, e apresentada em versão ampliada, revisada e mais rigorosa em 1949, no 16º Congresso Internacional de Psicanálise em Zurique, através de uma comunicação intitulada *Le Stade du Miroir comme Formateur de la Fonction du <Je>*. Se a linguagem se estrutura a partir da falta de um significante ao tesouro, o eu se constitui a partir da prematura neurofisiológica que caracteriza o bebê humano quando de seu nascimento, relegando-o a uma situação de desamparo e alienação a um outro que represente o Outro. Não basta alimentar, vestir e embalar. O bebê carece também do olhar de alguém no qual está refletida uma imagem unificada, por oposição à vivência dispersa que possui das partes de seu corpo, da qual num dado momento ele se acercará com júbilo. Reconhece-a como de outro e com esta se completa, antecipando psicologicamente o amadurecimento físico e motor que um dia possuirá. Instante ao qual será eternamente tributário, pois a totalidade ali contida jamais será alcançada de fato. Posteriormente, saberá que este outro por quem se apaixonou e

deixou cativar é tão somente uma miragem, imagem - eu - enfim a ser apropriada como a sua. Palmier cita Lacan,

"basta compreender a etapa do espelho como uma identificação, no sentido pleno dado pela análise a este termo: isto é, a transformação produzida no sujeito, quando este assume uma imagem - cuja predestinação a esse efeito de fase é suficientemente indicado pelo uso, na teoria do antigo termo *imago*." (Palmier - 1977 - p. 24)

Ainda sobre o imaginário, pode-se acrescentar que este registro, por Lacan metaforizado no início de sua obra na etapa do espelho, concorre em quaisquer das possibilidades de estruturação da subjetividade; é pré-requisito para a constituição do sujeito e paradigma das relações ao outro. Nos primeiros anos, apresentado por relação ao simbólico, o imaginário se marca pela ambivalência entre o sujeito inconsistente e o outro "pleno"; pelo narcisismo, selo de imortalidade que me pressagia a morte, simultaneamente conhecimento e estranheza, que me fascina e horroriza e pela agressividade. Sem o outro, não sou. Para ser eu, há que destruí-lo. Nos anos derradeiros, Lacan apresenta o imaginário por relação ao registro do real - do vazio da imagem invertido surge a imagem do eu. Esta vestimenta que recobre o furo do real e a dureza da realidade.

Da articulação entre mãe, falo e o complexo de castração, administrada pela metáfora do Nome-do-Pai, Lacan formula o complexo

de Édipo em três tempos. A identificação primordial que ocorre no estágio do espelho reassegura à criança a condição que lhe diz respeito no primeiro tempo do Édipo quando, menino ou menina, encarna imaginariamente o objeto do desejo da mãe, este primeiro representante do Outro. A ênfase recai sobre a função materna, independente de se exercida pela mãe biológica ou até mesmo por alguém do outro sexo. A dimensão do complexo de castração ainda não se coloca, girando a problemática característica a este tempo em torno da questão ser ou não ser (o falo) para a mãe.

No segundo tempo do Édipo, a função paterna se introduz entre a mãe e o bebê, agindo de forma diversa sobre cada um. A instauração da metáfora paterna leva a mãe à privação do objeto de desejo que a criança encarnou. Diante desta privação, a criança vive uma frustração que a faz por em dúvida o lugar exclusivo que ocupava. O pai, este intruso, surge de início como um rival para usurpar o trono que, de fato, pertencia a *His Majesty the Baby*. Mas não de direito... Operando simultaneamente em duas frentes, a Lei interdita a criança e castra a mãe que, reconhecendo seu assujeitamento à legalidade do desejo, aponta para a palavra do pai. Como resultado da substituição do desejo da mãe pelo Nome-do-Pai, a criança se desidentifica e renuncia ao que julgava ser e uma outra problemática se lhe coloca: ter ou não ter (o falo) como o pai. Se ela não o é, terá o pai este misterioso objeto?

O terceiro tempo do Édipo corresponde à dissolução do complexo. O falo, significante da falta, "cuja existência se afirma

de um modo tanto mais absoluto quanto ele não é objeto algum , vai funcionar como um objeto que está sempre alhures ou sempre ausente" (Safouan - 1979 - p. 47). A mulher é não-toda. A criança completa a mãe apenas na esfera do registro do imaginário. Já o pai não é o macho poderoso da horda primeva que possui as mulheres por e para seu gozo. Ele está igualmente assujeitado à Lei que representa, aquela a cuja simbolização a criança pode então aceder para passar à ordem da cultura e constituir-se sujeito. Esta passagem, por um lado, livra o sujeito da perspectiva nefasta de contar apenas com o registro do imaginário para fazer face ao real, permitindo ainda que sua ausência seja representada no discurso pelo eu do enunciado. Por outro, é manobra realizada ao preço de alienar o sujeito ao eu (*moi*).

Recapitulando, o conceito de identificação surge e cresce na obra de Freud para dar conta de certos tipos de transformações do eu por força dos objetos. Para Lacan identificação é também transformação mas, se tomada num prisma estritamente lógico, é sobretudo causa. Não apenas o eu se altera por assimilar aspectos do objeto. Antes, é este quem o causa. Aliás, igualmente o sujeito e a fantasia são causados por diferentes modalidades de identificação. Atentemos para cada uma das três categorias identificatórias designadas por Lacan.

O eu nasce por identificação imaginária à imagem unificada que a criança registra no estágio do espelho, primeiro como sendo de outro. Imagem que não permanecerá estática ao longo da vida. O

eu que deste modo se inaugurou, é em sua essência, puro devir, tornar-se; uma solução de continuidade em função da sucessão de identificações parciais a certas imagens do mundo em que se insere. Imagens onde se reconheça como o semelhante de onde adveio. Mais precisamente, no ponto de furo da imagem do outro. Pensar o eu desta forma implica num avanço por relação à uma concepção do aparelho psíquico freudiano nos moldes da geografia euclidiana bidimensional, comum a algumas leituras da psicanálise, nas quais esta seria a instância responsável pelo contato com o mundo externo, com a realidade. A concepção lacaniana do aparelho psíquico estruturado como uma banda de Moebius prevê sistemas e instâncias psíquicas postos sobre uma superfície de uma única face.

A sua vez, o sujeito do inconsciente surge de uma identificação simbólica ao significante. Entidade lógica, formal e, paradoxalmente não subjetiva, distinta do eu e da pessoa do falante, o sujeito da psicanálise é uma função abstrata que encontra sua gênese a partir da relação entre um significante específico e um conjunto de significantes. Em que consiste a especificidade de um dado significante que dialetiza com o conjunto? Em primeiro lugar, este significante, por Lacan designado traço unário, insiste, se repete, é comum a qualquer evento significante que celebra o sujeito. Trata-se de um elemento externo, ausente e invariante que unifica os demais significantes num conjunto, os regula e serve de selo de garantia de diferença, de singularidade. Escutemos um comentário sobre esta modalidade de identificação:

"não deixaremos de reconhecer nesse termo, traço, o mesmo vocábulo empregado por Freud para caracterizar a identificação regressiva ou a identificação do eu com o traço distintivo do objeto. Enquanto Freud procura o eu no traço que se repete e que liga em conjunto os seres amados, desejados e perdidos, Lacan passa a um registro mais abstrato, enumera as pessoas amadas e perdidas como significantes seriados, isola seu traço comum e encontra, finalmente o sujeito do inconsciente." (Nasio - 1991 - p. 114)

Por último, a fantasia surge de uma identificação fantasística do sujeito do inconsciente ao objeto a. Plástica, a pulsão busca permanentemente a satisfação. Encontra-a, parcial, pela conversão de excitação pulsional nas fantasias, recurso tão caro aos neuróticos, nas brincadeiras infantis, nas obras de arte, no trabalho - formas de compromisso com as exigências da cultura para evitar o gozo, mais intolerável que o mal-estar. De qualquer forma, um certo montante de excitação pulsional permanecerá sempre em circulação no aparelho psíquico, tensionando-o no sentido de gerar novas fantasias ou algum de seus correlatos. Olhar, seio, fezes, voz ou mesmo toda a extensão corporal, o objeto a consiste nesta parte de excitação que não se descarrega, mas paradoxalmente, denuncia uma ausência. A um só tempo, objeto do desejo e objeto causa do desejo ao qual o sujeito se identifica, o que resulta na fantasia.

Apresentadas as categorias de identificação postuladas por Freud e Lacan é a vez de introduzir o terceiro eixo da articulação de nossa dissertação, a questão da identificação nas teorias de grupo. Paradigma para toda uma geração latino-americana de interessados no atendimento de grupo, o trio formado por Grinberg, Langer e Rodrigué (1957 - p. 141) surpreende num capítulo dedicado aos mecanismos de cura de grupo pela sinceridade. Admitem explicitamente a carência de um critério geral e universal para designar se há cura em grupo. Terá sido este um dos motivos pelos quais acabaram por abandonar esta modalidade de atendimento? Mesmo assim, naquele momento ainda preocupados em buscar alguma formulação que fornecesse sustentação teórica a seu trabalho, afirmaram considerar a identificação como sendo o principal mecanismo de cura de grupo; aquele ao qual se pode atribuir o êxito da terapêutica de grupo, cujos benefícios podem ser reconhecidos através de efeitos tais como: supressão de sintomas, adaptação dos indivíduos revelada pela integração no grupo e na sociedade.

Para sustentar esta opinião, os autores invocam o conceito freudiano de identificação de 1921 (um eu se transforma em outro eu por incorporação), compreendendo-o como um processo psíquico apoiado por um ponto de vista biológico, o que por si só já é questionável para referendar a psicanálise. Prosseguem citando Heimann quanto à importância para a vida psíquica de absorver e expulsar, que associam com dar e receber, compartilhando a crítica da autora às terapias sugestivas que atacam os sintomas sem alterar a personalidade, enquanto que a psicanálise atingiria a estrutura da

personalidade porque altera a capacidade de projetar e introjetar através das interpretações. Partem então os autores argentinos para uma definição de identificação (1957 - p. 143) que mantém o sotaque britânico - esta assume o valor de coletivo de relações de objeto.

Chama a atenção que a projeção mereça relevo para estes enquanto um mecanismo que diz respeito aos objetos da fantasia e não a imagens tal como na teoria freudiana. Este deslocamento se desdobra. O ineditismo de Freud quanto a transpor a identificação, bem como o conflito para uma dimensão intrapsíquica retorna para o nível das relações interpessoais. Estariam os autores com isto propondo um critério de aferição de cura para a psicanálise e para o atendimento de grupo? Do ponto de vista com o qual compartilhamos, vale assinalar que, como consequência de alocar instâncias e sistemas do aparelho psíquico sobre uma mesma superfície, esbatem-se as noções de dentro e fora.

Abrimos este capítulo de nosso trabalho com uma questão acerca de dirigir a cura para a identificação, um objetivo comum mas nem sempre explícito no leque de abordagens da clínica psicanalítica. Quanto a esta possibilidade, podemos pinçar alguns pontos para a discussão, ressaltando que massa não é grupo; que exército e igreja, na maioria dos países, são instituições organizadas, universalmente reconhecidas, formadas por contingentes em número muito superior ao dos grupos de atendimento psicoterápico institucional. Mas lembrando também que os conceitos psicanalíticos

de que nos valem para este tópicO estão incluídos no texto de 1921. Assim, *noblesse oblige*...

Segundo o que se lê nos autores da escola argentina, a cura no atendimento de grupo dirige-se para a identificação. Traçando um paralelo sobre o que foi exposto sobre a identificação nas teorias de Freud e de Lacan, a qual daquelas categorias se pode atrelar a identificação de que falam Grinberg, Langer e Rodrigué? Ao terceiro dos tipos de assinalados na "Psicologia das Massas", a identificação que se dá quando um mesmo objeto substitui o ideal do eu de vários sujeitos ao mesmo tempo? Mas esta situação de afastamento entre eu e ideal do eu é, digamos, artificial e conforme indica Freud (1921 - p. 2601) não dura muito tempo, acrescentamos, por apontar para o insuportável do gozo.

Em que medida conduzir a terapêutica nesta direção, a pretexto de unir o grupo ou mantê-lo unido consiste, na verdade, num modo de sugestão? Não se pode ignorar que "aquellos otros individuos cuyo ideal del yo no encuentra en la persona del jefe una encarnación por completo satisfactoria, son arrastrados luego <<sugestivamente>>; esto es, por identificación". (Freud - 1921 - p. 2600) Ou ainda esta contingência se refere apenas ao momento de inauguração de um grupo. Uma vez formado, o esforço laborativo se volta então para transformar porções do isso em eu, o que igualmente se faz por identificação imaginária, para utilizar desta vez o conceito lacaniano.

Mais sutis, vários autores não incluem em suas obras questões diretas sobre a identificação. Entretanto, como justificar que se encontrem nos livros sobre atendimento de grupos capítulos sobre o perfil adequado ao coordenador de grupos? Ou tomando a questão por outro ângulo, como se explica que vários clientes assumam gestos, maneirismos, ou alguma coisa em comum com aquele que os atende? Em Grotjahn se lê um dos mais curiosos decálogos sobre o perfil do coordenador de grupo do qual extraímos o seguinte trecho:

"um psicoterapeuta deve ser um homem de todas as estações... deve ser um homem de leitura, já que a experiência de ter vivido com as grandes figuras da literatura é parte de sua natureza humana. As imagens com que tem que lidar são encontradas entre amigos, amantes, pacientes, colegas e inimigos; mas os modelos de luta e integração são encontrados nos personagens da grande literatura, começando talvez pela Bíblia. Um terapeuta deve conhecer uma mulher apaixonada; através dela, ele pode conhecer todas elas." (Grotjahn - 1977 - p. 203, 204)

Pela licença que se lhe concede, o poeta pode transformar em canção o ideal: "se todos fossem iguais a você, que maravilha viver" (Morais - 1956). Sem dúvida, há os aqueles que tentam se apropriar da prerrogativa poética. Entretanto, se todos fossem iguais a você (seja você quem for), que monotonia viver. Pior, morreríamos todos.

Esta questão se estende a um outro problema já destacado por Pontalis (1968 - p. 272) no que diz respeito à prevalência da dimensão imaginária no grupo, seja em sua faceta de imagem ou das fantasias que cada participante constrói acerca do grupo. Isso se manifesta, por exemplo, em intervenções coalhadas de verbos ligados ao sentido da visão do tipo "já foi mostrado ao grupo que..., o grupo não quer ver que..., aquilo que o grupo não pode enxergar como...". Resta saber como abordar esta dimensão imaginária sem apelar para as crenças de Kaës ou de Anzieu no "ser do grupo" ou no "inconsciente estruturado como grupo" ao qual se dirigem as interpretações assim enunciadas.

Retomando as justificativas de Freire Costa (1989 - p. 31, 32) para adotar um modelo de atendimento de grupo - particularidades clínicas, reações ao tratamento, diferenças sócio-culturais entre pacientes do serviço público e profissionais - questionamos se estas não se inscreveriam exatamente no registro do imaginário. Ou seja, as dificuldades fazem parte do imaginário, a solução proposta se insere no imaginário. É preciso lembrar que o imaginário tem função de de ocultação, de máscara. No domínio da física, forças iguais se anulam. Já a psicanálise, ao imaginário hiperinflado que se supõe à neurose, responde com o real através do simbólico. Em "A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder" se lê,

"desde então não há nenhuma necessidade de buscar mais longe a mola da identificação ao analista. Ela pode ser muito diversa, mas

será sempre uma identificação a significantes." (Lacan - 1958 - p. 33)

Pertinente a esta discussão é a articulação lacaniana dos conceitos de necessidade, demanda e desejo, tomando como base a primeira experiência de satisfação do bebê mítico freudiano que vai fundar o aparelho psíquico. Ao nascer, o bebê não se reconhece como tal, não se discrimina da mãe ou de outros elementos presentes em seu meio. Isto não se deve apenas à imaturidade orgânica e intelectual, mas também ao fato de não ser dotado de um psiquismo. A princípio, ele é um representante do desejo dos pais, um sujeito a ser constituído desde fora, seja numa perspectiva política, econômica, jurídica ou psicanalítica.

Ao nascer, o bebê é exposto ao desprazer criado pela tensão da fonte corporal da pulsão. Uma vez cortado o cordão umbilical, logo precisará de alimentação, ainda que não tenha meios para nomear a sensação que o assola de fome, nem para fazer algo a partir da mesma. Trata-se de uma necessidade pura, com valor de uma função biológica ritmada.

Esta necessidade vem a ser momentaneamente satisfeita pelo seio, reduzindo a tensão pulsional, de forma a garantir alguma satisfação imediata. Esta primeira experiência deixa um traço mnêmico, representação pulsional primeira do psiquismo. Quando aquela tensão retornar, já não há mais necessidade pura, mas um

somatório desta com a representação pulsional que, reinvestida, dará passagem para o surgimento do desejo.

De início, o reinvestimento de traços mnêmicos leva o bebê a uma satisfação alucinatória. Somente após algumas experiências, o bebê perceberá este aspecto. Se, por um lado, a pulsão exerce pressão constante sobre o psiquismo, e isso implica em insistir em sua finalidade que é a satisfação, não há objeto que realize o desejo. Desejo remete, portanto, à falta - falta impossível de ser preenchida - pela ausência do objeto que se coloca desde a chamada primeira experiência de satisfação. Objeto que nunca esteve, sempre perdido, para sempre perdido. Assim, o sujeito passará sua vida tentando re-capturar aquilo que nunca esteve e encontrando nada além de substitutos.

Um estado de privação orgânica faz-se acompanhar por uma mímica corporal não intencional por parte do bebê, à qual a mãe atribui significados a partir de seu universo simbólico. Cada vez que a necessidade reaparecer, o bebê evocará os representantes representativos da pulsão já intencionalmente acoplados aos significados conferidos pela mãe, configurando-se, assim, uma demanda. Esta encontra-se duplamente referida: além de ser uma representação do desejo, transforma os objetos da necessidade através da mediação da linguagem. Toda demanda é um pedido de amor, de retorno à completude imaginária da primeira experiência de satisfação, a um tempo quando não havia desejo, nem falta. Quanto mais se demanda, mais se evidencia a impossibilidade de alcançar

aquilo que falta. Assim, o bebê encontra-se duplamente assujeitado: precisa do outro que lhe satisfaça as necessidades orgânicas e do desejo do Outro para passar de objeto a sujeito. É por sua condição de faltoso, de desejante que o falante demanda. Antinomia, por excelência, a demanda denuncia a falta de quem a profere e daquele a quem se dirige e, ao mesmo tempo nega a falta do Outro, como se passível de obturação.

Quanto à cura dirigida para a identificação imaginária ou fantasística, Lacan articula-a à demanda do Outro e escreve:

"A criança, porém, nem sempre adormece assim no seio do ser, sobretudo se o Outro, que tem também suas idéias sobre suas necessidades, se intromete, e no lugar do que não tem o empanturra com a papinha sufocante do que ele tem, isto é, confunde seus cuidados com o dom de seu amor.

É a criança que alimentamos com mais amor que recusa o alimento e joga com sua recusa como com um desejo (anorexia mental). Limites onde se capta, como em nenhum outro lugar, que o ódio dá o troco do amor, mas onde é a ignorância que não é perdoada.

Afinal de contas a criança, ao recusar-se a satisfazer a demanda da mãe, não exige que a mãe tenha um desejo fora dela, criança, pois este é o caminho que lhe falta na direção do desejo?"
(Lacan - 1958 - p. 42)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto foi dito, tanto haveria ainda a dizer. No entanto, o tempo de concluir uma atividade a que nos dedicamos pelos últimos três anos se anuncia. Um resto caiu desta empreitada. Nasceu a dissertação! De nada vale resumir o que já se colocou. Acrescentar novos aspectos representaria ir adiante. Trágica condição do falante: por mais que diga, depara-se com a impossibilidade de fazer coincidir o dito com o dizer. Ao mesmo tempo, só isso o faz falante. Só isso o faz dizer.

Definida está a origem da psicanálise. Trata-se de uma teoria do inconsciente que encontrou seu fundamento desde um elemento alienígena - o mito de Édipo - marca de incompletude deste saber e do que dele se constitui. O sujeito do inconsciente advém da falta a ser. O que vem de fora estrutura a teoria e seu produto de um modo particular e indispensável: inscreve-lhes uma hiância. Igualmente definidos estão as fronteiras da psicanálise através de seus conceitos fundamentais; e ainda os objetivos e a direção de sua clínica - um bem dizer acerca do desejo.

Do trabalho psicanalítico em intensão emergiram inquietações suscitadas pela psicanálise em extensão. O que acontece quando a psicanálise sai de seu espaço de transmissão?

Se médicos e religiosos representaram um dia riscos potenciais para o invento freudiano, três aspectos podem hoje levar a psicanálise ao fracasso, exigindo do psicanalista o testemunho de seu desejo. O primeiro aspecto delineia-se no registro do real. O uso político da ciência, estando esta calcada no universal, na primazia do mesmo, forma um campo de saber que rejeita o Outro, cujo desejo prenuncia a diferença. Como resultado, opera-se a expulsão de parcelas étnicas, raciais, sexuais da organização social. O segundo aspecto delineia-se no registro do simbólico e diz respeito à célula *mater* da organização social: a família acentada no modelo edípico. O último aspecto delineia-se no registro do imaginário que prevalece na formação de grupos, cujos efeitos se apoiam na identificação de seus membros. Entrelaçando estes três aspectos está a função paterna, insígnia de exclusão. O pai real exclui o saber sobre gozo a mais. O pai simbólico exclui o saber sobre o gozo fálico que instaura o recalque originário. Já o pai ideal exclui o saber sobre a morte daquele que representa o *UrVater*, expressa na forma da Lei, tanto para os membros do grupo quanto para o próprio pai de modo a não admitir a dimensão de verdade do desejo. O assassinato do ancestral se repete através da segregação de membros ou postulantes de instituições de maior porte. A culpa que alicerça o grupo assim se dilui na busca de coincidência e na atribuição de responsabilidade do crime aos que ficaram de fora.

Desta forma, as questões antes apresentadas são relançadas, já à luz do que se discutiu, aos profissionais que trabalham nos

"serviços públicos de saúde mental". Um problema a enfrentar consiste em decidir sobre a modalidade terapêutica preferencial para determinado contexto e clientela. O outro, talvez mais complexo, concerne em qualificar o atendimento de grupo **psicanalítico**, ou pelo eufemismo psicoterapia de base analítica. Base que possivelmente não vai muito adiante de pontos de interseção entre a terminologia da psicanálise, tal como estabelecida por Freud, e as teorias de grupo. Tampouco compartilhamos da idéia de que as teorias de grupo pequem por uma dívida impagável para com a psicanálise. Esta dívida há e é mesmo impagável. Afinal, insistimos, este é o modo de constituição de nossa doutrina. A nosso ver, o tendão de Aquiles das teorias de grupo quanto a alcunharem-se psicanalíticas situa-se, antes, no uso dos conceitos, na função que quem se encarrega do trabalho se atribui, nas direções de cura. É tarefa de quem optou por outras linhas teóricas buscar consistência, imprimir seriedade e solidez a seu trabalho, independente de modismos, que estes são passageiros. Ainda que não necessariamente dêem passagem.

Se abraçamos a estória de Édipo como parte de nossa mitologia, não temos como escapar à contingência de solidão e traição de quem parte para o desejo. Bendita solidão que, por força da ética, nos outorga direito e dever de bem dizer. Todos os capítulos desta dissertação foram nomeados por inspiração de obras de terceiros. Homenagem singela, respeito à norma acadêmica que nos solicita ancoragem na palavra já reconhecida de mestres. Deles nos

despedimos, agradecendo a companhia e a sustentação de nosso desejo para construir um saber sobre a impossibilidade de tudo saber.

Enfim, só.

ABREVIATURAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A abreviatura OC será utilizada para indicar as referências bibliográficas da quarta edição em língua espanhola das Obras Completas de Sigmund Freud, 3 volumes, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981.

ABRAHAM, K. (1965) Teoria Psicanalítica da Libido, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1970.

ARISTÓTELES (1979) Ética a Nicômaco in Coleção Os Pensadores, São Paulo, Editora Abril, vol. II.

_____. (1991) A Poética (fragmentos) - in **A Ética na Psicanálise**, Publicação da Escola Letra Freudiana, Rio de Janeiro, Ano IX, 7/8.

ASSOUN, P.-L. (1983) Introdução à Epistemologia Freudiana, Rio de Janeiro, Imago Editora.

BAKHTIN, M. (1977) Marxismo e Filosofia da Linguagem, São Paulo, Editora Hucitec, 1988.

BAUDRILLARD, J. (1972) Para uma Crítica da Economia Política do Signo, Lisboa, Edições 70.

BAULEO, A. et Alii (1983) Lo Grupal, Buenos Aires, Ediciones Busqueda.

BENVENISTE, E. (1974) Problemas de Linguística Geral II, São Paulo, Pontes Editores, 1989.

BION, W. R. (1961) Experiências com Grupos, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1975.

- BRAZIL, C. N. V. (1988) **O Jogo e a Constituição do Sujeito na Dialética Social**, Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária.
- CARVALHO, (1986) et Baremlitt, G. [org.] **Grupos: O quê se passa neles? O quê são?** in **Grupos - Teoria e Técnica**, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- DOR, J. (1989) **Introdução à Leitura de Lacan**, Porto Alegre, Editora Artes Médicas Sul, 1990.
- DUHEM, P. (1913) **Les Precurséurs Parisiens de Galilée**, Paris, Editions Herman.
- ESCOBAR, C. H. (1975) **Epistemologia das Ciências Hoje**, Rio de Janeiro, Pallas Editora e Distribuidora.
- EZRIEL, H. (1952) **Notes on Psycho-Analytic Group Therapy: Interpretation and Research**, N. Y., Psychiatry 15.
- FERENCZI, S. (1924) **Perspectives de la Psychanalyse**, in **La Psychanalyse**, Paris Payot, 1974, c.III.
- FEYERABEND, P. (1975) **Against Method**, London, New Left Books.
- FOUCAULT, M. (1987) **As Palavras e as Coisas**, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora.
- POULKES, S. H. (1964) **Grupo-Análise Terapêutica**, Lisboa, Publicações Europa América, 1970.
- _____. Com Anthony, E. J. (1957) **Psicoterapia de Grupo**, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1972.
- FREIRE COSTA, J. (1989) **Psicanálise e Contexto Cultural - Imaginário Psicanalítico, Grupos e Psicoterapias**, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- FREUD, A. (1946) **O Ego e os Mecanismos de Defesa**, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1972.

- FREUD, S.(1893) Com Breuer,J. El mecanismo psíquico de los fenómenos histéricos (*Comunicación Preliminar*), OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. I.
- _____. (1895a) Com Breuer, J. Estudios sobre la Histeria, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. I.
- _____. (1895b) [1950] Proyecto de una Psicología para Neurologos, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. I.
- _____. (1900) La Interpretación de los Sueños, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. I.
- _____. (1901) Psicopatología de la Vida Cotidiana, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. I.
- _____. (1905) Analisis Fragmentario de una Histeria, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. I.
- _____. (1905) El Chiste y su Relación con lo Inconsciente, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. I.
- _____. (1910a) El Porvenir de la Terapia Psicoanalitica, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1910b) El Psicanalisis <<Silvestre>>, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1911) Los Dos Pricipios del Funcionamiento Mental, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1912) La Dinamica de la Transferencia, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1913a) La Iniciación del Tratamiento, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1913b) Totem y Tabu, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.

- _____. (1914a) Historia del Movimiento Psicanalítico, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1914b) Recuerdo, Repetición y Elaboración, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1914c) Introducción al Narcisismo, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1915a) Lo Inconsciente, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1915b) Observaciones sobre <<el Amor de Transferencia>>, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1915c) La Represión, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1915d) Adición Metapsicológica a la Teoría de los Sueños, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1915e) Los Instintos y sus Destinos, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1916) La Transferencia in: Lecciones Introductorias al Psicoanálisis, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1917) Duelo y Melancolía, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. II.
- _____. (1920) Mas Alla del Principio del Placer, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. III.
- _____. (1921) Psicología de las Masas y Análisis del Yo, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. III.
- _____. (1924) La Disolución del Complejo de Edipo, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. III.

- _____. (1925) *La Negación*, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. III.
- _____. (1927) *El Porvenir de una Ilusión*, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. III.
- _____. (1930) *El Malestar en la Cultura*, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. III.
- _____. (1937) *Análisis Terminable e Interminable*, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. III.
- _____. (1937) *Construcciones en Psicoanálisis*, OC, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, vol. III.
- GARCIA-ROSA, L. A. (1984) *Freud e o Inconsciente*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. (1990) *Palavra e Verdade - na Filosofia Antiga e na Psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- _____. (1990) *O Mal Radical em Freud* - Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- GAY, P. (1988) *Freud, Uma Vida para o Nosso Tempo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GRINBERG, L. et Alii (1957) *Psicoterapia del Grupo*, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1974.
- _____. (1959) *El Grupo Psicologico*, Buenos Aires, Editorial Nova.
- GROTJAHN, M. (1977) *A Arte e a Técnica da Terapia Analítica de Grupo*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1983.
- HEIMANN, P. (1950) *On Counter-Transference*, in *International Journal of Psychoanalysis* - no. 31, London.
- _____. (1960) *Counter-Transference* in *International Journal Med. Psychol.* 33,9, London.

HOLANDA, A. B. (1961) **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

JAPIASSU, H. (1989) Com Marcondes, D. **Dicionário Básico de Filosofia**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

JURANVILLE, A. (1984) **Lacan e a Filosofia**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

KAËS, R. (1976) **El Aparato Psíquico Grupal**, Barcelona, Granica Editor, 1977.

KANT, I. (1788) **Crítica de la Razon Practica**, Buenos Aires, El Ateneo, 1951.

KLEIN, M. (1932) **The Psycho-Analysis of Children**, Londres, Hogarth Press.

LACAN, J. (1949) **Le Stade du Miroir comme Formateur de la Fonction du Je**, in **Revue Française de Psychanalyse**, Paris , nº 4, outubro-dezembro, 1949.

_____. (1958) **A Direção da Cura e os Princípios de seu Poder**, xerocópia da tradução para trabalho na Escola Letra Freudiana, Rio de Janeiro, 1987.

_____. (1966) **Escritos**, São Paulo, Editora Perspectiva, 1988.

_____. (1970) et Macsey, R. [org.] **Da Estrutura como Intromistura de um Pré-requisito de Alteridade e de um Sujeito Qualquer** in **A Controvérsia Estruturalista**, Editora Cultrix, São Paulo, 1976.

_____. (1973) **Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. (1975a) **A Função dos Cartéis** in **Documentos para uma escola**, Publicação da Escola Letra Freudiana, Rio de Janeiro, Ano I - Nº 0, 1987.

_____. (1975b) **O Seminário - Livro 1 - Os Escritos Técnicos de Freud**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1983.

_____. (1978) **O Seminário - Livro 2 - O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

_____. (1986) **O Seminário - Livro 7 - A Ética da Psicanálise**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. (1991) **O Seminário - Livro 8 - A Transferência**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. () **O Seminário - Livro 22 - R.S.I** - edição pirata em língua portuguesa.

LANCETTI, A. (1986) et Barenblitt, G. [org.] **Para uma reformulação da experiência grupal in Grupos - Teoria e Técnica**, Rio de Janeiro, Edições Graal.

LAPLANCHE, J./PONTALIS, J.-B. (1967) **Vocabulário da Psicanálise**, Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 1983.

MILLER, J. A. (1984) **Percorso de Lacan - uma introdução**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

NASIO, J. D. (1991) **Os Olhos de Laura**, Porto Alegre, Editora Artes Médicas, Sul.

OSÓRIO, L. C. et Alii (1986) **Grupoterapia Hoje**, Porto Alegre, Editora Artes Médicas Sul.

MILLOT, C. (1988) **Nobodaddy**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.

PAGÈS, M. (1975) **A Vida Afetiva dos Grupos**, Petrópolis, Editora Vozes, 1976.

PAIVA, L. M. (1991a) **Psicanálise de Grupo**, Imago Editora, Rio de Janeiro.

- PAIVA, A. L. (1991b) **Pontuações sobre a Psicologia do Ego in A Ética na Psicanálise**, Publicação da Escola Letra Freudiana, Rio de Janeiro, Ano IX, Nº 7/8.
- PERELMAN, C. (1952) **Razão Eterna, Razão Histórica** cópia xerográfica de Actes du VIème Congres des Sociétés de Philosophie de Langue Française in Justice et Raison, Université de Bruxelles, 1972, 2ª edição.
- POPPER, K. (1975) **A Lógica da Investigação Científica**, São Paulo, Editora Cultrix.
- PONTALIS, J.-B. (1968) **A Psicanálise depois de Freud**, Petrópolis, Editora Vozes, 1972.
- PY, L. A. et Alii (1987) **Grupo sobre Grupo**, Editora Rocco, Rio de Janeiro.
- RICOEUR, P. (1966) **De l'Interprétation. Essai sur Freud**, Paris, Éditions Seuil.
- SAIDON, O. et Alii (1983) **Práticas Grupais**, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- SAUSSURE, F. (1916) **Curso de Linguística Geral**, São Paulo, Editora Cultrix, 1988.
- SEGAL, H. (1966) **Introdução à Obra de Melanie Klein**, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SLAVSON, (1953) **Psychothérapie Analytique de Groupe - Enfants, Adolescents, Adultes**, Paris, Presses Universitaires de France.
- STENGERS, I. (1989) **Quem Tem Medo da Ciência? Ciências e Poderes**, São Paulo Edições Siciliano, 1990.
- ZIMMERMANN, D. (1971) **Psicoterapia Analítica de Grupo**, São Paulo, Editora Mestre Jou.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/Rio,
pela aluna Teresa da Costa, intitulada "Quo Vadis? Um Estudo sobre
as Direções de Cura no Atendimento de Grupo", fazendo parte da
Banca Examinadora os seguintes professores:

Circe Navarro Vital Brazil

Prof. Circe Navarro Vital Brazil

Professora orientadora - PUC/Rio

Terezinha Feres Carneiro

Prof. Terezinha Feres Carneiro

PUC/Rio

Ester Maria Arantes

Prof. Ester Maria Arantes

PUC/Rio

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1993

Ana Maria Nicolaci da-Costa

Prof. Ana Maria Nicolaci da-Costa

Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Teologia e
Ciências Humanas.